

NOTAS AO BALANÇO E A DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

Introdução

O Balanço e a Demonstração de Resultados encontram-se elaborados de acordo com os princípios contabilísticos definidos pelo Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL) e demais legislação portuguesa, em conformidade com os princípios contabilísticos da continuidade, da consistência, da especialização, do custo histórico, da prudência, da materialidade e da não compensação.

As notas que se seguem respeitam à numeração sequencial definida no ponto 8.2 do Decreto-Lei n.º 54-A/99 de 22 de Fevereiro (POCAL). As notas cuja numeração se encontra ausente deste anexo, não são aplicáveis à entidade, ou a sua apresentação não é relevante para a leitura das Demonstrações Financeiras do exercício de 2012.

8.2.1 – Disposições do POCAL derrogadas e seus efeitos no Balanço e Demonstração de Resultados.

No âmbito de condicionantes que influem diretamente sobre o resultado líquido do exercício ou sobre o balanço municipal serão de referir os seguintes itens:

Foi aplicado o princípio de especialização de exercícios.

Custos – Juros de Empréstimos; Encargos com o pessoal respeitantes a subsídio de férias e respetivos encargos da entidade patronal; Seguros; Rendas de Imóveis; Encargos com Iluminação Pública e Comunicações.

Proveitos – Rendas (Habitação e Mercados); Iluminação Pública; Transferências referentes a cobrança de Resíduos Sólidos; Juros de Depósitos e de Aplicações Financeiras, Impostos Diretos e Subsídios para Investimentos Plurianuais.

8.2.2. – Contas não comparáveis com o Balanço e Demonstração de Resultados do Exercício Anterior:

Relativamente ao ano de 2012, não se verificaram nos registos contabilísticos a aplicação de critérios ou de metodologias contabilísticas que influenciassem a comparabilidade dos resultados ou das contas com anos anteriores, nomeadamente, no balanço e na demonstração de resultados.

8.2.3 – Os critérios de valorimetria utilizados.

De acordo com o ponto 4.1 «Imobilizações» do POCAL e com a Portaria nº 671/2000, esta reportando às instruções regulamentadoras do Cadastro e Inventário dos Bens do Estado (CIBE), o ativo imobilizado do Município foi valorizado ao custo de aquisição ou ao custo de produção.

Entenda-se por custo de aquisição o preço de compra de um bem, acrescido dos gastos diretos ou indiretos para o colocar no seu estado atual; o custo de produção tem a ver com todas as despesas suportadas e necessárias ao fabrico do bem, nomeadamente com matérias-primas e outros materiais diretos consumidos, mão-de-obra direta e outros gastos gerais de fabrico.

No entanto, de acordo com estabelecido no POCAL e no CIBE, existem algumas exceções, como por exemplo bens considerados de valor zero, sendo estes fruto de doações em que não se conseguiu apurar o seu valor, deixando de o ser quando é assumido o custo de alguma reparação relevante.

Neste documento excetuaram-se alguns bens constantes do balanço inicial cujo valor foi atribuído baseado em critérios técnicos adequados à sua natureza.

Em regra, as amortizações são calculadas de acordo com o método das quotas constantes por duodécimos, tendo por base as taxas preconizadas no classificador CIBE. As amortizações devem traduzir a depreciação sofrida durante a vida útil dos bens, reportando-se ao mês da sua aquisição.

Imobilizado

O ativo imobilizado evidenciado no Balanço encontra-se, por regra, valorizado ao custo de aquisição ou de produção.

No caso dos ativos cujo valor de aquisição ou de produção se desconhece, o Município considera o valor resultante de avaliação segundo critérios técnicos que se adequem à natureza dos diferentes bens. Para tal foram constituídas comissões de avaliação compostas por técnicos de diferentes áreas.

No caso de impossibilidade de valorização, os bens assumem valor zero até serem objeto de uma grande reparação, assumindo então o montante desta.

Os bens de domínio público que se encontram sob a responsabilidade deste Município, são, sempre que possível valorizados ao custo de aquisição ou de produção. Nos casos em que se desconhece o custo de aquisição ou de produção, aplicam-se os critérios definidos nos parágrafos anteriores.

Os bens pertencentes ao ativo imobilizado obtidos a título gratuito encontram-se valorizados de acordo com o critério do justo valor.

Os Investimentos Financeiros encontram-se valorizados de acordo com o respetivo preço de aquisição, sendo os lucros ou proveitos a que haja lugar, contabilizados nos períodos a que se referem.

O método para o cálculo das amortizações do exercício é o das quotas constantes.

Para efeitos de aplicação do método das quotas constantes, a quota anual de amortização determina-se aplicando aos montantes dos elementos do ativo imobilizado em funcionamento as taxas de amortização definidas na lei.

O valor unitário e as condições em que os elementos do ativo imobilizado sujeitos a depreciação possam ser amortizados num só exercício são os definidos na lei.

As despesas de investigação e de desenvolvimento, são amortizadas no prazo de três anos.

Os terrenos não são amortizáveis.

Existências

As matérias-primas, subsidiárias e de consumo, são valorizadas ao custo de aquisição, acrescido das despesas necessárias à sua entrada em armazém, tendo sido adotado como método de custeio de saídas o custo médio ponderado.

Existências	
Designação	Valor
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	298.309,53€
Valor das Existências em 31/12/2012	

Dívidas de Terceiros

As dívidas de e a terceiros encontram-se expressas pelas importâncias constantes dos documentos que as titulam, não existindo dívidas em moeda estrangeira.

No corrente exercício não foram constituídas provisões.

Depósitos em Instituições Financeiras e Caixa

Os depósitos em Instituições Financeiras e as disponibilidades de caixa encontram-se expressos pelos montantes dos saldos de todas as contas de depósito e dos meios de pagamento, respetivamente, não existindo disponibilidades em moeda estrangeira.

Especialização dos Exercícios

A entidade regista os seus custos e perdas, proveitos e ganhos de acordo com o princípio da especialização dos exercícios, sendo estes imputados ao exercício em que foram incluídos ou gerados, independentemente do seu pagamento ou recebimento.

Subsídios para Investimento

As participações atribuídas ao Município, destinadas a financiar investimentos em ativos imobilizados são, por regra, contabilizadas na data da respetiva homologação, ficando expressos os valores totais dos financiamentos aprovados, na conta 274 “PROVEITOS DIFERIDOS”.

Os respetivos proveitos serão colocados a resultados do exercício sistematicamente pelo período em que os bens financiados são amortizados, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

8.2.4. – Conversão de saldos expressos em moeda estrangeira.

Não existem saldos expressos em moeda estrangeira.

8.2.5. – Situações em que o resultado líquido foi afetado.

Por valorimétricas diferentes das previstas legalmente – Não aplicável

Por amortizações do ativo imobilizado superiores às adequadas – Não aplicável

Por provisões extraordinárias – Não aplicável

8.2.6 – Relativamente à conta 43.2 “Despesas de Investigação e Desenvolvimento”:

Não existem movimentos na conta 43.1 – Despesas de Instalação. Por sua vez, e relativamente à conta 4.3.2. – Despesas de Investigação e de Desenvolvimento, verificaram-se movimentos, em 2012, na ordem dos 11.536,55€, respeitantes à realização de estudos de interesse para o município.

8.2.7 – Os movimentos ocorridos nas rubricas do ativo imobilizado constantes do balanço e nas respetivas amortizações e provisões, são evidenciados nos seguintes mapas.

Em termos dos movimentos ocorridos nas contas do Imobilizado, durante o exercício de 2012, há, numa primeira análise, a registar, uma certa estagnação face aos valores contabilizados no ano anterior.

De seguida apresentam-se os mapas que refletem os movimentos ocorridos durante o exercício, nas rubricas do ativo imobilizado, os quais constam do balanço e das respetivas amortizações e provisões.

8.2.7 a) Movimentos ocorridos nas rubricas do Ativo Imobilizado Bruto.

Ativo Bruto

	Rubricas	Saldo Inicial	Reavaliação/ Ajustamento	Aumentos	Alienações	Transferências e abates	Saldo Final
41	INVESTIMENTOS FINANCEIROS	2.516.896,10				940,8	2.515.955,21
41.1	Partes de capital	80.796,80				940,8	79.855,91
41.1.3	Empresas privadas ou cooperativas	80.796,80				940,8	79.855,91
41.1.3.1	Águas do centro Alentejo	80.796,80				940,8	79.855,91
41.4	Investimentos em imóveis	2.436.099,30					2.436.099,30
41.4.1	Terrenos e recursos naturais	31.461,05					31.461,05
41.4.2	Edifícios e outras construções	2.404.638,25					2.404.638,25
41.4.2.2	Outras construções	2.404.638,25					2.404.638,25
41.4.2.2.1	Outras construções do domínio privado concessionados	20.000,00					20.000,00
41.4.2.2.2	Outras construções domínio público concessionados	2.384.638,25					2.384.638,25
42	IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS	24.631.906,94		307.349,33	85.309,95		24.853.946,32
42.1	Terrenos e recursos naturais	2.119.224,36		59.400,00	25.475,00		2.153.149,36
42.2	Edifícios e outras construções	18.680.370,94		130.539,03	59.507,41		18.751.402,56
42.2.1	Edifícios	17.413.029,80		42.018,43	59.507,41		17.395.540,82
42.2.1.01	Habitação	1.039.182,19			52.928,41		986.253,78
42.2.1.02	Instalações de Serviços	3.478.796,33					3.478.796,33
42.2.1.03	Instalações desportivas e recreativas	6.544.262,29		23.765,81			6.568.028,10
42.2.1.04	Mercados e instalações de fiscalização sanitária	442.645,86					442.645,86
42.2.1.07	Lares de terceira idade	151.830,08					151.830,08
42.2.1.08	Outros	2.127.043,23		18.252,62			2.145.295,85
42.2.2	Outras construções	1.267.341,14		88.520,60			1.355.861,74

42.2.2.03	Iluminação pública	9.376,40				9.376,40
42.2.2.05	Instalações desportivas e recreativas	1.193.035,74	88.520,60			1.281.556,34
42.2.2.08	Sinalização e trânsito	2.374,46				2.374,46
42.2.2.12	Outras	62.554,54				62.554,54
42.3	Equipamento básico	1.727.570,05	58.809,34			1.786.379,39
42.3.1	Software	58.880,33	31.955,23			90.835,56
42.3.9	Outros	1.668.689,72	26.854,11			1.695.543,83
42.4	Equipamento de transporte	1.171.521,37	11.546,90			1.183.068,27
42.5	Ferramentas e utensílios	33.141,06	871,53			34.012,59
42.6	Equipamento administrativo	744.675,19	46.182,53	327,54		790.530,18
42.6.1	Software	269.834,58	23.390,04			293.224,62
42.6.9	Outros	474.840,61	22.792,49	327,54		497.305,56
42.9	Outras imobilizações corpóreas	155.403,97				155.403,97
43	IMOBILIZAÇÕES INCORPÓREAS	574.477,09	11.536,55			586.013,64
43.2	Despesas de investigação e de desenvolvimento	574.477,09	11.536,55			586.013,64
44	IMOBILIZAÇÕES EM CURSO	1.081.526,35	1.256.922,34	1.484.321,10		854.127,56
44.2	Imobil. em curso de imobilizações corpóreas	749.071,76	315.851,87	966.788,70		98.134,88
44.2.2	Edifícios e outras construções	749.071,76	304.560,37	955.497,20		98.134,88
44.2.2.1	Edifícios	749.071,76	302.940,21	953.877,00		98.134,88
44.2.2.1.01	Habitação	749.071,76	223.546,21	874.483,00		98.134,88
44.2.2.1.03	Instalações desportivas e recreativas		79.394,00	79.394,00		
44.2.2.2	Outras construções		1.620,16	1.620,10		
44.2.2.2.05	Instalações desportivas e recreativas		1.620,16	1.620,10		
44.2.3	Equipamento básico		11.291,50	11.291,50		
44.2.3.1	Software		9.876,73	9.876,70		
44.2.3.9	Outros		1.414,77	1.414,70		
44.5	Imobilizações em curso de bens de domínio público	332.454,59	941.070,47	517.532,30		755.992,68
44.5.3	Outras construções e infra-estruturas	332.454,59	941.070,47	517.532,30		755.992,68
44.5.3.1	Viadutos arruamentos e obras comp.-domínio público	107.112,94	776.766,72	127.886,90		755.992,68
44.5.3.2	Parques e jardins domínio público - em curso	225.341,65	153.086,51	378.428,10		
44.5.3.3	Esgotos		4.853,44	4.853,40		
44.5.3.4	Iluminação pública		2.963,32	2.963,30		
44.5.3.6	Captação tratamento e distribuição de água		3.400,48	3.400,40		
45	BENS DE DOMÍNIO PÚBLICO	41.108.238,25	1.395.025,85			42.503.264,10
45.1	Terrenos e recursos naturais	271.938,99				271.938,99
45.3	Outras construções e infraestruturas	40.836.299,26	1.395.025,85			42.231.325,11
45.3.1	Infraestruturas do domínio	40.836.299,26	1.395.025,85			42.231.325,11

	público						
45.3.1.01	Viadutos arruamentos e outras obras complementares	19.069.906,95		109.174,72			19.179.081,67
45.3.1.02	Esgotos	2.362.886,74		4.853,44			2.367.740,18
45.3.1.03	Iluminação pública	109.762,75		2.963,32			112.726,07
45.3.1.04	Parques e jardins	670.444,96		1.252.911,25			1.923.356,21
45.3.1.06	Captação tratamento e distribuição de água	2.101.941,91		3.400,48			2.105.342,39
45.3.1.07	Viação rural	16.347.594,55		21.722,64			16.369.317,19
45.3.1.08	Sinalização e trânsito	25.138,58					25.138,58
45.3.1.09	Infraestruturas para distrib. de energia elétrica	79.157,20					79.157,20
45.3.1.11	Cemitérios	69.465,62					69.465,62
	Total	69.913.044,73		2.970.834,07	85.309,95	1.485.262,00	71.313.306,83

8.2.7 b) Movimentos ocorridos nas Amortizações e Provisões

Amortizações e Provisões

Rubricas		Saldo Inicial	Reforço	Regularizações	Saldo Final
48	AMORTIZAÇÕES ACUMULADAS	24.606.951,33	2.497.489,95	30.758,91	27.073.682,37
48.1	De investimentos em imóveis	1.421.861,98	70.666,51		1.492.528,49
48.1.2	Edifícios e outras construções	1.421.861,98	70.666,51		1.492.528,49
48.1.2.2	Outras construções	1.421.861,98	70.666,51		1.492.528,49
48.1.2.2.01	Amortizações de bens do domínio privado concessionados	9.083,46	1.000,03		10.083,49
48.1.2.2.02	Amortização bens domínio público concessionados	1.412.778,52	69.666,48		1.482.445,00
48.2	De imobilizações corpóreas	5.359.259,62	860.038,59	30.758,91	6.188.539,30
48.2.2	Edifícios e outras construções	2.923.314,02	463.539,05	30.432,92	3.356.420,15
48.2.2.1	Edifícios	2.627.643,53	441.322,06	30.432,92	3.038.532,67
48.2.2.2	Outras construções	295.670,49	22.216,99		317.887,48
48.2.3	Equipamento básico	938.320,01	245.995,42		1.184.315,43
48.2.3.9	Software	7.768,65	21.953,09		29.721,74
48.2.3.9	Outros	930.551,36	224.042,33		1.154.593,69
48.2.4	Equipamento de transporte	718.189,18	82.544,62		800.733,80
48.2.5	Ferramentas e utensílios	23.178,21	4.232,26		27.410,47

48.2.6	Equipamento administrativo	629.158,23	59.504,58	325,99	688.336,82
48.2.6.1	Software	219.316,49	32.775,61		252.092,10
48.2.6.9	Outros	409.841,74	26.728,97	325,99	436.244,72
48.2.9	Outras imobilizações corpóreas	127.099,97	4.222,66		131.322,63
48.3	De imobilizações incorpóreas	489.538,00	56.958,60		546.496,60
48.3.2	Despesas de investigação e de desenvolvimento	489.538,00	56.958,60		546.496,60
48.5	De bens de domínio público	17.336.291,73	1.509.826,25		18.846.117,98
48.5.3	Outras construções e infraestruturas	17.336.291,73	1.509.826,25		18.846.117,98
48.5.3.1	Infraestruturas do domínio público	17.336.291,73	1.509.826,25		18.846.117,98
Total		24.606.951,33	2.497.489,95	30.758,91	27.073.682,37

8.2.8 – Nas páginas seguintes, encontra-se desagregada a informação de cada uma das rubricas dos mapas da nota anterior, nas relações que se discriminam.

a) Relação de bens imóveis adquiridos / avaliados até final de 2012;

Numero Inventário	Designação	Valor Patrimonial
Domínio privado		
50532	LOTEAMENTO DA FAIA-LOTE 17	19.800,00
50533	LOTEAMENTO DA FAIA-LOTE 61	19.800,00
50534	LOTEAMENTO DA FAIA-LOTE 9	19.800,00
Domínio público		
	OBRAS DE REQUALIFICAÇÃO DO CENTRO HISTORICO	874.483,09
	EMPREITADA DE CONSTRUÇÃO DA ZONA VERDE, DE LAZER E DE RECREIO DO FREIXO	213.456,48
1510000	TEMPREITADA DE CONSTRUÇÃO DA ZONA VERDE E DE LAZER DO ROSSIO DE CIMA EM MONTOITO	159.035,70
1870000	CONSTRUÇÃO E BENEFICIAÇÃO DE PARQUES INFANTIS	5.935,98
TOTAL		1.312.311,25

8.2.9. – Custos respeitantes a empréstimos obtidos para financiar Imobilizações, durante a construção, que tenham sido capitalizados durante o exercício de 2012.

Não aplicável.

8.2.10. – Reavaliação de bens.

Durante o ano económico de 2012, foram contabilizadas as atualizações de cadastro matricial de prédios inscritos no serviço de finanças, (suportado por documentos do Serviço de Finanças de Redondo e devidamente registado na caderneta predial urbana).

8.2.11. – Mapa de reavaliação de bens.

Não aplicável.

8.2.12 – Todas as imobilizações corpóreas e em curso.

- Imobilizações em poder de terceiros;
- Bens de Domínio Público;

Encontra-se abrangida por um contrato de concessão, celebrado entre a Câmara Municipal de Redondo e a EDP Distribuição – Energia, SA, a distribuição de energia elétrica em baixa tensão na área do Município de Redondo.

8.2.13 – Os bens utilizados em regime de locação financeira.

Não aplicável.

8.2.14. – Bens do Imobilizado que não foi possível valorizar.

a) – Bens de relevância histórica ou cultural que, em sequência de critério definido pela Comissão de Avaliação, assumem valor zero por não ser exequível a sua avaliação.

b) – Bens imóveis, avaliados ou não, cujo registo de propriedade não se encontra regularizado, não se encontrando, por isso, contabilizados no Ativo Imobilizado.

c) Bens móveis e imóveis arrolados e classificados, cujo custo de aquisição ou produção se desconhece, encontrando-se em fase de avaliação técnica.

c) – Bens móveis arrolados e classificados, aos quais foi atribuído o valor zero pela comissão de avaliação, em conformidade com o ponto 4.1.4 dos critérios de valorimetria do POCAL.

8.2.15 – Quanto aos bens de domínio público não amortizáveis, apresentam-se, nas páginas seguintes.

Bens de domínio público não amortizáveis:

– Terrenos

Em conformidade com o disposto na alínea g), nº 1, do artigo 36º da Portaria nº 671/2000, publicada na II Série do Diário da República do dia 17 de Abril de 2000, que regulamenta o Cadastro e Inventário de Bens do Estado (CIBE), os terrenos não estão sujeitos ao regime de amortizações, pelo que não são objeto de amortização.

8.2.16 – No que respeita às entidades participadas, apresentam-se, na página seguinte, os quadros de:

a) Participações Financeiras – Entidades Societárias;

b) Participações Financeiras – Entidades Não Societárias

PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS – ENTIDADES SOCIETÁRIAS

Quadro – XXXIV

(Valores em Euros)

Denominação Social	N.P.C.	Cód. Jur.	Nº	CAE	Capital Social €	Participação	
						Valor €	%
ÁGUAS DO CENTRO ALENTEJO, S.A	506306143	LEI	64/93		5.000.000	152.405	3,05

O valor da participação foi atualizado pelo Método de Equivalência Patrimonial, em função da qual a participação do Município assumiu o valor de 79.855,91€.

PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS – ENTIDADES NÃO SOCIETÁRIAS**Quadro – XXXV**

(Valores em Euros)

Denominação Social	N.P.C.	Cód. Jur.	Nº	CAE	Contribuição		Data Constituição
					Inicial	€	
CIMAC – COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DO ALENTEJO CENTRAL	509364390	AM	1P	84113	-	28.120,92	03-08-2009
Associação Nacional de Municípios Portugueses – ANMP	501627413	AM	1P	91333	-	4.218	30-03-1985
ARECBA – Agência Regional de Energia do Centro e Baixo Alentejo	504668102	ASU	1P	91333	-	0	Não aplicável
ADEMO – Associação para o Desenvolvimento dos Municípios Olivícolas Portugueses	504345346	ASU	1P	9133	-	0	Não aplicável
AMPV – Associação de Municípios Portugueses do Vinho	508038430	ASU	1P	9133	-	0	Não aplicável

8.2.17. Títulos Negociáveis e Outras Aplicações de Tesouraria.

Não aplicável

8.2.18. Outras aplicações Financeiras.

Não aplicável.

8.2.19. Diferenças materialmente relevantes entre os custos de elementos do ativo circulante calculados de acordo com os critérios valorimétricos adotados e as quantias correspondentes aos respetivos preços de mercado.

Não aplicável

8.2.20. Fundamentação das circunstâncias especiais que justificaram a atribuição ao ativo circulante de um valor inferior ao mais baixo do custo ou do mercado.

Não aplicável.

8.2.21. Indicação e justificação das provisões extraordinárias respeitantes a elementos do ativo circulante relativamente aos quais, face a uma análise comercial razoável, se prevejam descidas estáveis provenientes de flutuação de valor.

Não aplicável

8.2.22 – As dívidas de cobrança duvidosa correspondem aos recibos para cobrança evidenciados no mapa das contas de ordem.

(nota 8.2.26 destas notas)

8.2.23 – As dívidas ao pessoal.

Constam do mapa de operações de tesouraria

8.2.24. Obrigações e outros títulos emitidos pela autarquia.

Não aplicável

8.2.25. Dívidas em mora ao Estado e Outros Entes Públicos.

Não aplicável

8.2.26 – Mapa com descrição desagregada referente às garantias, cauções prestadas e recibos para cobrança.

De acordo com o mapa de contas de ordem, em 2012, verificou-se que o montante de cauções atingiu 2.110.486,11€ e os recibos por cobrar 109.116,25€, conforme anexo.

MAPA DAS CONTAS DE ORDEM

CONTAS DE ORDEM							
Código	Descrição	Valores		Código	Descrição	Valores	
	SALDO DA GERÊNCIA ANTERIOR		2.175.969,77		GARANTIAS E CAUÇÕES ACIONADAS		
	GARANTIAS E CAUÇÕES RECIBOS PARA COBRAN A	2.066.853,52			GARANTIAS E CAUÇÕES DEVOLVIDAS		220.011,90
		109.116,25			RECEITA VIRTUAL COBRADA		
					RECEITA VIRTUAL ANULADA		
	GARANTIAS E CAUÇÕES PRESTADAS		263.644,49		SALDO PARA A GERENCIA SEGUINTE		2.219.602,36
	RECEITA VIRTUAL LIQUIDADADA				GARANTIAS E CAUÇÕES RECIBOS PARA COBRAN A	2.110.486,11	109.116,25
	Total geral		2.439.614,26		Total geral		2.439.614,26

MAPA DAS CONTAS DE ORDEM							
COD. CONTA	DESIGNAÇÃO	DEBITO	CREDITO	DEBITO	CREDITO	DEVEDOR	CREDOR
9	CONTAS DE ORDEM	2.476.761,50	2.476.761,50	483.656,39	483.656,39		
09.1	CAUÇÕES E DEP SITOS DE GARANTIA	300.791,73	894.252,30	220.011,90	263.644,49		637.093,16
09.1.1	CAUÇÕES PARA FORNECIMENTO DE AGUA		11.639,79				11.639,79
09.1.1.01	Forn. De água – Cauções prestadas		11.639,79				11.639,79
09.1.1.02	CAUÇÕES DE EMPREITADAS E FORNECIMENTOS						
09.1.1.03	Empreit. E fornec. – Cauções prestadas						
09.1.2	Empreit. E fornec. – Cauções devolvidas	300.791,73	662.814,52	91.189,77	120.508,79		391.341,81
09.1.2.01	CAUÇÕES DE LOTEAMENTOS E OBRAS		662.814,52		120.508,79		783.323,31
09.1.2.02	Loteamentos e obras – Cauções devolvidas						

09.1.2.03	CAUÇÕES DE LICENCIAMENTOS SANITÁRIOS	300.791,73		91.189,77		391.981,50	
09.1.3	Lic. Sanitários – Cauções prestadas		210.626,33	128.822,13	143.135,70		224.939,90
09.1.3.01	Lic. Sanitários – Cauções devolvidas		200.626,33		143.135,70		343.762,03
09.1.3.02	OUTRAS CAUÇÕES						
09.1.3.03	Outras Cauções – Cauções prestadas		10.000,00	128.822,13		118.822,13	
09.1.4	Outras Cauções – Cauções devolvidas		8.947,81				8.947,81
09.1.4.01	RECEITA VIRTUAL		8.947,81				8.947,81
09.1.4.02	RECEITA VIRTUAL – ANOS ANTERIORES						
09.1.4.03	R. V. de anos anteriores – Liquidada						
09.1.5	R. V. de anos anteriores – Cobrada		223,85				223,85
09.1.5.01	R. V. de anos anteriores – Anulada		223,85				223,85
09.1.5.02	GARANTIAS A FAVOR DA CMR						
09.1.5.03	GARANTIAS BANCÁRIAS A FAVOR DA CMR						
09.2	Gar. Banc. A favor da CMR – Constituídas	109.116,25				109.116,25	
09.2.1	Gar. Banc. A favor da CMR – Libertadas	109.116,25				109.116,25	
09.2.1.01	GARANTIAS A FAVOR DE TERCEIROS	109.116,25				109.116,25	
09.2.1.02	GAR. BANC. A FAVOR DE TERCEIROS						
09.2.1.03	Gar. Banc. A favor de ter – Constituídas						
09.2.2	Gar. Banc. A favor de ter – Libertadas						
09.2.2.01	CONTRAPARTIDAS						
09.2.2.02	DE CAUÇÕES E DEPOSITOS DE GARANTIA						
09.2.2.03	Contrapartida – Cauções de forn. De água						
09.3	Contrapartida – Cauções de empr. E forn.		1.473.392,95				1.473.392,95
09.3.1	Contrapartida – Cauções de lot. E obras		1.473.392,95				1.473.392,95
09.3.1.01	Contrapartida – Cauções de lic. Sanitar.		1.473.392,95				1.473.392,95
09.3.1.02	Contrapartida – Outras cauções						
09.3.1.03	CONTRAPARTIDA – RECEITA VIRTUAL						
09.4	Contrapartida – R. V. de anos anteriores						
09.4.1	Contrapartida – R. V. do ano corrente						
09.4.1.01	CONTRAPARTIDA – GARANTIAS BANCÁRIAS						
09.4.1.02	Contrapartida – Gar.banc. a favor da CMR						
09.4.1.03	Contrapartida – Gar.banc. a favor de ter						
09.9	CONTAS DE ORDEM	2.066.853,52	109.116,25	263.644,49	220.011,90	2.001.369,86	
09.9.1	CAUÇÕES E DEPOSITOS DE GARANTIA	593.460,57		263.644,49	220.011,90	637.093,16	
09.9.1.01	CAUÇÕES PARA FORNECIMENTO DE AGUA	11.639,79				11.639,79	
09.9.1.02	Forn. De água – Cauções prestadas	362.022,79		120.508,79	91.189,77	391.341,81	
09.9.1.03	CAUÇÕES DE EMPREITADAS E FORNECIMENTOS	210.626,33		143.135,70	128.822,13	224.939,90	
09.9.1.04	Empreit. E fornec. – Cauções prestadas	8.947,81				8.947,81	
09.9.1.05	Empreit. E fornec. – Cauções devolvidas	223,85				223,85	
09.9.2	CAUÇÕES DE LOTEAMENTOS E OBRAS		109.116,25				109.116,25
09.9.2.01	Loteamentos e obras – Cauções devolvidas		14.576,39				14.576,39
09.9.2.02	CAUÇÕES DE LICENCIAMENTOS SANITÁRIOS		94.539,86				94.539,86
09.9.3	Lic. Sanitários – Cauções prestadas	1.473.392,95				1.473.392,95	
09.9.3.01	Lic. Sanitários – Cauções devolvidas	1.473.392,95				1.473.392,95	
09.9.3.02	OUTRAS CAUÇÕES						
TOTAL...		2.476.761,50	2.476.761,50	483.656,39	483.656,39		

8.2.27. Provisões acumuladas e provisões do exercício.

Não aplicável

8.2.28 – Movimentos ocorridos no exercício nas contas da classe 5 «Fundo Patrimonial».

Tecnicamente, o Inventário do Patrimônio do município de Redondo encontra-se concluído. Contudo, podem ainda existir situações patrimoniais pontuais, que não foram objeto de inventariação, ou, que apesar de inventariadas não estavam valorizadas, uma vez que não era possível atribuir-lhes um valor de mercado.

FUNDOS PRÓPRIOS

COD. CONTA	DESIGNAÇÃO	ANTERIOR		DO PERÍODO		ACUMULADO		SALDO	
		DEBITO	CREDITO	DEBITO	CREDITO	DEBITO	CREDITO	DEVEDOR	CREDOR
51	PATRIMÔNIO		45.445.042,79				45.445.042,79		45.445.042,79
55	AJUSTAMENTOS DE PARTES DE	71.608,20		940,89		72.549,09		72.549,09	
	CAPITAL EM EMPRESAS								
55.1	EMPRESA AGUAS DO CENTRO ALENTEJO S.A	71.608,20		940,89		72.549,09		72.549,09	
56	RESERVAS DE REAVALIAÇÃO		31.549,75				31.549,75		31.549,75
57	RESERVAS	348.874,64	120.328,51			348.874,64	120.328,51	228.546,13	
57.1	Reservas legais		3.568,10				3.568,10		3.568,10
57.5	Subsídios		115.225,72				115.225,72		115.225,72
57.6	DOAÇÕES		1.534,69				1.534,69		1.534,69
57.7	Reservas decorrentes da transferência de ativos	348.874,64				348.874,64		348.874,64	
59	RESULTADOS TRANSITADOS	7.025.190,92		1.873.962,03	9.688,40	8.899.152,95	9.688,40	8.889.464,55	
	TOTAL...	7.445.673,76	45.596.921,05	1.874.902,92	9.688,40	9.320.576,68	45.606.609,45		36.286.032,77

Divisão Administrativa e Financeira

Relatório de Gestão e Demonstrações Financeiras 2012

O saldo da conta *51- Patrimônio* resulta da diferença entre o total do ativo e do passivo do balanço inicial, bem como dos posteriores ajustamentos ao balanço inicial e ainda do reforço do patrimônio de acordo com o ponto 2.7.3.4. do POCAL.

O saldo da conta *57- Reservas* - refere-se à transferência de 5% dos resultados líquidos dos exercícios anteriores para a conta *571- Reservas Legais* e ao registo de valores doados na conta *576- Doações*.

A conta *59- Resultados transitados* - regista os resultados transitados do valor do resultado líquido dos exercícios dos anos anteriores e ainda algumas regularizações que, quer pela sua natureza, quer pelo seu valor, foram consideradas não frequentes e de grande significado.

A conta *88- Resultado líquido do exercício* - provém do apuramento final dos resultados do exercício de 2012.

8.2.29 – Demonstração do Custo das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas.

DEMONSTRAÇÃO DO CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS E DAS MATÉRIAS- CONSUMIDAS

COD. CONTA	DESIGNAÇÃO	ANTERIOR		DO PERÍODO		ACUMULADO		SALDO	
		DEBITO	CREDITO	DEBITO	CREDITO	DEBITO	CREDITO	DEVEDOR	CREDOR
31	COMPRAS			1.107.924,10	1.107.924,10	1.107.924,10	1.107.924,10		

32	MERCADORIAS			409.986,93	409.770,63	409.986,93	409.770,63	216,3	
36	MATÉRIAS PRIMAS, SUBSIDI- -RIAS E DE CONSUMO	268.510,47		729.354,40	699.771,64	997.864,87	699.771,64	298.093,23	268.510,47
38	REGULARIZAÇÃO DE EXISTÊNCIAS			5.540,20	5.540,20	5.540,20	5.540,20		
TOTAL EXIST.		268.510,47		2.252.805,63	2.223.006,57	2.521.316,10	2.223.006,57	298.309,53	268.510,47

8.2.30 Demonstração da Variação da Produção.

Não aplicável

8.2.31 – Demonstração dos Resultados Financeiros.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS FINANCEIROS

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS FINANCEIROS					
CUSTOS E PERDAS	EXERCÍCIOS		PROVEITOS E GANHOS	EXERCÍCIOS	
	N	N-1		N	N-1
681 - JUROS SUPOSTOS	14.954,50	11.395,89	781 - JUROS OBTIDOS	80.466,96	75.800,73
682 - PERDAS EM ENTIDADES PRATICADAS			782 - GANHOS EM ENTIDADES PARTICIPADAS		
683 - AMORTIZAÇÕES DE INVESTIMENTOS EM IMÓVEIS	70.666,51	70.666,50	783 - RENDIMENTOS DE IMÓVEIS	17.508,99	12.986,86
684 - PROVISÕES PARA APLICAÇÕES FINANCEIRAS			784 - RENDIMENTOS DE PARTICIPAÇÕES DE CAPITAL		
685 - DIFERENÇAS DE CAMBIO DESFAVORÁVEIS			785 - DIFERENÇAS DE CAMBIO FAVORÁVEIS		
687 - PERDAS NA ALIENAÇÃO DE APLICAÇÕES DE TESOURARIA			786 - DESC. DE PTO. PAGAMENTO OBTIDOS	110,00	
688 - OUTROS CUSTOS E PERDAS FINANCEIRAS	1.628,09	2.432,89	787 - GANHOS NA ALIEN. APLIC. TESOURARIA		
RESULTADOS FINANCEIROS	266.767,48	335.362,35	788 - OUTROS PROV. E GANHOS FINANCEIROS	255.930,63	331.070,04
Total	354.016,58	419.857,63	Total	354.016,58	419.857,63

8.2.32 – Demonstração dos Resultados Extraordinários.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS EXTRAORDINÁRIOS

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS EXTRAORDINARIOS					
PROVEITOS E GANHOS	EXERCÍCIOS		CUSTOS E PERDAS	EXERCÍCIOS	
	N	N - 1		N	N - 1
691 - TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL CONCEDIDAS	90.390,92	90.378,92	791 - RESTITUIÇÃO DE IMPOSTOS		
692 - DÍVIDAS INCOBRÁVEIS	0	0	792 - RECUPERAÇÃO DE DÍVIDAS		
693 - PERDAS EM EXISTÊNCIAS	4.749,53	19.903,35	793 - GANHOS EM EXISTÊNCIA	9.843,50	28.006,77
694 - PERDAS EM IMOBILIZAÇÕES	14.312,77	323.496,83	794 - GANHOS IMOBILIZÁVEIS	39.979,19	305.005,30
695 - MULTAS E PENALIDADES	1.600,00		795 - BENEFÍCIOS PENAL. CONTRATUAIS	7.188,47	4.290,50
696 - AUMENTOS AMORTIZ. PROVISÕES			796 - REDUÇÕES AMORT. PROVISÕES		
697 - CORREÇÕES REL. EXERC. ANTERIORES	4.361,63	17.941,94	797 - CORREÇÕES RELAT. EXERC. ANTERIORES	77.523,15	20.580,45
698 - OUTROS CUSTOS E PERDAS EXTRAORDINÁRIOS			798 - OUTROS PROV. GANHOS EXTRAORDINÁRIOS	624.361,75	549.385,80
RESULTADOS EXTRAORDINARIOS	643.481,21	455.547,78			
Total	758.896,06	907.268,82	Total	758.896,06	907.268,82

NOTAS AO BALANÇO E A DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

Introdução

O Balanço e a Demonstração de Resultados encontram-se elaborados de acordo com os princípios contabilísticos definidos pelo Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL) e demais legislação portuguesa, em conformidade com os princípios contabilísticos da continuidade, da consistência, da especialização, do custo histórico, da prudência, da materialidade e da não compensação.

As notas que se seguem respeitam à numeração sequencial definida no ponto 8.2 do Decreto-Lei n.º 54-A/99 de 22 de Fevereiro (POCAL). As notas cuja numeração se encontra ausente deste anexo, não são aplicáveis à entidade, ou a sua apresentação não é relevante para a leitura das Demonstrações Financeiras do exercício de 2012.

8.2.1 – Disposições do POCAL derrogadas e seus efeitos no Balanço e Demonstração de Resultados.

No âmbito de condicionantes que influem diretamente sobre o resultado líquido do exercício ou sobre o balanço municipal serão de referir os seguintes itens:

Foi aplicado o princípio de especialização de exercícios.

Custos – Juros de Empréstimos; Encargos com o pessoal respeitantes a subsídio de férias e respetivos encargos da entidade patronal; Seguros; Rendas de Imóveis; Encargos com Iluminação Pública e Comunicações.

Proveitos – Rendas (Habitação e Mercados); Iluminação Pública; Transferências referentes a cobrança de Resíduos Sólidos; Juros de Depósitos e de Aplicações Financeiras, Impostos Diretos e Subsídios para Investimentos Plurianuais.

8.2.2. – Contas não comparáveis com o Balanço e Demonstração de Resultados do Exercício Anterior:

Relativamente ao ano de 2012, não se verificaram nos registos contabilísticos a aplicação de critérios ou de metodologias contabilísticas que influenciassem a comparabilidade dos resultados ou das contas com anos anteriores, nomeadamente, no balanço e na demonstração de resultados.

8.2.3 – Os critérios de valorimetria utilizados.

De acordo com o ponto 4.1 «Imobilizações» do POCAL e com a Portaria nº 671/2000, esta reportando às instruções regulamentadoras do Cadastro e Inventário dos Bens do Estado (CIBE), o ativo imobilizado do Município foi valorizado ao custo de aquisição ou ao custo de produção.

Entenda-se por custo de aquisição o preço de compra de um bem, acrescido dos gastos diretos ou indiretos para o colocar no seu estado atual; o custo de produção tem a ver com todas as despesas suportadas e necessárias ao fabrico do bem, nomeadamente com matérias-primas e outros materiais diretos consumidos, mão-de-obra direta e outros gastos gerais de fabrico.

No entanto, de acordo com estabelecido no POCAL e no CIBE, existem algumas exceções, como por exemplo bens considerados de valor zero, sendo estes fruto de doações em que não se conseguiu apurar o seu valor, deixando de o ser quando é assumido o custo de alguma reparação relevante.

Neste documento excetuaram-se alguns bens constantes do balanço inicial cujo valor foi atribuído baseado em critérios técnicos adequados à sua natureza.

Em regra, as amortizações são calculadas de acordo com o método das quotas constantes por duodécimos, tendo por base as taxas preconizadas no classificador CIBE. As amortizações devem traduzir a depreciação sofrida durante a vida útil dos bens, reportando-se ao mês da sua aquisição.

Imobilizado

O ativo imobilizado evidenciado no Balanço encontra-se, por regra, valorizado ao custo de aquisição ou de produção.

No caso dos ativos cujo valor de aquisição ou de produção se desconhece, o Município considera o valor resultante de avaliação segundo critérios técnicos que se adequem à natureza dos diferentes bens. Para tal foram constituídas comissões de avaliação compostas por técnicos de diferentes áreas.

No caso de impossibilidade de valorização, os bens assumem valor zero até serem objeto de uma grande reparação, assumindo então o montante desta.

Os bens de domínio público que se encontram sob a responsabilidade deste Município, são, sempre que possível valorizados ao custo de aquisição ou de produção. Nos casos em que se desconhece o custo de aquisição ou de produção, aplicam-se os critérios definidos nos parágrafos anteriores.

Os bens pertencentes ao ativo imobilizado obtidos a título gratuito encontram-se valorizados de acordo com o critério do justo valor.

Os Investimentos Financeiros encontram-se valorizados de acordo com o respetivo preço de aquisição, sendo os lucros ou proveitos a que haja lugar, contabilizados nos períodos a que se referem.

O método para o cálculo das amortizações do exercício é o das quotas constantes.

Para efeitos de aplicação do método das quotas constantes, a quota anual de amortização determina-se aplicando aos montantes dos elementos do ativo imobilizado em funcionamento as taxas de amortização definidas na lei.

O valor unitário e as condições em que os elementos do ativo imobilizado sujeitos a depreciação possam ser amortizados num só exercício são os definidos na lei.

As despesas de investigação e de desenvolvimento, são amortizadas no prazo de três anos.

Os terrenos não são amortizáveis.

Existências

As matérias-primas, subsidiárias e de consumo, são valorizadas ao custo de aquisição, acrescido das despesas necessárias à sua entrada em armazém, tendo sido adotado como método de custeio de saídas o custo médio ponderado.

Existências	
Designação	Valor
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	298.309,53€
Valor das Existências em 31/12/2012	

Dívidas de Terceiros

As dívidas de e a terceiros encontram-se expressas pelas importâncias constantes dos documentos que as titulam, não existindo dívidas em moeda estrangeira.

No corrente exercício não foram constituídas provisões.

Depósitos em Instituições Financeiras e Caixa

Os depósitos em Instituições Financeiras e as disponibilidades de caixa encontram-se expressos pelos montantes dos saldos de todas as contas de depósito e dos meios de pagamento, respetivamente, não existindo disponibilidades em moeda estrangeira.

Especialização dos Exercícios

A entidade regista os seus custos e perdas, proveitos e ganhos de acordo com o princípio da especialização dos exercícios, sendo estes imputados ao exercício em que foram incluídos ou gerados, independentemente do seu pagamento ou recebimento.

Subsídios para Investimento

As participações atribuídas ao Município, destinadas a financiar investimentos em ativos imobilizados são, por regra, contabilizadas na data da respetiva homologação, ficando expressos os valores totais dos financiamentos aprovados, na conta 274 “PROVEITOS DIFERIDOS”.

Os respetivos proveitos serão colocados a resultados do exercício sistematicamente pelo período em que os bens financiados são amortizados, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

8.2.4. – Conversão de saldos expressos em moeda estrangeira.

Não existem saldos expressos em moeda estrangeira.

8.2.5. – Situações em que o resultado líquido foi afetado.

Por valorimétricas diferentes das previstas legalmente – Não aplicável

Por amortizações do ativo imobilizado superiores às adequadas – Não aplicável

Por provisões extraordinárias – Não aplicável

8.2.6 – Relativamente à conta 43.2 “Despesas de Investigação e Desenvolvimento”:

Não existem movimentos na conta 43.1 – Despesas de Instalação. Por sua vez, e relativamente à conta 4.3.2. – Despesas de Investigação e de Desenvolvimento, verificaram-se movimentos, em 2012, na ordem dos 11.536,55€, respeitantes à realização de estudos de interesse para o município.

8.2.7 – Os movimentos ocorridos nas rubricas do ativo imobilizado constantes do balanço e nas respetivas amortizações e provisões, são evidenciados nos seguintes mapas.

Em termos dos movimentos ocorridos nas contas do Imobilizado, durante o exercício de 2012, há, numa primeira análise, a registar, uma certa estagnação face aos valores contabilizados no ano anterior.

De seguida apresentam-se os mapas que refletem os movimentos ocorridos durante o exercício, nas rubricas do ativo imobilizado, os quais constam do balanço e das respetivas amortizações e provisões.

8.2.7 a) Movimentos ocorridos nas rubricas do Ativo Imobilizado Bruto.

Ativo Bruto

	Rubricas	Saldo Inicial	Reavaliação/ Ajustamento	Aumentos	Alienações	Transferências e abates	Saldo Final
41	INVESTIMENTOS FINANCEIROS	2.516.896,10				940,8	2.515.955,21
41.1	Partes de capital	80.796,80				940,8	79.855,91
41.1.3	Empresas privadas ou cooperativas	80.796,80				940,8	79.855,91
41.1.3.1	Águas do centro Alentejo	80.796,80				940,8	79.855,91
41.4	Investimentos em imóveis	2.436.099,30					2.436.099,30
41.4.1	Terrenos e recursos naturais	31.461,05					31.461,05
41.4.2	Edifícios e outras construções	2.404.638,25					2.404.638,25
41.4.2.2	Outras construções	2.404.638,25					2.404.638,25
41.4.2.2.1	Outras construções do domínio privado concessionados	20.000,00					20.000,00
41.4.2.2.2	Outras construções domínio público concessionados	2.384.638,25					2.384.638,25
42	IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS	24.631.906,94		307.349,33	85.309,95		24.853.946,32
42.1	Terrenos e recursos naturais	2.119.224,36		59.400,00	25.475,00		2.153.149,36
42.2	Edifícios e outras construções	18.680.370,94		130.539,03	59.507,41		18.751.402,56
42.2.1	Edifícios	17.413.029,80		42.018,43	59.507,41		17.395.540,82
42.2.1.01	Habitação	1.039.182,19			52.928,41		986.253,78
42.2.1.02	Instalações de Serviços	3.478.796,33					3.478.796,33
42.2.1.03	Instalações desportivas e recreativas	6.544.262,29		23.765,81			6.568.028,10
42.2.1.04	Mercados e instalações de fiscalização sanitária	442.645,86					442.645,86
42.2.1.07	Lares de terceira idade	151.830,08					151.830,08
42.2.1.08	Outros	2.127.043,23		18.252,62			2.145.295,85
42.2.2	Outras construções	1.267.341,14		88.520,60			1.355.861,74

42.2.2.03	Iluminação pública	9.376,40				9.376,40
42.2.2.05	Instalações desportivas e recreativas	1.193.035,74	88.520,60			1.281.556,34
42.2.2.08	Sinalização e trânsito	2.374,46				2.374,46
42.2.2.12	Outras	62.554,54				62.554,54
42.3	Equipamento básico	1.727.570,05	58.809,34			1.786.379,39
42.3.1	Software	58.880,33	31.955,23			90.835,56
42.3.9	Outros	1.668.689,72	26.854,11			1.695.543,83
42.4	Equipamento de transporte	1.171.521,37	11.546,90			1.183.068,27
42.5	Ferramentas e utensílios	33.141,06	871,53			34.012,59
42.6	Equipamento administrativo	744.675,19	46.182,53	327,54		790.530,18
42.6.1	Software	269.834,58	23.390,04			293.224,62
42.6.9	Outros	474.840,61	22.792,49	327,54		497.305,56
42.9	Outras imobilizações corpóreas	155.403,97				155.403,97
43	IMOBILIZAÇÕES INCORPÓREAS	574.477,09	11.536,55			586.013,64
43.2	Despesas de investigação e de desenvolvimento	574.477,09	11.536,55			586.013,64
44	IMOBILIZAÇÕES EM CURSO	1.081.526,35	1.256.922,34	1.484.321,10		854.127,56
44.2	Imobil. em curso de imobilizações corpóreas	749.071,76	315.851,87	966.788,70		98.134,88
44.2.2	Edifícios e outras construções	749.071,76	304.560,37	955.497,20		98.134,88
44.2.2.1	Edifícios	749.071,76	302.940,21	953.877,00		98.134,88
44.2.2.1.01	Habitação	749.071,76	223.546,21	874.483,00		98.134,88
44.2.2.1.03	Instalações desportivas e recreativas		79.394,00	79.394,00		
44.2.2.2	Outras construções		1.620,16	1.620,10		
44.2.2.2.05	Instalações desportivas e recreativas		1.620,16	1.620,10		
44.2.3	Equipamento básico		11.291,50	11.291,50		
44.2.3.1	Software		9.876,73	9.876,70		
44.2.3.9	Outros		1.414,77	1.414,70		
44.5	Imobilizações em curso de bens de domínio público	332.454,59	941.070,47	517.532,30		755.992,68
44.5.3	Outras construções e infra-estruturas	332.454,59	941.070,47	517.532,30		755.992,68
44.5.3.1	Viadutos arruamentos e obras comp.-domínio público	107.112,94	776.766,72	127.886,90		755.992,68
44.5.3.2	Parques e jardins domínio público - em curso	225.341,65	153.086,51	378.428,10		
44.5.3.3	Esgotos		4.853,44	4.853,40		
44.5.3.4	Iluminação pública		2.963,32	2.963,30		
44.5.3.6	Captação tratamento e distribuição de água		3.400,48	3.400,40		
45	BENS DE DOMÍNIO PÚBLICO	41.108.238,25	1.395.025,85			42.503.264,10
45.1	Terrenos e recursos naturais	271.938,99				271.938,99
45.3	Outras construções e infraestruturas	40.836.299,26	1.395.025,85			42.231.325,11
45.3.1	Infraestruturas do domínio	40.836.299,26	1.395.025,85			42.231.325,11

	público						
45.3.1.01	Viadutos arruamentos e outras obras complementares	19.069.906,95		109.174,72			19.179.081,67
45.3.1.02	Esgotos	2.362.886,74		4.853,44			2.367.740,18
45.3.1.03	Iluminação pública	109.762,75		2.963,32			112.726,07
45.3.1.04	Parques e jardins	670.444,96		1.252.911,25			1.923.356,21
45.3.1.06	Captação tratamento e distribuição de água	2.101.941,91		3.400,48			2.105.342,39
45.3.1.07	Viação rural	16.347.594,55		21.722,64			16.369.317,19
45.3.1.08	Sinalização e trânsito	25.138,58					25.138,58
45.3.1.09	Infraestruturas para distrib. de energia elétrica	79.157,20					79.157,20
45.3.1.11	Cemitérios	69.465,62					69.465,62
	Total	69.913.044,73		2.970.834,07	85.309,95	1.485.262,00	71.313.306,83

8.2.7 b) Movimentos ocorridos nas Amortizações e Provisões

Amortizações e Provisões

Rubricas		Saldo Inicial	Reforço	Regularizações	Saldo Final
48	AMORTIZAÇÕES ACUMULADAS	24.606.951,33	2.497.489,95	30.758,91	27.073.682,37
48.1	De investimentos em imóveis	1.421.861,98	70.666,51		1.492.528,49
48.1.2	Edifícios e outras construções	1.421.861,98	70.666,51		1.492.528,49
48.1.2.2	Outras construções	1.421.861,98	70.666,51		1.492.528,49
48.1.2.2.01	Amortizações de bens do domínio privado concessionados	9.083,46	1.000,03		10.083,49
48.1.2.2.02	Amortização bens domínio público concessionados	1.412.778,52	69.666,48		1.482.445,00
48.2	De imobilizações corpóreas	5.359.259,62	860.038,59	30.758,91	6.188.539,30
48.2.2	Edifícios e outras construções	2.923.314,02	463.539,05	30.432,92	3.356.420,15
48.2.2.1	Edifícios	2.627.643,53	441.322,06	30.432,92	3.038.532,67
48.2.2.2	Outras construções	295.670,49	22.216,99		317.887,48
48.2.3	Equipamento básico	938.320,01	245.995,42		1.184.315,43
48.2.3.9	Software	7.768,65	21.953,09		29.721,74
48.2.3.9	Outros	930.551,36	224.042,33		1.154.593,69
48.2.4	Equipamento de transporte	718.189,18	82.544,62		800.733,80
48.2.5	Ferramentas e utensílios	23.178,21	4.232,26		27.410,47

48.2.6	Equipamento administrativo	629.158,23	59.504,58	325,99	688.336,82
48.2.6.1	Software	219.316,49	32.775,61		252.092,10
48.2.6.9	Outros	409.841,74	26.728,97	325,99	436.244,72
48.2.9	Outras imobilizações corpóreas	127.099,97	4.222,66		131.322,63
48.3	De imobilizações incorpóreas	489.538,00	56.958,60		546.496,60
48.3.2	Despesas de investigação e de desenvolvimento	489.538,00	56.958,60		546.496,60
48.5	De bens de domínio público	17.336.291,73	1.509.826,25		18.846.117,98
48.5.3	Outras construções e infraestruturas	17.336.291,73	1.509.826,25		18.846.117,98
48.5.3.1	Infraestruturas do domínio público	17.336.291,73	1.509.826,25		18.846.117,98
Total		24.606.951,33	2.497.489,95	30.758,91	27.073.682,37

8.2.8 – Nas páginas seguintes, encontra-se desagregada a informação de cada uma das rubricas dos mapas da nota anterior, nas relações que se discriminam.

a) Relação de bens imóveis adquiridos / avaliados até final de 2012;

Numero Inventário	Designação	Valor Patrimonial
Domínio privado		
50532	LOTEAMENTO DA FAIA-LOTE 17	19.800,00
50533	LOTEAMENTO DA FAIA-LOTE 61	19.800,00
50534	LOTEAMENTO DA FAIA-LOTE 9	19.800,00
Domínio público		
	OBRAS DE REQUALIFICAÇÃO DO CENTRO HISTORICO	874.483,09
	EMPREITADA DE CONSTRUÇÃO DA ZONA VERDE, DE LAZER E DE RECREIO DO FREIXO	213.456,48
1510000	TEMPREITADA DE CONSTRUÇÃO DA ZONA VERDE E DE LAZER DO ROSSIO DE CIMA EM MONTOITO	159.035,70
1870000	CONSTRUÇÃO E BENEFICIAÇÃO DE PARQUES INFANTIS	5.935,98
TOTAL		1.312.311,25

8.2.9. – Custos respeitantes a empréstimos obtidos para financiar Imobilizações, durante a construção, que tenham sido capitalizados durante o exercício de 2012.

Não aplicável.

8.2.10. – Reavaliação de bens.

Durante o ano económico de 2012, foram contabilizadas as atualizações de cadastro matricial de prédios inscritos no serviço de finanças, (suportado por documentos do Serviço de Finanças de Redondo e devidamente registado na caderneta predial urbana).

8.2.11. – Mapa de reavaliação de bens.

Não aplicável.

8.2.12 – Todas as imobilizações corpóreas e em curso.

- Imobilizações em poder de terceiros;
- Bens de Domínio Público;

Encontra-se abrangida por um contrato de concessão, celebrado entre a Câmara Municipal de Redondo e a EDP Distribuição – Energia, SA, a distribuição de energia elétrica em baixa tensão na área do Município de Redondo.

8.2.13 – Os bens utilizados em regime de locação financeira.

Não aplicável.

8.2.14. – Bens do Imobilizado que não foi possível valorizar.

a) – Bens de relevância histórica ou cultural que, em sequência de critério definido pela Comissão de Avaliação, assumem valor zero por não ser exequível a sua avaliação.

b) – Bens imóveis, avaliados ou não, cujo registo de propriedade não se encontra regularizado, não se encontrando, por isso, contabilizados no Ativo Imobilizado.

c) Bens móveis e imóveis arrolados e classificados, cujo custo de aquisição ou produção se desconhece, encontrando-se em fase de avaliação técnica.

c) – Bens móveis arrolados e classificados, aos quais foi atribuído o valor zero pela comissão de avaliação, em conformidade com o ponto 4.1.4 dos critérios de valorimetria do POCAL.

8.2.15 – Quanto aos bens de domínio público não amortizáveis, apresentam-se, nas páginas seguintes.

Bens de domínio público não amortizáveis:

– Terrenos

Em conformidade com o disposto na alínea g), nº 1, do artigo 36º da Portaria nº 671/2000, publicada na II Série do Diário da República do dia 17 de Abril de 2000, que regulamenta o Cadastro e Inventário de Bens do Estado (CIBE), os terrenos não estão sujeitos ao regime de amortizações, pelo que não são objeto de amortização.

8.2.16 – No que respeita às entidades participadas, apresentam-se, na página seguinte, os quadros de:

a) Participações Financeiras – Entidades Societárias;

b) Participações Financeiras – Entidades Não Societárias

PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS – ENTIDADES SOCIETÁRIAS

Quadro – XXXIV

(Valores em Euros)

Denominação Social	N.P.C.	Cód. Jur.	Nº	CAE	Capital Social €	Participação	
						Valor €	%
ÁGUAS DO CENTRO ALENTEJO, S.A	506306143	LEI	64/93		5.000.000	152.405	3,05

O valor da participação foi atualizado pelo Método de Equivalência Patrimonial, em função da qual a participação do Município assumiu o valor de 79.855,91€.

PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS – ENTIDADES NÃO SOCIETÁRIAS**Quadro – XXXV**

(Valores em Euros)

Denominação Social	N.P.C.	Cód. Jur.	Nº	CAE	Contribuição		Data Constituição
					Inicial	€	
CIMAC – COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DO ALENTEJO CENTRAL	509364390	AM	1P	84113	-	28.120,92	03-08-2009
Associação Nacional de Municípios Portugueses – ANMP	501627413	AM	1P	91333	-	4.218	30-03-1985
ARECBA – Agência Regional de Energia do Centro e Baixo Alentejo	504668102	ASU	1P	91333	-	0	Não aplicável
ADEMO – Associação para o Desenvolvimento dos Municípios Olivícolas Portugueses	504345346	ASU	1P	9133	-	0	Não aplicável
AMPV – Associação de Municípios Portugueses do Vinho	508038430	ASU	1P	9133	-	0	Não aplicável

8.2.17. Títulos Negociáveis e Outras Aplicações de Tesouraria.

Não aplicável

8.2.18. Outras aplicações Financeiras.

Não aplicável.

8.2.19. Diferenças materialmente relevantes entre os custos de elementos do ativo circulante calculados de acordo com os critérios valorimétricos adotados e as quantias correspondentes aos respetivos preços de mercado.

Não aplicável

8.2.20. Fundamentação das circunstâncias especiais que justificaram a atribuição ao ativo circulante de um valor inferior ao mais baixo do custo ou do mercado.

Não aplicável.

8.2.21. Indicação e justificação das provisões extraordinárias respeitantes a elementos do ativo circulante relativamente aos quais, face a uma análise comercial razoável, se prevejam descidas estáveis provenientes de flutuação de valor.

Não aplicável

8.2.22 – As dívidas de cobrança duvidosa correspondem aos recibos para cobrança evidenciados no mapa das contas de ordem.

(nota 8.2.26 destas notas)

8.2.23 – As dívidas ao pessoal.

Constam do mapa de operações de tesouraria

8.2.24. Obrigações e outros títulos emitidos pela autarquia.

Não aplicável

8.2.25. Dívidas em mora ao Estado e Outros Entes Públicos.

Não aplicável

8.2.26 – Mapa com descrição desagregada referente às garantias, cauções prestadas e recibos para cobrança.

De acordo com o mapa de contas de ordem, em 2012, verificou-se que o montante de cauções atingiu 2.110.486,11€ e os recibos por cobrar 109.116,25€, conforme anexo.

MAPA DAS CONTAS DE ORDEM

CONTAS DE ORDEM							
Código	Descrição	Valores		Código	Descrição	Valores	
	SALDO DA GERÊNCIA ANTERIOR		2.175.969,77		GARANTIAS E CAUÇÕES ACIONADAS		
	GARANTIAS E CAUÇÕES RECIBOS PARA COBRAN A	2.066.853,52			GARANTIAS E CAUÇÕES DEVOLVIDAS		220.011,90
		109.116,25			RECEITA VIRTUAL COBRADA		
					RECEITA VIRTUAL ANULADA		
	GARANTIAS E CAUÇÕES PRESTADAS		263.644,49		SALDO PARA A GERENCIA SEGUINTE		2.219.602,36
	RECEITA VIRTUAL LIQUIDADADA				GARANTIAS E CAUÇÕES RECIBOS PARA COBRAN A	2.110.486,11	109.116,25
	Total geral		2.439.614,26		Total geral		2.439.614,26

MAPA DAS CONTAS DE ORDEM							
COD. CONTA	DESIGNAÇÃO	DEBITO	CREDITO	DEBITO	CREDITO	DEVEDOR	CREDOR
9	CONTAS DE ORDEM	2.476.761,50	2.476.761,50	483.656,39	483.656,39		
09.1	CAUÇÕES E DEP SITOS DE GARANTIA	300.791,73	894.252,30	220.011,90	263.644,49		637.093,16
09.1.1	CAUÇÕES PARA FORNECIMENTO DE AGUA		11.639,79				11.639,79
09.1.1.01	Forn. De água – Cauções prestadas		11.639,79				11.639,79
09.1.1.02	CAUÇÕES DE EMPREITADAS E FORNECIMENTOS						
09.1.1.03	Empreit. E fornec. – Cauções prestadas						
09.1.2	Empreit. E fornec. – Cauções devolvidas	300.791,73	662.814,52	91.189,77	120.508,79		391.341,81
09.1.2.01	CAUÇÕES DE LOTEAMENTOS E OBRAS		662.814,52		120.508,79		783.323,31
09.1.2.02	Loteamentos e obras – Cauções devolvidas						

09.1.2.03	CAUÇÕES DE LICENCIAMENTOS SANITÁRIOS	300.791,73		91.189,77		391.981,50	
09.1.3	Lic. Sanitários – Cauções prestadas		210.626,33	128.822,13	143.135,70		224.939,90
09.1.3.01	Lic. Sanitários – Cauções devolvidas		200.626,33		143.135,70		343.762,03
09.1.3.02	OUTRAS CAUÇÕES						
09.1.3.03	Outras Cauções – Cauções prestadas		10.000,00	128.822,13		118.822,13	
09.1.4	Outras Cauções – Cauções devolvidas		8.947,81				8.947,81
09.1.4.01	RECEITA VIRTUAL		8.947,81				8.947,81
09.1.4.02	RECEITA VIRTUAL – ANOS ANTERIORES						
09.1.4.03	R. V. de anos anteriores – Liquidada						
09.1.5	R. V. de anos anteriores – Cobrada		223,85				223,85
09.1.5.01	R. V. de anos anteriores – Anulada		223,85				223,85
09.1.5.02	GARANTIAS A FAVOR DA CMR						
09.1.5.03	GARANTIAS BANCÁRIAS A FAVOR DA CMR						
09.2	Gar. Banc. A favor da CMR – Constituídas	109.116,25				109.116,25	
09.2.1	Gar. Banc. A favor da CMR – Libertadas	109.116,25				109.116,25	
09.2.1.01	GARANTIAS A FAVOR DE TERCEIROS	109.116,25				109.116,25	
09.2.1.02	GAR. BANC. A FAVOR DE TERCEIROS						
09.2.1.03	Gar. Banc. A favor de ter – Constituídas						
09.2.2	Gar. Banc. A favor de ter – Libertadas						
09.2.2.01	CONTRAPARTIDAS						
09.2.2.02	DE CAUÇÕES E DEPOSITOS DE GARANTIA						
09.2.2.03	Contrapartida – Cauções de forn. De água						
09.3	Contrapartida – Cauções de empr. E forn.		1.473.392,95				1.473.392,95
09.3.1	Contrapartida – Cauções de lot. E obras		1.473.392,95				1.473.392,95
09.3.1.01	Contrapartida – Cauções de lic. Sanitar.		1.473.392,95				1.473.392,95
09.3.1.02	Contrapartida – Outras cauções						
09.3.1.03	CONTRAPARTIDA – RECEITA VIRTUAL						
09.4	Contrapartida – R. V. de anos anteriores						
09.4.1	Contrapartida – R. V. do ano corrente						
09.4.1.01	CONTRAPARTIDA – GARANTIAS BANCÁRIAS						
09.4.1.02	Contrapartida – Gar.banc. a favor da CMR						
09.4.1.03	Contrapartida – Gar.banc. a favor de ter						
09.9	CONTAS DE ORDEM	2.066.853,52	109.116,25	263.644,49	220.011,90	2.001.369,86	
09.9.1	CAUÇÕES E DEPOSITOS DE GARANTIA	593.460,57		263.644,49	220.011,90	637.093,16	
09.9.1.01	CAUÇÕES PARA FORNECIMENTO DE AGUA	11.639,79				11.639,79	
09.9.1.02	Forn. De água – Cauções prestadas	362.022,79		120.508,79	91.189,77	391.341,81	
09.9.1.03	CAUÇÕES DE EMPREITADAS E FORNECIMENTOS	210.626,33		143.135,70	128.822,13	224.939,90	
09.9.1.04	Empreit. E fornec. – Cauções prestadas	8.947,81				8.947,81	
09.9.1.05	Empreit. E fornec. – Cauções devolvidas	223,85				223,85	
09.9.2	CAUÇÕES DE LOTEAMENTOS E OBRAS		109.116,25				109.116,25
09.9.2.01	Loteamentos e obras – Cauções devolvidas		14.576,39				14.576,39
09.9.2.02	CAUÇÕES DE LICENCIAMENTOS SANITÁRIOS		94.539,86				94.539,86
09.9.3	Lic. Sanitários – Cauções prestadas	1.473.392,95				1.473.392,95	
09.9.3.01	Lic. Sanitários – Cauções devolvidas	1.473.392,95				1.473.392,95	
09.9.3.02	OUTRAS CAUÇÕES						
TOTAL...		2.476.761,50	2.476.761,50	483.656,39	483.656,39		

8.2.27. Provisões acumuladas e provisões do exercício.

Não aplicável

8.2.28 – Movimentos ocorridos no exercício nas contas da classe 5 «Fundo Patrimonial».

Tecnicamente, o Inventário do Patrimônio do município de Redondo encontra-se concluído. Contudo, podem ainda existir situações patrimoniais pontuais, que não foram objeto de inventariação, ou, que apesar de inventariadas não estavam valorizadas, uma vez que não era possível atribuir-lhes um valor de mercado.

FUNDOS PRÓPRIOS

COD. CONTA	DESIGNAÇÃO	ANTERIOR		DO PERÍODO		ACUMULADO		SALDO	
		DEBITO	CREDITO	DEBITO	CREDITO	DEBITO	CREDITO	DEVEDOR	CREDOR
51	PATRIMÔNIO		45.445.042,79				45.445.042,79		45.445.042,79
55	AJUSTAMENTOS DE PARTES DE	71.608,20		940,89		72.549,09		72.549,09	
	CAPITAL EM EMPRESAS								
55.1	EMPRESA AGUAS DO CENTRO ALENTEJO S.A	71.608,20		940,89		72.549,09		72.549,09	
56	RESERVAS DE REAVALIAÇÃO		31.549,75				31.549,75		31.549,75
57	RESERVAS	348.874,64	120.328,51			348.874,64	120.328,51	228.546,13	
57.1	Reservas legais		3.568,10				3.568,10		3.568,10
57.5	Subsídios		115.225,72				115.225,72		115.225,72
57.6	DOAÇÕES		1.534,69				1.534,69		1.534,69
57.7	Reservas decorrentes da transferência de ativos	348.874,64				348.874,64		348.874,64	
59	RESULTADOS TRANSITADOS	7.025.190,92		1.873.962,03	9.688,40	8.899.152,95	9.688,40	8.889.464,55	
	TOTAL...	7.445.673,76	45.596.921,05	1.874.902,92	9.688,40	9.320.576,68	45.606.609,45		36.286.032,77

Divisão Administrativa e Financeira

Relatório de Gestão e Demonstrações Financeiras 2012

O saldo da conta *51- Patrimônio* resulta da diferença entre o total do ativo e do passivo do balanço inicial, bem como dos posteriores ajustamentos ao balanço inicial e ainda do reforço do patrimônio de acordo com o ponto 2.7.3.4. do POCAL.

O saldo da conta *57- Reservas* - refere-se à transferência de 5% dos resultados líquidos dos exercícios anteriores para a conta *571- Reservas Legais* e ao registo de valores doados na conta *576- Doações*.

A conta *59- Resultados transitados* - regista os resultados transitados do valor do resultado líquido dos exercícios dos anos anteriores e ainda algumas regularizações que, quer pela sua natureza, quer pelo seu valor, foram consideradas não frequentes e de grande significado.

A conta *88- Resultado líquido do exercício* - provém do apuramento final dos resultados do exercício de 2012.

8.2.29 – Demonstração do Custo das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas.

DEMONSTRAÇÃO DO CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS E DAS MATÉRIAS- CONSUMIDAS

COD. CONTA	DESIGNAÇÃO	ANTERIOR		DO PERIODO		ACUMULADO		SALDO	
		DEBITO	CREDITO	DEBITO	CREDITO	DEBITO	CREDITO	DEVEDOR	CREDOR
31	COMPRAS			1.107.924,10	1.107.924,10	1.107.924,10	1.107.924,10		

32	MERCADORIAS			409.986,93	409.770,63	409.986,93	409.770,63	216,3	
36	MATÉRIAS PRIMAS, SUBSIDI- -RIAS E DE CONSUMO	268.510,47		729.354,40	699.771,64	997.864,87	699.771,64	298.093,23	268.510,47
38	REGULARIZAÇÃO DE EXISTÊNCIAS			5.540,20	5.540,20	5.540,20	5.540,20		
TOTAL EXIST.		268.510,47		2.252.805,63	2.223.006,57	2.521.316,10	2.223.006,57	298.309,53	268.510,47

8.2.30 Demonstração da Variação da Produção.

Não aplicável

8.2.31 – Demonstração dos Resultados Financeiros.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS FINANCEIROS

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS FINANCEIROS					
CUSTOS E PERDAS	EXERCÍCIOS		PROVEITOS E GANHOS	EXERCÍCIOS	
	N	N-1		N	N-1
681 - JUROS SUPORTADOS	14.954,50	11.395,89	781 - JUROS OBTIDOS	80.466,96	75.800,73
682 - PERDAS EM ENTIDADES PRATICADAS			782 - GANHOS EM ENTIDADES PARTICIPADAS		
683 - AMORTIZAÇÕES DE INVESTIMENTOS EM IMÓVEIS	70.666,51	70.666,50	783 - RENDIMENTOS DE IMÓVEIS	17.508,99	12.986,86
684 - PROVISÕES PARA APLICAÇÕES FINANCEIRAS			784 - RENDIMENTOS DE PARTICIPAÇÕES DE CAPITAL		
685 - DIFERENÇAS DE CAMBIO DESFAVORÁVEIS			785 - DIFERENÇAS DE CAMBIO FAVORÁVEIS		
687 - PERDAS NA ALIENAÇÃO DE APLICAÇÕES DE TESOURARIA			786 - DESC. DE PTO. PAGAMENTO OBTIDOS	110,00	
688 - OUTROS CUSTOS E PERDAS FINANCEIRAS	1.628,09	2.432,89	787 - GANHOS NA ALIEN. APLIC. TESOURARIA		
RESULTADOS FINANCEIROS	266.767,48	335.362,35	788 - OUTROS PROV. E GANHOS FINANCEIROS	255.930,63	331.070,04
Total	354.016,58	419.857,63	Total	354.016,58	419.857,63

Divisão Administrativa e Financeira

Relatório de Gestão e Demonstrações Financeiras 2012

8.2.32 – Demonstração dos Resultados Extraordinários.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS EXTRAORDINÁRIOS

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS EXTRAORDINARIOS					
PROVEITOS E GANHOS	EXERCÍCIOS		CUSTOS E PERDAS	EXERCÍCIOS	
	N	N - 1		N	N - 1
691 - TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL CONCEDIDAS	90.390,92	90.378,92	791 - RESTITUIÇÃO DE IMPOSTOS		
692 - DÍVIDAS INCOBRÁVEIS	0	0	792 - RECUPERAÇÃO DE DÍVIDAS		
693 - PERDAS EM EXISTÊNCIAS	4.749,53	19.903,35	793 - GANHOS EM EXISTÊNCIA	9.843,50	28.006,77
694 - PERDAS EM IMOBILIZAÇÕES	14.312,77	323.496,83	794 - GANHOS IMOBILIZÁVEIS	39.979,19	305.005,30
695 - MULTAS E PENALIDADES	1.600,00		795 - BENEFÍCIOS PENAL. CONTRATUAIS	7.188,47	4.290,50
696 - AUMENTOS AMORTIZ. PROVISÕES			796 - REDUÇÕES AMORT. PROVISÕES		
697 - CORREÇÕES REL. EXERC. ANTERIORES	4.361,63	17.941,94	797 - CORREÇÕES RELAT. EXERC. ANTERIORES	77.523,15	20.580,45
698 - OUTROS CUSTOS E PERDAS EXTRAORDINÁRIOS			798 - OUTROS PROV. GANHOS EXTRAORDINÁRIOS	624.361,75	549.385,80
RESULTADOS EXTRAORDINARIOS	643.481,21	455.547,78			
Total	758.896,06	907.268,82	Total	758.896,06	907.268,82

NOTAS AO BALANÇO E A DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

Introdução

O Balanço e a Demonstração de Resultados encontram-se elaborados de acordo com os princípios contabilísticos definidos pelo Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL) e demais legislação portuguesa, em conformidade com os princípios contabilísticos da continuidade, da consistência, da especialização, do custo histórico, da prudência, da materialidade e da não compensação.

As notas que se seguem respeitam à numeração sequencial definida no ponto 8.2 do Decreto-Lei n.º 54-A/99 de 22 de Fevereiro (POCAL). As notas cuja numeração se encontra ausente deste anexo, não são aplicáveis à entidade, ou a sua apresentação não é relevante para a leitura das Demonstrações Financeiras do exercício de 2012.

8.2.1 – Disposições do POCAL derrogadas e seus efeitos no Balanço e Demonstração de Resultados.

No âmbito de condicionantes que influem diretamente sobre o resultado líquido do exercício ou sobre o balanço municipal serão de referir os seguintes itens:

Foi aplicado o princípio de especialização de exercícios.

Custos – Juros de Empréstimos; Encargos com o pessoal respeitantes a subsídio de férias e respetivos encargos da entidade patronal; Seguros; Rendas de Imóveis; Encargos com Iluminação Pública e Comunicações.

Proveitos – Rendas (Habitação e Mercados); Iluminação Pública; Transferências referentes a cobrança de Resíduos Sólidos; Juros de Depósitos e de Aplicações Financeiras, Impostos Diretos e Subsídios para Investimentos Plurianuais.

8.2.2. – Contas não comparáveis com o Balanço e Demonstração de Resultados do Exercício Anterior:

Relativamente ao ano de 2012, não se verificaram nos registos contabilísticos a aplicação de critérios ou de metodologias contabilísticas que influenciassem a comparabilidade dos resultados ou das contas com anos anteriores, nomeadamente, no balanço e na demonstração de resultados.

8.2.3 – Os critérios de valorimetria utilizados.

De acordo com o ponto 4.1 «Imobilizações» do POCAL e com a Portaria nº 671/2000, esta reportando às instruções regulamentadoras do Cadastro e Inventário dos Bens do Estado (CIBE), o ativo imobilizado do Município foi valorizado ao custo de aquisição ou ao custo de produção.

Entenda-se por custo de aquisição o preço de compra de um bem, acrescido dos gastos diretos ou indiretos para o colocar no seu estado atual; o custo de produção tem a ver com todas as despesas suportadas e necessárias ao fabrico do bem, nomeadamente com matérias-primas e outros materiais diretos consumidos, mão-de-obra direta e outros gastos gerais de fabrico.

No entanto, de acordo com estabelecido no POCAL e no CIBE, existem algumas exceções, como por exemplo bens considerados de valor zero, sendo estes fruto de doações em que não se conseguiu apurar o seu valor, deixando de o ser quando é assumido o custo de alguma reparação relevante.

Neste documento excetuaram-se alguns bens constantes do balanço inicial cujo valor foi atribuído baseado em critérios técnicos adequados à sua natureza.

Em regra, as amortizações são calculadas de acordo com o método das quotas constantes por duodécimos, tendo por base as taxas preconizadas no classificador CIBE. As amortizações devem traduzir a depreciação sofrida durante a vida útil dos bens, reportando-se ao mês da sua aquisição.

Imobilizado

O ativo imobilizado evidenciado no Balanço encontra-se, por regra, valorizado ao custo de aquisição ou de produção.

No caso dos ativos cujo valor de aquisição ou de produção se desconhece, o Município considera o valor resultante de avaliação segundo critérios técnicos que se adequem à natureza dos diferentes bens. Para tal foram constituídas comissões de avaliação compostas por técnicos de diferentes áreas.

No caso de impossibilidade de valorização, os bens assumem valor zero até serem objeto de uma grande reparação, assumindo então o montante desta.

Os bens de domínio público que se encontram sob a responsabilidade deste Município, são, sempre que possível valorizados ao custo de aquisição ou de produção. Nos casos em que se desconhece o custo de aquisição ou de produção, aplicam-se os critérios definidos nos parágrafos anteriores.

Os bens pertencentes ao ativo imobilizado obtidos a título gratuito encontram-se valorizados de acordo com o critério do justo valor.

Os Investimentos Financeiros encontram-se valorizados de acordo com o respetivo preço de aquisição, sendo os lucros ou proveitos a que haja lugar, contabilizados nos períodos a que se referem.

O método para o cálculo das amortizações do exercício é o das quotas constantes.

Para efeitos de aplicação do método das quotas constantes, a quota anual de amortização determina-se aplicando aos montantes dos elementos do ativo imobilizado em funcionamento as taxas de amortização definidas na lei.

O valor unitário e as condições em que os elementos do ativo imobilizado sujeitos a depreciação possam ser amortizados num só exercício são os definidos na lei.

As despesas de investigação e de desenvolvimento, são amortizadas no prazo de três anos.

Os terrenos não são amortizáveis.

Existências

As matérias-primas, subsidiárias e de consumo, são valorizadas ao custo de aquisição, acrescido das despesas necessárias à sua entrada em armazém, tendo sido adotado como método de custeio de saídas o custo médio ponderado.

Existências	
Designação	Valor
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	298.309,53€
Valor das Existências em 31/12/2012	

Dívidas de Terceiros

As dívidas de e a terceiros encontram-se expressas pelas importâncias constantes dos documentos que as titulam, não existindo dívidas em moeda estrangeira.

No corrente exercício não foram constituídas provisões.

Depósitos em Instituições Financeiras e Caixa

Os depósitos em Instituições Financeiras e as disponibilidades de caixa encontram-se expressos pelos montantes dos saldos de todas as contas de depósito e dos meios de pagamento, respetivamente, não existindo disponibilidades em moeda estrangeira.

Especialização dos Exercícios

A entidade regista os seus custos e perdas, proveitos e ganhos de acordo com o princípio da especialização dos exercícios, sendo estes imputados ao exercício em que foram incluídos ou gerados, independentemente do seu pagamento ou recebimento.

Subsídios para Investimento

As participações atribuídas ao Município, destinadas a financiar investimentos em ativos imobilizados são, por regra, contabilizadas na data da respetiva homologação, ficando expressos os valores totais dos financiamentos aprovados, na conta 274 “PROVEITOS DIFERIDOS”.

Os respetivos proveitos serão colocados a resultados do exercício sistematicamente pelo período em que os bens financiados são amortizados, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

8.2.4. – Conversão de saldos expressos em moeda estrangeira.

Não existem saldos expressos em moeda estrangeira.

8.2.5. – Situações em que o resultado líquido foi afetado.

Por valorimétricas diferentes das previstas legalmente – Não aplicável

Por amortizações do ativo imobilizado superiores às adequadas – Não aplicável

Por provisões extraordinárias – Não aplicável

8.2.6 – Relativamente à conta 43.2 “Despesas de Investigação e Desenvolvimento”:

Não existem movimentos na conta 43.1 – Despesas de Instalação. Por sua vez, e relativamente à conta 4.3.2. – Despesas de Investigação e de Desenvolvimento, verificaram-se movimentos, em 2012, na ordem dos 11.536,55€, respeitantes à realização de estudos de interesse para o município.

8.2.7 – Os movimentos ocorridos nas rubricas do ativo imobilizado constantes do balanço e nas respetivas amortizações e provisões, são evidenciados nos seguintes mapas.

Em termos dos movimentos ocorridos nas contas do Imobilizado, durante o exercício de 2012, há, numa primeira análise, a registar, uma certa estagnação face aos valores contabilizados no ano anterior.

De seguida apresentam-se os mapas que refletem os movimentos ocorridos durante o exercício, nas rubricas do ativo imobilizado, os quais constam do balanço e das respetivas amortizações e provisões.

8.2.7 a) Movimentos ocorridos nas rubricas do Ativo Imobilizado Bruto.

Ativo Bruto

	Rubricas	Saldo Inicial	Reavaliação/ Ajustamento	Aumentos	Alienações	Transferências e abates	Saldo Final
41	INVESTIMENTOS FINANCEIROS	2.516.896,10				940,8	2.515.955,21
41.1	Partes de capital	80.796,80				940,8	79.855,91
41.1.3	Empresas privadas ou cooperativas	80.796,80				940,8	79.855,91
41.1.3.1	Águas do centro Alentejo	80.796,80				940,8	79.855,91
41.4	Investimentos em imóveis	2.436.099,30					2.436.099,30
41.4.1	Terrenos e recursos naturais	31.461,05					31.461,05
41.4.2	Edifícios e outras construções	2.404.638,25					2.404.638,25
41.4.2.2	Outras construções	2.404.638,25					2.404.638,25
41.4.2.2.1	Outras construções do domínio privado concessionados	20.000,00					20.000,00
41.4.2.2.2	Outras construções domínio público concessionados	2.384.638,25					2.384.638,25
42	IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS	24.631.906,94		307.349,33	85.309,95		24.853.946,32
42.1	Terrenos e recursos naturais	2.119.224,36		59.400,00	25.475,00		2.153.149,36
42.2	Edifícios e outras construções	18.680.370,94		130.539,03	59.507,41		18.751.402,56
42.2.1	Edifícios	17.413.029,80		42.018,43	59.507,41		17.395.540,82
42.2.1.01	Habitação	1.039.182,19			52.928,41		986.253,78
42.2.1.02	Instalações de Serviços	3.478.796,33					3.478.796,33
42.2.1.03	Instalações desportivas e recreativas	6.544.262,29		23.765,81			6.568.028,10
42.2.1.04	Mercados e instalações de fiscalização sanitária	442.645,86					442.645,86
42.2.1.07	Lares de terceira idade	151.830,08					151.830,08
42.2.1.08	Outros	2.127.043,23		18.252,62			2.145.295,85
42.2.2	Outras construções	1.267.341,14		88.520,60			1.355.861,74

42.2.2.03	Iluminação pública	9.376,40				9.376,40
42.2.2.05	Instalações desportivas e recreativas	1.193.035,74	88.520,60			1.281.556,34
42.2.2.08	Sinalização e trânsito	2.374,46				2.374,46
42.2.2.12	Outras	62.554,54				62.554,54
42.3	Equipamento básico	1.727.570,05	58.809,34			1.786.379,39
42.3.1	Software	58.880,33	31.955,23			90.835,56
42.3.9	Outros	1.668.689,72	26.854,11			1.695.543,83
42.4	Equipamento de transporte	1.171.521,37	11.546,90			1.183.068,27
42.5	Ferramentas e utensílios	33.141,06	871,53			34.012,59
42.6	Equipamento administrativo	744.675,19	46.182,53	327,54		790.530,18
42.6.1	Software	269.834,58	23.390,04			293.224,62
42.6.9	Outros	474.840,61	22.792,49	327,54		497.305,56
42.9	Outras imobilizações corpóreas	155.403,97				155.403,97
43	IMOBILIZAÇÕES INCORPÓREAS	574.477,09	11.536,55			586.013,64
43.2	Despesas de investigação e de desenvolvimento	574.477,09	11.536,55			586.013,64
44	IMOBILIZAÇÕES EM CURSO	1.081.526,35	1.256.922,34	1.484.321,10		854.127,56
44.2	Imobil. em curso de imobilizações corpóreas	749.071,76	315.851,87	966.788,70		98.134,88
44.2.2	Edifícios e outras construções	749.071,76	304.560,37	955.497,20		98.134,88
44.2.2.1	Edifícios	749.071,76	302.940,21	953.877,00		98.134,88
44.2.2.1.01	Habitação	749.071,76	223.546,21	874.483,00		98.134,88
44.2.2.1.03	Instalações desportivas e recreativas		79.394,00	79.394,00		
44.2.2.2	Outras construções		1.620,16	1.620,10		
44.2.2.2.05	Instalações desportivas e recreativas		1.620,16	1.620,10		
44.2.3	Equipamento básico		11.291,50	11.291,50		
44.2.3.1	Software		9.876,73	9.876,70		
44.2.3.9	Outros		1.414,77	1.414,70		
44.5	Imobilizações em curso de bens de domínio público	332.454,59	941.070,47	517.532,30		755.992,68
44.5.3	Outras construções e infra-estruturas	332.454,59	941.070,47	517.532,30		755.992,68
44.5.3.1	Viadutos arruamentos e obras comp.-domínio público	107.112,94	776.766,72	127.886,90		755.992,68
44.5.3.2	Parques e jardins domínio público - em curso	225.341,65	153.086,51	378.428,10		
44.5.3.3	Esgotos		4.853,44	4.853,40		
44.5.3.4	Iluminação pública		2.963,32	2.963,30		
44.5.3.6	Captação tratamento e distribuição de água		3.400,48	3.400,40		
45	BENS DE DOMÍNIO PÚBLICO	41.108.238,25	1.395.025,85			42.503.264,10
45.1	Terrenos e recursos naturais	271.938,99				271.938,99
45.3	Outras construções e infraestruturas	40.836.299,26	1.395.025,85			42.231.325,11
45.3.1	Infraestruturas do domínio	40.836.299,26	1.395.025,85			42.231.325,11

	público					
45.3.1.01	Viadutos arruamentos e outras obras complementares	19.069.906,95		109.174,72		19.179.081,67
45.3.1.02	Esgotos	2.362.886,74		4.853,44		2.367.740,18
45.3.1.03	Iluminação pública	109.762,75		2.963,32		112.726,07
45.3.1.04	Parques e jardins	670.444,96		1.252.911,25		1.923.356,21
45.3.1.06	Captação tratamento e distribuição de água	2.101.941,91		3.400,48		2.105.342,39
45.3.1.07	Viação rural	16.347.594,55		21.722,64		16.369.317,19
45.3.1.08	Sinalização e trânsito	25.138,58				25.138,58
45.3.1.09	Infraestruturas para distrib. de energia elétrica	79.157,20				79.157,20
45.3.1.11	Cemitérios	69.465,62				69.465,62
	Total	69.913.044,73		2.970.834,07	85.309,95	1.485.262,00
						71.313.306,83

8.2.7 b) Movimentos ocorridos nas Amortizações e Provisões

Amortizações e Provisões

Rubricas		Saldo Inicial	Reforço	Regularizações	Saldo Final
48	AMORTIZAÇÕES ACUMULADAS	24.606.951,33	2.497.489,95	30.758,91	27.073.682,37
48.1	De investimentos em imóveis	1.421.861,98	70.666,51		1.492.528,49
48.1.2	Edifícios e outras construções	1.421.861,98	70.666,51		1.492.528,49
48.1.2.2	Outras construções	1.421.861,98	70.666,51		1.492.528,49
48.1.2.2.01	Amortizações de bens do domínio privado concessionados	9.083,46	1.000,03		10.083,49
48.1.2.2.02	Amortização bens domínio público concessionados	1.412.778,52	69.666,48		1.482.445,00
48.2	De imobilizações corpóreas	5.359.259,62	860.038,59	30.758,91	6.188.539,30
48.2.2	Edifícios e outras construções	2.923.314,02	463.539,05	30.432,92	3.356.420,15
48.2.2.1	Edifícios	2.627.643,53	441.322,06	30.432,92	3.038.532,67
48.2.2.2	Outras construções	295.670,49	22.216,99		317.887,48
48.2.3	Equipamento básico	938.320,01	245.995,42		1.184.315,43
48.2.3.9	Software	7.768,65	21.953,09		29.721,74
48.2.3.9	Outros	930.551,36	224.042,33		1.154.593,69
48.2.4	Equipamento de transporte	718.189,18	82.544,62		800.733,80
48.2.5	Ferramentas e utensílios	23.178,21	4.232,26		27.410,47

48.2.6	Equipamento administrativo	629.158,23	59.504,58	325,99	688.336,82
48.2.6.1	Software	219.316,49	32.775,61		252.092,10
48.2.6.9	Outros	409.841,74	26.728,97	325,99	436.244,72
48.2.9	Outras imobilizações corpóreas	127.099,97	4.222,66		131.322,63
48.3	De imobilizações incorpóreas	489.538,00	56.958,60		546.496,60
48.3.2	Despesas de investigação e de desenvolvimento	489.538,00	56.958,60		546.496,60
48.5	De bens de domínio público	17.336.291,73	1.509.826,25		18.846.117,98
48.5.3	Outras construções e infraestruturas	17.336.291,73	1.509.826,25		18.846.117,98
48.5.3.1	Infraestruturas do domínio público	17.336.291,73	1.509.826,25		18.846.117,98
Total		24.606.951,33	2.497.489,95	30.758,91	27.073.682,37

8.2.8 – Nas páginas seguintes, encontra-se desagregada a informação de cada uma das rubricas dos mapas da nota anterior, nas relações que se discriminam.

a) Relação de bens imóveis adquiridos / avaliados até final de 2012;

Numero Inventário	Designação	Valor Patrimonial
Domínio privado		
50532	LOTEAMENTO DA FAIA-LOTE 17	19.800,00
50533	LOTEAMENTO DA FAIA-LOTE 61	19.800,00
50534	LOTEAMENTO DA FAIA-LOTE 9	19.800,00
Domínio público		
	OBRAS DE REQUALIFICAÇÃO DO CENTRO HISTORICO	874.483,09
	EMPREITADA DE CONSTRUÇÃO DA ZONA VERDE, DE LAZER E DE RECREIO DO FREIXO	213.456,48
1510000	TEMPREITADA DE CONSTRUÇÃO DA ZONA VERDE E DE LAZER DO ROSSIO DE CIMA EM MONTOITO	159.035,70
1870000	CONSTRUÇÃO E BENEFICIAÇÃO DE PARQUES INFANTIS	5.935,98
TOTAL		1.312.311,25

8.2.9. – Custos respeitantes a empréstimos obtidos para financiar Imobilizações, durante a construção, que tenham sido capitalizados durante o exercício de 2012.

Não aplicável.

8.2.10. – Reavaliação de bens.

Durante o ano económico de 2012, foram contabilizadas as atualizações de cadastro matricial de prédios inscritos no serviço de finanças, (suportado por documentos do Serviço de Finanças de Redondo e devidamente registado na caderneta predial urbana).

8.2.11. – Mapa de reavaliação de bens.

Não aplicável.

8.2.12 – Todas as imobilizações corpóreas e em curso.

- Imobilizações em poder de terceiros;
- Bens de Domínio Público;

Encontra-se abrangida por um contrato de concessão, celebrado entre a Câmara Municipal de Redondo e a EDP Distribuição – Energia, SA, a distribuição de energia elétrica em baixa tensão na área do Município de Redondo.

8.2.13 – Os bens utilizados em regime de locação financeira.

Não aplicável.

8.2.14. – Bens do Imobilizado que não foi possível valorizar.

a) – Bens de relevância histórica ou cultural que, em sequência de critério definido pela Comissão de Avaliação, assumem valor zero por não ser exequível a sua avaliação.

b) – Bens imóveis, avaliados ou não, cujo registo de propriedade não se encontra regularizado, não se encontrando, por isso, contabilizados no Ativo Imobilizado.

c) Bens móveis e imóveis arrolados e classificados, cujo custo de aquisição ou produção se desconhece, encontrando-se em fase de avaliação técnica.

c) – Bens móveis arrolados e classificados, aos quais foi atribuído o valor zero pela comissão de avaliação, em conformidade com o ponto 4.1.4 dos critérios de valorimetria do POCAL.

8.2.15 – Quanto aos bens de domínio público não amortizáveis, apresentam-se, nas páginas seguintes.

Bens de domínio público não amortizáveis:

– Terrenos

Em conformidade com o disposto na alínea g), nº 1, do artigo 36º da Portaria nº 671/2000, publicada na II Série do Diário da República do dia 17 de Abril de 2000, que regulamenta o Cadastro e Inventário de Bens do Estado (CIBE), os terrenos não estão sujeitos ao regime de amortizações, pelo que não são objeto de amortização.

8.2.16 – No que respeita às entidades participadas, apresentam-se, na página seguinte, os quadros de:

a) Participações Financeiras – Entidades Societárias;

b) Participações Financeiras – Entidades Não Societárias

PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS – ENTIDADES SOCIETÁRIAS

Quadro – XXXIV

(Valores em Euros)

Denominação Social	N.P.C.	Cód. Jur.	Nº	CAE	Capital Social €	Participação	
						Valor €	%
ÁGUAS DO CENTRO ALENTEJO, S.A	506306143	LEI	64/93		5.000.000	152.405	3,05

O valor da participação foi atualizado pelo Método de Equivalência Patrimonial, em função da qual a participação do Município assumiu o valor de 79.855,91€.

PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS – ENTIDADES NÃO SOCIETÁRIAS**Quadro – XXXV**

(Valores em Euros)

Denominação Social	N.P.C.	Cód. Jur.	Nº	CAE	Contribuição		Data Constituição
					Inicial	€ Anual	
CIMAC – COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DO ALENTEJO CENTRAL	509364390	AM	1P	84113	-	28.120,92	03-08-2009
Associação Nacional de Municípios Portugueses – ANMP	501627413	AM	1P	91333	-	4.218	30-03-1985
ARECBA – Agência Regional de Energia do Centro e Baixo Alentejo	504668102	ASU	1P	91333	-	0	Não aplicável
ADEMO – Associação para o Desenvolvimento dos Municípios Olivícolas Portugueses	504345346	ASU	1P	9133	-	0	Não aplicável
AMPV – Associação de Municípios Portugueses do Vinho	508038430	ASU	1P	9133	-	0	Não aplicável

8.2.17. Títulos Negociáveis e Outras Aplicações de Tesouraria.

Não aplicável

8.2.18. Outras aplicações Financeiras.

Não aplicável.

8.2.19. Diferenças materialmente relevantes entre os custos de elementos do ativo circulante calculados de acordo com os critérios valorimétricos adotados e as quantias correspondentes aos respetivos preços de mercado.

Não aplicável

8.2.20. Fundamentação das circunstâncias especiais que justificaram a atribuição ao ativo circulante de um valor inferior ao mais baixo do custo ou do mercado.

Não aplicável.

8.2.21. Indicação e justificação das provisões extraordinárias respeitantes a elementos do ativo circulante relativamente aos quais, face a uma análise comercial razoável, se prevejam descidas estáveis provenientes de flutuação de valor.

Não aplicável

8.2.22 – As dívidas de cobrança duvidosa correspondem aos recibos para cobrança evidenciados no mapa das contas de ordem.

(nota 8.2.26 destas notas)

8.2.23 – As dívidas ao pessoal.

Constam do mapa de operações de tesouraria

8.2.24. Obrigações e outros títulos emitidos pela autarquia.

Não aplicável

8.2.25. Dívidas em mora ao Estado e Outros Entes Públicos.

Não aplicável

8.2.26 – Mapa com descrição desagregada referente às garantias, cauções prestadas e recibos para cobrança.

De acordo com o mapa de contas de ordem, em 2012, verificou-se que o montante de cauções atingiu 2.110.486,11€ e os recibos por cobrar 109.116,25€, conforme anexo.

MAPA DAS CONTAS DE ORDEM

CONTAS DE ORDEM							
Código	Descrição	Valores		Código	Descrição	Valores	
	SALDO DA GERÊNCIA ANTERIOR		2.175.969,77		GARANTIAS E CAUÇÕES ACIONADAS		
	GARANTIAS E CAUÇÕES RECIBOS PARA COBRAN A	2.066.853,52			GARANTIAS E CAUÇÕES DEVOLVIDAS		220.011,90
		109.116,25			RECEITA VIRTUAL COBRADA		
					RECEITA VIRTUAL ANULADA		
	GARANTIAS E CAUÇÕES PRESTADAS		263.644,49		SALDO PARA A GERENCIA SEGUINTE		2.219.602,36
	RECEITA VIRTUAL LIQUIDADADA				GARANTIAS E CAUÇÕES RECIBOS PARA COBRAN A	2.110.486,11	109.116,25
	Total geral		2.439.614,26		Total geral		2.439.614,26

MAPA DAS CONTAS DE ORDEM							
COD. CONTA	DESIGNAÇÃO	DEBITO	CREDITO	DEBITO	CREDITO	DEVEDOR	CREDOR
9	CONTAS DE ORDEM	2.476.761,50	2.476.761,50	483.656,39	483.656,39		
09.1	CAUÇÕES E DEP SITOS DE GARANTIA	300.791,73	894.252,30	220.011,90	263.644,49		637.093,16
09.1.1	CAUÇÕES PARA FORNECIMENTO DE AGUA		11.639,79				11.639,79
09.1.1.01	Forn. De água – Cauções prestadas		11.639,79				11.639,79
09.1.1.02	CAUÇÕES DE EMPREITADAS E FORNECIMENTOS						
09.1.1.03	Empreit. E fornec. – Cauções prestadas						
09.1.2	Empreit. E fornec. – Cauções devolvidas	300.791,73	662.814,52	91.189,77	120.508,79		391.341,81
09.1.2.01	CAUÇÕES DE LOTEAMENTOS E OBRAS		662.814,52		120.508,79		783.323,31
09.1.2.02	Loteamentos e obras – Cauções devolvidas						

09.1.2.03	CAUÇÕES DE LICENCIAMENTOS SANITÁRIOS	300.791,73		91.189,77		391.981,50	
09.1.3	Lic. Sanitários – Cauções prestadas		210.626,33	128.822,13	143.135,70		224.939,90
09.1.3.01	Lic. Sanitários – Cauções devolvidas		200.626,33		143.135,70		343.762,03
09.1.3.02	OUTRAS CAUÇÕES						
09.1.3.03	Outras Cauções – Cauções prestadas		10.000,00	128.822,13		118.822,13	
09.1.4	Outras Cauções – Cauções devolvidas		8.947,81				8.947,81
09.1.4.01	RECEITA VIRTUAL		8.947,81				8.947,81
09.1.4.02	RECEITA VIRTUAL – ANOS ANTERIORES						
09.1.4.03	R. V. de anos anteriores – Liquidada						
09.1.5	R. V. de anos anteriores – Cobrada		223,85				223,85
09.1.5.01	R. V. de anos anteriores – Anulada		223,85				223,85
09.1.5.02	GARANTIAS A FAVOR DA CMR						
09.1.5.03	GARANTIAS BANCÁRIAS A FAVOR DA CMR						
09.2	Gar. Banc. A favor da CMR – Constituídas	109.116,25				109.116,25	
09.2.1	Gar. Banc. A favor da CMR – Libertadas	109.116,25				109.116,25	
09.2.1.01	GARANTIAS A FAVOR DE TERCEIROS	109.116,25				109.116,25	
09.2.1.02	GAR. BANC. A FAVOR DE TERCEIROS						
09.2.1.03	Gar. Banc. A favor de ter – Constituídas						
09.2.2	Gar. Banc. A favor de ter – Libertadas						
09.2.2.01	CONTRAPARTIDAS						
09.2.2.02	DE CAUÇÕES E DEPOSITOS DE GARANTIA						
09.2.2.03	Contrapartida – Cauções de forn. De água						
09.3	Contrapartida – Cauções de empr. E forn.		1.473.392,95				1.473.392,95
09.3.1	Contrapartida – Cauções de lot. E obras		1.473.392,95				1.473.392,95
09.3.1.01	Contrapartida – Cauções de lic. Sanitar.		1.473.392,95				1.473.392,95
09.3.1.02	Contrapartida – Outras cauções						
09.3.1.03	CONTRAPARTIDA – RECEITA VIRTUAL						
09.4	Contrapartida – R. V. de anos anteriores						
09.4.1	Contrapartida – R. V. do ano corrente						
09.4.1.01	CONTRAPARTIDA – GARANTIAS BANCÁRIAS						
09.4.1.02	Contrapartida – Gar.banc. a favor da CMR						
09.4.1.03	Contrapartida – Gar.banc. a favor de ter						
09.9	CONTAS DE ORDEM	2.066.853,52	109.116,25	263.644,49	220.011,90	2.001.369,86	
09.9.1	CAUÇÕES E DEPOSITOS DE GARANTIA	593.460,57		263.644,49	220.011,90	637.093,16	
09.9.1.01	CAUÇÕES PARA FORNECIMENTO DE AGUA	11.639,79				11.639,79	
09.9.1.02	Forn. De água – Cauções prestadas	362.022,79		120.508,79	91.189,77	391.341,81	
09.9.1.03	CAUÇÕES DE EMPREITADAS E FORNECIMENTOS	210.626,33		143.135,70	128.822,13	224.939,90	
09.9.1.04	Empreit. E fornec. – Cauções prestadas	8.947,81				8.947,81	
09.9.1.05	Empreit. E fornec. – Cauções devolvidas	223,85				223,85	
09.9.2	CAUÇÕES DE LOTEAMENTOS E OBRAS		109.116,25				109.116,25
09.9.2.01	Loteamentos e obras – Cauções devolvidas		14.576,39				14.576,39
09.9.2.02	CAUÇÕES DE LICENCIAMENTOS SANITÁRIOS		94.539,86				94.539,86
09.9.3	Lic. Sanitários – Cauções prestadas	1.473.392,95				1,473.392,95	
09.9.3.01	Lic. Sanitários – Cauções devolvidas	1,473.392,95				1,473.392,95	
09.9.3.02	OUTRAS CAUÇÕES						
TOTAL...		2.476.761,50	2.476.761,50	483.656,39	483.656,39		

8.2.27. Provisões acumuladas e provisões do exercício.

Não aplicável

8.2.28 – Movimentos ocorridos no exercício nas contas da classe 5 «Fundo Patrimonial».

Tecnicamente, o Inventário do Patrimônio do município de Redondo encontra-se concluído. Contudo, podem ainda existir situações patrimoniais pontuais, que não foram objeto de inventariação, ou, que apesar de inventariadas não estavam valorizadas, uma vez que não era possível atribuir-lhes um valor de mercado.

FUNDOS PRÓPRIOS

COD. CONTA	DESIGNAÇÃO	ANTERIOR		DO PERÍODO		ACUMULADO		SALDO	
		DEBITO	CREDITO	DEBITO	CREDITO	DEBITO	CREDITO	DEVEDOR	CREDOR
51	PATRIMÔNIO		45.445.042,79				45.445.042,79		45.445.042,79
55	AJUSTAMENTOS DE PARTES DE	71.608,20		940,89		72.549,09		72.549,09	
	CAPITAL EM EMPRESAS								
55.1	EMPRESA AGUAS DO CENTRO ALENTEJO S.A	71.608,20		940,89		72.549,09		72.549,09	
56	RESERVAS DE REAVALIAÇÃO		31.549,75				31.549,75		31.549,75
57	RESERVAS	348.874,64	120.328,51			348.874,64	120.328,51	228.546,13	
57.1	Reservas legais		3.568,10				3.568,10		3.568,10
57.5	Subsídios		115.225,72				115.225,72		115.225,72
57.6	DOAÇÕES		1.534,69				1.534,69		1.534,69
57.7	Reservas decorrentes da transferência de ativos	348.874,64				348.874,64		348.874,64	
59	RESULTADOS TRANSITADOS	7.025.190,92		1.873.962,03	9.688,40	8.899.152,95	9.688,40	8.889.464,55	
	TOTAL...	7.445.673,76	45.596.921,05	1.874.902,92	9.688,40	9.320.576,68	45.606.609,45		36.286.032,77

Divisão Administrativa e Financeira

Relatório de Gestão e Demonstrações Financeiras 2012

O saldo da conta *51- Patrimônio* resulta da diferença entre o total do ativo e do passivo do balanço inicial, bem como dos posteriores ajustamentos ao balanço inicial e ainda do reforço do patrimônio de acordo com o ponto 2.7.3.4. do POCAL.

O saldo da conta *57- Reservas* - refere-se à transferência de 5% dos resultados líquidos dos exercícios anteriores para a conta *571- Reservas Legais* e ao registo de valores doados na conta *576- Doações*.

A conta *59- Resultados transitados* - regista os resultados transitados do valor do resultado líquido dos exercícios dos anos anteriores e ainda algumas regularizações que, quer pela sua natureza, quer pelo seu valor, foram consideradas não frequentes e de grande significado.

A conta *88- Resultado líquido do exercício* - provém do apuramento final dos resultados do exercício de 2012.

8.2.29 – Demonstração do Custo das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas.

DEMONSTRAÇÃO DO CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS E DAS MATÉRIAS- CONSUMIDAS

COD. CONTA	DESIGNAÇÃO	ANTERIOR		DO PERÍODO		ACUMULADO		SALDO	
		DEBITO	CREDITO	DEBITO	CREDITO	DEBITO	CREDITO	DEVEDOR	CREDOR
31	COMPRAS			1.107.924,10	1.107.924,10	1.107.924,10	1.107.924,10		

32	MERCADORIAS			409.986,93	409.770,63	409.986,93	409.770,63	216,3	
36	MATÉRIAS PRIMAS, SUBSIDI- -RIAS E DE CONSUMO	268.510,47		729.354,40	699.771,64	997.864,87	699.771,64	298.093,23	268.510,47
38	REGULARIZAÇÃO DE EXISTÊNCIAS			5.540,20	5.540,20	5.540,20	5.540,20		
TOTAL EXIST.		268.510,47		2.252.805,63	2.223.006,57	2.521.316,10	2.223.006,57	298.309,53	268.510,47

8.2.30 Demonstração da Variação da Produção.

Não aplicável

8.2.31 – Demonstração dos Resultados Financeiros.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS FINANCEIROS

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS FINANCEIROS					
CUSTOS E PERDAS	EXERCÍCIOS		PROVEITOS E GANHOS	EXERCÍCIOS	
	N	N-1		N	N-1
681 - JUROS SUPORTADOS	14.954,50	11.395,89	781 - JUROS OBTIDOS	80.466,96	75.800,73
682 - PERDAS EM ENTIDADES PRATICADAS			782 - GANHOS EM ENTIDADES PARTICIPADAS		
683 - AMORTIZAÇÕES DE INVESTIMENTOS EM IMÓVEIS	70.666,51	70.666,50	783 - RENDIMENTOS DE IMÓVEIS	17.508,99	12.986,86
684 - PROVISÕES PARA APLICAÇÕES FINANCEIRAS			784 - RENDIMENTOS DE PARTICIPAÇÕES DE CAPITAL		
685 - DIFERENÇAS DE CAMBIO DESFAVORÁVEIS			785 - DIFERENÇAS DE CAMBIO FAVORÁVEIS		
687 - PERDAS NA ALIENAÇÃO DE APLICAÇÕES DE TESOURARIA			786 - DESC. DE PTO. PAGAMENTO OBTIDOS	110,00	
688 - OUTROS CUSTOS E PERDAS FINANCEIRAS	1.628,09	2.432,89	787 - GANHOS NA ALIEN. APLIC. TESOURARIA		
RESULTADOS FINANCEIROS	266.767,48	335.362,35	788 - OUTROS PROV. E GANHOS FINANCEIROS	255.930,63	331.070,04
Total	354.016,58	419.857,63	Total	354.016,58	419.857,63

Divisão Administrativa e Financeira

Relatório de Gestão e Demonstrações Financeiras 2012

8.2.32 – Demonstração dos Resultados Extraordinários.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS EXTRAORDINÁRIOS

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS EXTRAORDINARIOS					
PROVEITOS E GANHOS	EXERCÍCIOS		CUSTOS E PERDAS	EXERCÍCIOS	
	N	N - 1		N	N - 1
691 - TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL CONCEDIDAS	90.390,92	90.378,92	791 - RESTITUIÇÃO DE IMPOSTOS		
692 - DÍVIDAS INCOBRÁVEIS	0	0	792 - RECUPERAÇÃO DE DÍVIDAS		
693 - PERDAS EM EXISTÊNCIAS	4.749,53	19.903,35	793 - GANHOS EM EXISTÊNCIA	9.843,50	28.006,77
694 - PERDAS EM IMOBILIZAÇÕES	14.312,77	323.496,83	794 - GANHOS IMOBILIZÁVEIS	39.979,19	305.005,30
695 - MULTAS E PENALIDADES	1.600,00		795 - BENEFÍCIOS PENAL. CONTRATUAIS	7.188,47	4.290,50
696 - AUMENTOS AMORTIZ. PROVISÕES			796 - REDUÇÕES AMORT. PROVISÕES		
697 - CORREÇÕES REL. EXERC. ANTERIORES	4.361,63	17.941,94	797 - CORREÇÕES RELAT. EXERC. ANTERIORES	77.523,15	20.580,45
698 - OUTROS CUSTOS E PERDAS EXTRAORDINÁRIOS			798 - OUTROS PROV. GANHOS EXTRAORDINÁRIOS	624.361,75	549.385,80
RESULTADOS EXTRAORDINARIOS	643.481,21	455.547,78			
Total	758.896,06	907.268,82	Total	758.896,06	907.268,82

NOTAS AO BALANÇO E A DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

Introdução

O Balanço e a Demonstração de Resultados encontram-se elaborados de acordo com os princípios contabilísticos definidos pelo Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL) e demais legislação portuguesa, em conformidade com os princípios contabilísticos da continuidade, da consistência, da especialização, do custo histórico, da prudência, da materialidade e da não compensação.

As notas que se seguem respeitam à numeração sequencial definida no ponto 8.2 do Decreto-Lei n.º 54-A/99 de 22 de Fevereiro (POCAL). As notas cuja numeração se encontra ausente deste anexo, não são aplicáveis à entidade, ou a sua apresentação não é relevante para a leitura das Demonstrações Financeiras do exercício de 2012.

8.2.1 – Disposições do POCAL derrogadas e seus efeitos no Balanço e Demonstração de Resultados.

No âmbito de condicionantes que influem diretamente sobre o resultado líquido do exercício ou sobre o balanço municipal serão de referir os seguintes itens:

Foi aplicado o princípio de especialização de exercícios.

Custos – Juros de Empréstimos; Encargos com o pessoal respeitantes a subsídio de férias e respetivos encargos da entidade patronal; Seguros; Rendas de Imóveis; Encargos com Iluminação Pública e Comunicações.

Proveitos – Rendas (Habitação e Mercados); Iluminação Pública; Transferências referentes a cobrança de Resíduos Sólidos; Juros de Depósitos e de Aplicações Financeiras, Impostos Diretos e Subsídios para Investimentos Plurianuais.

8.2.2. – Contas não comparáveis com o Balanço e Demonstração de Resultados do Exercício Anterior:

Relativamente ao ano de 2012, não se verificaram nos registos contabilísticos a aplicação de critérios ou de metodologias contabilísticas que influenciassem a comparabilidade dos resultados ou das contas com anos anteriores, nomeadamente, no balanço e na demonstração de resultados.

8.2.3 – Os critérios de valorimetria utilizados.

De acordo com o ponto 4.1 «Imobilizações» do POCAL e com a Portaria nº 671/2000, esta reportando às instruções regulamentadoras do Cadastro e Inventário dos Bens do Estado (CIBE), o ativo imobilizado do Município foi valorizado ao custo de aquisição ou ao custo de produção.

Entenda-se por custo de aquisição o preço de compra de um bem, acrescido dos gastos diretos ou indiretos para o colocar no seu estado atual; o custo de produção tem a ver com todas as despesas suportadas e necessárias ao fabrico do bem, nomeadamente com matérias-primas e outros materiais diretos consumidos, mão-de-obra direta e outros gastos gerais de fabrico.

No entanto, de acordo com estabelecido no POCAL e no CIBE, existem algumas exceções, como por exemplo bens considerados de valor zero, sendo estes fruto de doações em que não se conseguiu apurar o seu valor, deixando de o ser quando é assumido o custo de alguma reparação relevante.

Neste documento excetuaram-se alguns bens constantes do balanço inicial cujo valor foi atribuído baseado em critérios técnicos adequados à sua natureza.

Em regra, as amortizações são calculadas de acordo com o método das quotas constantes por duodécimos, tendo por base as taxas preconizadas no classificador CIBE. As amortizações devem traduzir a depreciação sofrida durante a vida útil dos bens, reportando-se ao mês da sua aquisição.

Imobilizado

O ativo imobilizado evidenciado no Balanço encontra-se, por regra, valorizado ao custo de aquisição ou de produção.

No caso dos ativos cujo valor de aquisição ou de produção se desconhece, o Município considera o valor resultante de avaliação segundo critérios técnicos que se adequem à natureza dos diferentes bens. Para tal foram constituídas comissões de avaliação compostas por técnicos de diferentes áreas.

No caso de impossibilidade de valorização, os bens assumem valor zero até serem objeto de uma grande reparação, assumindo então o montante desta.

Os bens de domínio público que se encontram sob a responsabilidade deste Município, são, sempre que possível valorizados ao custo de aquisição ou de produção. Nos casos em que se desconhece o custo de aquisição ou de produção, aplicam-se os critérios definidos nos parágrafos anteriores.

Os bens pertencentes ao ativo imobilizado obtidos a título gratuito encontram-se valorizados de acordo com o critério do justo valor.

Os Investimentos Financeiros encontram-se valorizados de acordo com o respetivo preço de aquisição, sendo os lucros ou proveitos a que haja lugar, contabilizados nos períodos a que se referem.

O método para o cálculo das amortizações do exercício é o das quotas constantes.

Para efeitos de aplicação do método das quotas constantes, a quota anual de amortização determina-se aplicando aos montantes dos elementos do ativo imobilizado em funcionamento as taxas de amortização definidas na lei.

O valor unitário e as condições em que os elementos do ativo imobilizado sujeitos a depreciação possam ser amortizados num só exercício são os definidos na lei.

As despesas de investigação e de desenvolvimento, são amortizadas no prazo de três anos.

Os terrenos não são amortizáveis.

Existências

As matérias-primas, subsidiárias e de consumo, são valorizadas ao custo de aquisição, acrescido das despesas necessárias à sua entrada em armazém, tendo sido adotado como método de custeio de saídas o custo médio ponderado.

Existências	
Designação	Valor
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	298.309,53€
Valor das Existências em 31/12/2012	

Dívidas de Terceiros

As dívidas de e a terceiros encontram-se expressas pelas importâncias constantes dos documentos que as titulam, não existindo dívidas em moeda estrangeira.

No corrente exercício não foram constituídas provisões.

Depósitos em Instituições Financeiras e Caixa

Os depósitos em Instituições Financeiras e as disponibilidades de caixa encontram-se expressos pelos montantes dos saldos de todas as contas de depósito e dos meios de pagamento, respetivamente, não existindo disponibilidades em moeda estrangeira.

Especialização dos Exercícios

A entidade regista os seus custos e perdas, proveitos e ganhos de acordo com o princípio da especialização dos exercícios, sendo estes imputados ao exercício em que foram incluídos ou gerados, independentemente do seu pagamento ou recebimento.

Subsídios para Investimento

As participações atribuídas ao Município, destinadas a financiar investimentos em ativos imobilizados são, por regra, contabilizadas na data da respetiva homologação, ficando expressos os valores totais dos financiamentos aprovados, na conta 274 “PROVEITOS DIFERIDOS”.

Os respetivos proveitos serão colocados a resultados do exercício sistematicamente pelo período em que os bens financiados são amortizados, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

8.2.4. – Conversão de saldos expressos em moeda estrangeira.

Não existem saldos expressos em moeda estrangeira.

8.2.5. – Situações em que o resultado líquido foi afetado.

Por valorimétricas diferentes das previstas legalmente – Não aplicável

Por amortizações do ativo imobilizado superiores às adequadas – Não aplicável

Por provisões extraordinárias – Não aplicável

8.2.6 – Relativamente à conta 43.2 “Despesas de Investigação e Desenvolvimento”:

Não existem movimentos na conta 43.1 – Despesas de Instalação. Por sua vez, e relativamente à conta 4.3.2. – Despesas de Investigação e de Desenvolvimento, verificaram-se movimentos, em 2012, na ordem dos 11.536,55€, respeitantes à realização de estudos de interesse para o município.

8.2.7 – Os movimentos ocorridos nas rubricas do ativo imobilizado constantes do balanço e nas respetivas amortizações e provisões, são evidenciados nos seguintes mapas.

Em termos dos movimentos ocorridos nas contas do Imobilizado, durante o exercício de 2012, há, numa primeira análise, a registar, uma certa estagnação face aos valores contabilizados no ano anterior.

De seguida apresentam-se os mapas que refletem os movimentos ocorridos durante o exercício, nas rubricas do ativo imobilizado, os quais constam do balanço e das respetivas amortizações e provisões.

8.2.7 a) Movimentos ocorridos nas rubricas do Ativo Imobilizado Bruto.

Ativo Bruto

	Rubricas	Saldo Inicial	Reavaliação/ Ajustamento	Aumentos	Alienações	Transferências e abates	Saldo Final
41	INVESTIMENTOS FINANCEIROS	2.516.896,10				940,8	2.515.955,21
41.1	Partes de capital	80.796,80				940,8	79.855,91
41.1.3	Empresas privadas ou cooperativas	80.796,80				940,8	79.855,91
41.1.3.1	Águas do centro Alentejo	80.796,80				940,8	79.855,91
41.4	Investimentos em imóveis	2.436.099,30					2.436.099,30
41.4.1	Terrenos e recursos naturais	31.461,05					31.461,05
41.4.2	Edifícios e outras construções	2.404.638,25					2.404.638,25
41.4.2.2	Outras construções	2.404.638,25					2.404.638,25
41.4.2.2.1	Outras construções do domínio privado concessionados	20.000,00					20.000,00
41.4.2.2.2	Outras construções domínio público concessionados	2.384.638,25					2.384.638,25
42	IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS	24.631.906,94		307.349,33	85.309,95		24.853.946,32
42.1	Terrenos e recursos naturais	2.119.224,36		59.400,00	25.475,00		2.153.149,36
42.2	Edifícios e outras construções	18.680.370,94		130.539,03	59.507,41		18.751.402,56
42.2.1	Edifícios	17.413.029,80		42.018,43	59.507,41		17.395.540,82
42.2.1.01	Habitação	1.039.182,19			52.928,41		986.253,78
42.2.1.02	Instalações de Serviços	3.478.796,33					3.478.796,33
42.2.1.03	Instalações desportivas e recreativas	6.544.262,29		23.765,81			6.568.028,10
42.2.1.04	Mercados e instalações de fiscalização sanitária	442.645,86					442.645,86
42.2.1.07	Lares de terceira idade	151.830,08					151.830,08
42.2.1.08	Outros	2.127.043,23		18.252,62			2.145.295,85
42.2.2	Outras construções	1.267.341,14		88.520,60			1.355.861,74

42.2.2.03	Iluminação pública	9.376,40				9.376,40
42.2.2.05	Instalações desportivas e recreativas	1.193.035,74	88.520,60			1.281.556,34
42.2.2.08	Sinalização e trânsito	2.374,46				2.374,46
42.2.2.12	Outras	62.554,54				62.554,54
42.3	Equipamento básico	1.727.570,05	58.809,34			1.786.379,39
42.3.1	Software	58.880,33	31.955,23			90.835,56
42.3.9	Outros	1.668.689,72	26.854,11			1.695.543,83
42.4	Equipamento de transporte	1.171.521,37	11.546,90			1.183.068,27
42.5	Ferramentas e utensílios	33.141,06	871,53			34.012,59
42.6	Equipamento administrativo	744.675,19	46.182,53	327,54		790.530,18
42.6.1	Software	269.834,58	23.390,04			293.224,62
42.6.9	Outros	474.840,61	22.792,49	327,54		497.305,56
42.9	Outras imobilizações corpóreas	155.403,97				155.403,97
43	IMOBILIZAÇÕES INCORPÓREAS	574.477,09	11.536,55			586.013,64
43.2	Despesas de investigação e de desenvolvimento	574.477,09	11.536,55			586.013,64
44	IMOBILIZAÇÕES EM CURSO	1.081.526,35	1.256.922,34	1.484.321,10		854.127,56
44.2	Imobil. em curso de imobilizações corpóreas	749.071,76	315.851,87	966.788,70		98.134,88
44.2.2	Edifícios e outras construções	749.071,76	304.560,37	955.497,20		98.134,88
44.2.2.1	Edifícios	749.071,76	302.940,21	953.877,00		98.134,88
44.2.2.1.01	Habitação	749.071,76	223.546,21	874.483,00		98.134,88
44.2.2.1.03	Instalações desportivas e recreativas		79.394,00	79.394,00		
44.2.2.2	Outras construções		1.620,16	1.620,10		
44.2.2.2.05	Instalações desportivas e recreativas		1.620,16	1.620,10		
44.2.3	Equipamento básico		11.291,50	11.291,50		
44.2.3.1	Software		9.876,73	9.876,70		
44.2.3.9	Outros		1.414,77	1.414,70		
44.5	Imobilizações em curso de bens de domínio público	332.454,59	941.070,47	517.532,30		755.992,68
44.5.3	Outras construções e infra-estruturas	332.454,59	941.070,47	517.532,30		755.992,68
44.5.3.1	Viadutos arruamentos e obras comp.-domínio público	107.112,94	776.766,72	127.886,90		755.992,68
44.5.3.2	Parques e jardins domínio público - em curso	225.341,65	153.086,51	378.428,10		
44.5.3.3	Esgotos		4.853,44	4.853,40		
44.5.3.4	Iluminação pública		2.963,32	2.963,30		
44.5.3.6	Captação tratamento e distribuição de água		3.400,48	3.400,40		
45	BENS DE DOMÍNIO PÚBLICO	41.108.238,25	1.395.025,85			42.503.264,10
45.1	Terrenos e recursos naturais	271.938,99				271.938,99
45.3	Outras construções e infraestruturas	40.836.299,26	1.395.025,85			42.231.325,11
45.3.1	Infraestruturas do domínio	40.836.299,26	1.395.025,85			42.231.325,11

	público					
45.3.1.01	Viadutos arruamentos e outras obras complementares	19.069.906,95		109.174,72		19.179.081,67
45.3.1.02	Esgotos	2.362.886,74		4.853,44		2.367.740,18
45.3.1.03	Iluminação pública	109.762,75		2.963,32		112.726,07
45.3.1.04	Parques e jardins	670.444,96		1.252.911,25		1.923.356,21
45.3.1.06	Captação tratamento e distribuição de água	2.101.941,91		3.400,48		2.105.342,39
45.3.1.07	Viação rural	16.347.594,55		21.722,64		16.369.317,19
45.3.1.08	Sinalização e trânsito	25.138,58				25.138,58
45.3.1.09	Infraestruturas para distrib. de energia elétrica	79.157,20				79.157,20
45.3.1.11	Cemitérios	69.465,62				69.465,62
	Total	69.913.044,73		2.970.834,07	85.309,95	1.485.262,00
						71.313.306,83

8.2.7 b) Movimentos ocorridos nas Amortizações e Provisões

Amortizações e Provisões

Rubricas		Saldo Inicial	Reforço	Regularizações	Saldo Final
48	AMORTIZAÇÕES ACUMULADAS	24.606.951,33	2.497.489,95	30.758,91	27.073.682,37
48.1	De investimentos em imóveis	1.421.861,98	70.666,51		1.492.528,49
48.1.2	Edifícios e outras construções	1.421.861,98	70.666,51		1.492.528,49
48.1.2.2	Outras construções	1.421.861,98	70.666,51		1.492.528,49
48.1.2.2.01	Amortizações de bens do domínio privado concessionados	9.083,46	1.000,03		10.083,49
48.1.2.2.02	Amortização bens domínio público concessionados	1.412.778,52	69.666,48		1.482.445,00
48.2	De imobilizações corpóreas	5.359.259,62	860.038,59	30.758,91	6.188.539,30
48.2.2	Edifícios e outras construções	2.923.314,02	463.539,05	30.432,92	3.356.420,15
48.2.2.1	Edifícios	2.627.643,53	441.322,06	30.432,92	3.038.532,67
48.2.2.2	Outras construções	295.670,49	22.216,99		317.887,48
48.2.3	Equipamento básico	938.320,01	245.995,42		1.184.315,43
48.2.3.9	Software	7.768,65	21.953,09		29.721,74
48.2.3.9	Outros	930.551,36	224.042,33		1.154.593,69
48.2.4	Equipamento de transporte	718.189,18	82.544,62		800.733,80
48.2.5	Ferramentas e utensílios	23.178,21	4.232,26		27.410,47

48.2.6	Equipamento administrativo	629.158,23	59.504,58	325,99	688.336,82
48.2.6.1	Software	219.316,49	32.775,61		252.092,10
48.2.6.9	Outros	409.841,74	26.728,97	325,99	436.244,72
48.2.9	Outras imobilizações corpóreas	127.099,97	4.222,66		131.322,63
48.3	De imobilizações incorpóreas	489.538,00	56.958,60		546.496,60
48.3.2	Despesas de investigação e de desenvolvimento	489.538,00	56.958,60		546.496,60
48.5	De bens de domínio publico	17.336.291,73	1.509.826,25		18.846.117,98
48.5.3	Outras construções e infraestruturas	17.336.291,73	1.509.826,25		18.846.117,98
48.5.3.1	Infraestruturas do domínio público	17.336.291,73	1.509.826,25		18.846.117,98
Total		24.606.951,33	2.497.489,95	30.758,91	27.073.682,37

8.2.8 – Nas páginas seguintes, encontra-se desagregada a informação de cada uma das rubricas dos mapas da nota anterior, nas relações que se discriminam.

a) Relação de bens imóveis adquiridos / avaliados até final de 2012;

Numero Inventário	Designação	Valor Patrimonial
Domínio privado		
50532	LOTEAMENTO DA FAIA-LOTE 17	19.800,00
50533	LOTEAMENTO DA FAIA-LOTE 61	19.800,00
50534	LOTEAMENTO DA FAIA-LOTE 9	19.800,00
Domínio público		
	OBRAS DE REQUALIFICAÇÃO DO CENTRO HISTORICO	874.483,09
	EMPREITADA DE CONSTRUÇÃO DA ZONA VERDE, DE LAZER E DE RECREIO DO FREIXO	213.456,48
1510000	TEMPREITADA DE CONSTRUÇÃO DA ZONA VERDE E DE LAZER DO ROSSIO DE CIMA EM MONTOITO	159.035,70
1870000	CONSTRUÇÃO E BENEFICIAÇÃO DE PARQUES INFANTIS	5.935,98
TOTAL		1.312.311,25

8.2.9. – Custos respeitantes a empréstimos obtidos para financiar Imobilizações, durante a construção, que tenham sido capitalizados durante o exercício de 2012.

Não aplicável.

8.2.10. – Reavaliação de bens.

Durante o ano económico de 2012, foram contabilizadas as atualizações de cadastro matricial de prédios inscritos no serviço de finanças, (suportado por documentos do Serviço de Finanças de Redondo e devidamente registado na caderneta predial urbana).

8.2.11. – Mapa de reavaliação de bens.

Não aplicável.

8.2.12 – Todas as imobilizações corpóreas e em curso.

- Imobilizações em poder de terceiros;
- Bens de Domínio Público;

Encontra-se abrangida por um contrato de concessão, celebrado entre a Câmara Municipal de Redondo e a EDP Distribuição – Energia, SA, a distribuição de energia elétrica em baixa tensão na área do Município de Redondo.

8.2.13 – Os bens utilizados em regime de locação financeira.

Não aplicável.

8.2.14. – Bens do Imobilizado que não foi possível valorizar.

a) – Bens de relevância histórica ou cultural que, em sequência de critério definido pela Comissão de Avaliação, assumem valor zero por não ser exequível a sua avaliação.

b) – Bens imóveis, avaliados ou não, cujo registo de propriedade não se encontra regularizado, não se encontrando, por isso, contabilizados no Ativo Imobilizado.

c) Bens móveis e imóveis arrolados e classificados, cujo custo de aquisição ou produção se desconhece, encontrando-se em fase de avaliação técnica.

c) – Bens móveis arrolados e classificados, aos quais foi atribuído o valor zero pela comissão de avaliação, em conformidade com o ponto 4.1.4 dos critérios de valorimetria do POCAL.

8.2.15 – Quanto aos bens de domínio público não amortizáveis, apresentam-se, nas páginas seguintes.

Bens de domínio público não amortizáveis:

– Terrenos

Em conformidade com o disposto na alínea g), nº 1, do artigo 36º da Portaria nº 671/2000, publicada na II Série do Diário da República do dia 17 de Abril de 2000, que regulamenta o Cadastro e Inventário de Bens do Estado (CIBE), os terrenos não estão sujeitos ao regime de amortizações, pelo que não são objeto de amortização.

8.2.16 – No que respeita às entidades participadas, apresentam-se, na página seguinte, os quadros de:

a) Participações Financeiras – Entidades Societárias;

b) Participações Financeiras – Entidades Não Societárias

PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS – ENTIDADES SOCIETÁRIAS

Quadro – XXXIV

(Valores em Euros)

Denominação Social	N.P.C.	Cód. Jur.	Nº	CAE	Capital Social €	Participação	
						Valor €	%
ÁGUAS DO CENTRO ALENTEJO, S.A	506306143	LEI	64/93		5.000.000	152.405	3,05

O valor da participação foi atualizado pelo Método de Equivalência Patrimonial, em função da qual a participação do Município assumiu o valor de 79.855,91€.

PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS – ENTIDADES NÃO SOCIETÁRIAS**Quadro – XXXV**

(Valores em Euros)

Denominação Social	N.P.C.	Cód. Jur.	Nº	CAE	Contribuição		Data Constituição
					Inicial	€	
CIMAC – COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DO ALENTEJO CENTRAL	509364390	AM	1P	84113	-	28.120,92	03-08-2009
Associação Nacional de Municípios Portugueses – ANMP	501627413	AM	1P	91333	-	4.218	30-03-1985
ARECBA – Agência Regional de Energia do Centro e Baixo Alentejo	504668102	ASU	1P	91333	-	0	Não aplicável
ADEMO – Associação para o Desenvolvimento dos Municípios Olivícolas Portugueses	504345346	ASU	1P	9133	-	0	Não aplicável
AMPV – Associação de Municípios Portugueses do Vinho	508038430	ASU	1P	9133	-	0	Não aplicável

8.2.17. Títulos Negociáveis e Outras Aplicações de Tesouraria.

Não aplicável

8.2.18. Outras aplicações Financeiras.

Não aplicável.

8.2.19. Diferenças materialmente relevantes entre os custos de elementos do ativo circulante calculados de acordo com os critérios valorimétricos adotados e as quantias correspondentes aos respectivos preços de mercado.

Não aplicável

8.2.20. Fundamentação das circunstâncias especiais que justificaram a atribuição ao ativo circulante de um valor inferior ao mais baixo do custo ou do mercado.

Não aplicável.

8.2.21. Indicação e justificação das provisões extraordinárias respeitantes a elementos do ativo circulante relativamente aos quais, face a uma análise comercial razoável, se prevejam descidas estáveis provenientes de flutuação de valor.

Não aplicável

8.2.22 – As dívidas de cobrança duvidosa correspondem aos recibos para cobrança evidenciados no mapa das contas de ordem.

(nota 8.2.26 destas notas)

8.2.23 – As dívidas ao pessoal.

Constam do mapa de operações de tesouraria

8.2.24. Obrigações e outros títulos emitidos pela autarquia.

Não aplicável

8.2.25. Dívidas em mora ao Estado e Outros Entes Públicos.

Não aplicável

8.2.26 – Mapa com descrição desagregada referente às garantias, cauções prestadas e recibos para cobrança.

De acordo com o mapa de contas de ordem, em 2012, verificou-se que o montante de cauções atingiu 2.110.486,11€ e os recibos por cobrar 109.116,25€, conforme anexo.

MAPA DAS CONTAS DE ORDEM

CONTAS DE ORDEM							
Código	Descrição	Valores		Código	Descrição	Valores	
	SALDO DA GERÊNCIA ANTERIOR		2.175.969,77		GARANTIAS E CAUÇÕES ACIONADAS		
	GARANTIAS E CAUÇÕES RECIBOS PARA COBRAN A	2.066.853,52			GARANTIAS E CAUÇÕES DEVOLVIDAS		220.011,90
		109.116,25			RECEITA VIRTUAL COBRADA		
					RECEITA VIRTUAL ANULADA		
	GARANTIAS E CAUÇÕES PRESTADAS		263.644,49		SALDO PARA A GERENCIA SEGUINTE		2.219.602,36
	RECEITA VIRTUAL LIQUIDADADA				GARANTIAS E CAUÇÕES RECIBOS PARA COBRAN A	2.110.486,11	109.116,25
	Total geral		2.439.614,26		Total geral		2.439.614,26

MAPA DAS CONTAS DE ORDEM							
COD. CONTA	DESIGNAÇÃO	DEBITO	CREDITO	DEBITO	CREDITO	DEVEDOR	CREDOR
9	CONTAS DE ORDEM	2.476.761,50	2.476.761,50	483.656,39	483.656,39		
09.1	CAUÇÕES E DEP SITOS DE GARANTIA	300.791,73	894.252,30	220.011,90	263.644,49		637.093,16
09.1.1	CAUÇÕES PARA FORNECIMENTO DE AGUA		11.639,79				11.639,79
09.1.1.01	Forn. De água – Cauções prestadas		11.639,79				11.639,79
09.1.1.02	CAUÇÕES DE EMPREITADAS E FORNECIMENTOS						
09.1.1.03	Empreit. E fornec. – Cauções prestadas						
09.1.2	Empreit. E fornec. – Cauções devolvidas	300.791,73	662.814,52	91.189,77	120.508,79		391.341,81
09.1.2.01	CAUÇÕES DE LOTEAMENTOS E OBRAS		662.814,52		120.508,79		783.323,31
09.1.2.02	Loteamentos e obras – Cauções devolvidas						

09.1.2.03	CAUÇÕES DE LICENCIAMENTOS SANIT RIOS	300.791,73		91.189,77		391.981,50	
09.1.3	Lic. Sanitários – Cauções prestadas		210.626,33	128.822,13	143.135,70		224.939,90
09.1.3.01	Lic. Sanitários – Cauções devolvidas		200.626,33		143.135,70		343.762,03
09.1.3.02	OUTRAS CAUÇÕES						
09.1.3.03	Outras Cauções – Cauções prestadas		10.000,00	128.822,13		118.822,13	
09.1.4	Outras Cauções – Cauções devolvidas		8.947,81				8.947,81
09.1.4.01	RECEITA VIRTUAL		8.947,81				8.947,81
09.1.4.02	RECEITA VIRTUAL – ANOS ANTERIORES						
09.1.4.03	R. V. de anos anteriores – Liquidada						
09.1.5	R. V. de anos anteriores – Cobrada		223,85				223,85
09.1.5.01	R. V. de anos anteriores – Anulada		223,85				223,85
09.1.5.02	GARANTIAS A FAVOR DA CMR						
09.1.5.03	GARANTIAS BANC RIAS A FAVOR DA CMR						
09.2	Gar. Banc. A favor da CMR – Constituídas	109.116,25				109.116,25	
09.2.1	Gar. Banc. A favor da CMR – Libertadas	109.116,25				109.116,25	
09.2.1.01	GARANTIAS A FAVOR DE TERCEIROS	109.116,25				109.116,25	
09.2.1.02	GAR. BANC. A FAVOR DE TERCEIROS						
09.2.1.03	Gar. Banc. A favor de ter – Constituídas						
09.2.2	Gar. Banc. A favor de ter – Libertadas						
09.2.2.01	CONTRAPARTIDAS						
09.2.2.02	DE CAUÇÕES E DEP SITOS DE GARANTIA						
09.2.2.03	Contrapartida – Cauções de forn. De água						
09.3	Contrapartida – Cauções de empr. E forn.		1.473.392,95				1.473.392,95
09.3.1	Contrapartida – Cauções de lot. E obras		1.473.392,95				1.473.392,95
09.3.1.01	Contrapartida – Cauções de lic. Sanitar.		1.473.392,95				1.473.392,95
09.3.1.02	Contrapartida – Outras cauções						
09.3.1.03	CONTRAPARTIDA – RECEITA VIRTUAL						
09.4	Contrapartida – R. V. de anos anteriores						
09.4.1	Contrapartida – R. V. do ano corrente						
09.4.1.01	CONTRAPARTIDA – GARANTIAS BANC RIAS						
09.4.1.02	Contrapartida – Gar.banc. a favor da CMR						
09.4.1.03	Contrapartida – Gar.banc. a favor de ter						
09.9	CONTAS DE ORDEM	2.066.853,52	109.116,25	263.644,49	220.011,90	2.001.369,86	
09.9.1	CAUÇÕES E DEP SITOS DE GARANTIA	593.460,57		263.644,49	220.011,90	637.093,16	
09.9.1.01	CAUÇÕES PARA FORNECIMENTO DE AGUA	11.639,79				11.639,79	
09.9.1.02	Forn. De água – Cauções prestadas	362.022,79		120.508,79	91.189,77	391.341,81	
09.9.1.03	CAUÇÕES DE EMPREITADAS E FORNECIMENTOS	210.626,33		143.135,70	128.822,13	224.939,90	
09.9.1.04	Empreit. E fornec. – Cauções prestadas	8.947,81				8.947,81	
09.9.1.05	Empreit. E fornec. – Cauções devolvidas	223,85				223,85	
09.9.2	CAUÇÕES DE LOTEAMENTOS E OBRAS		109.116,25				109.116,25
09.9.2.01	Loteamentos e obras – Cauções devolvidas		14.576,39				14.576,39
09.9.2.02	CAUÇÕES DE LICENCIAMENTOS SANIT RIOS		94.539,86				94.539,86
09.9.3	Lic. Sanitários – Cauções prestadas	1.473.392,95				1,473.392,95	
09.9.3.01	Lic. Sanitários – Cauções devolvidas	1,473.392,95				1,473.392,95	
09.9.3.02	OUTRAS CAUÇÕES						
TOTAL...		2.476.761,50	2.476.761,50	483.656,39	483.656,39		

8.2.27. Provisões acumuladas e provisões do exercício.

Não aplicável

8.2.28 – Movimentos ocorridos no exercício nas contas da classe 5 «Fundo Patrimonial».

Tecnicamente, o Inventário do Patrimônio do município de Redondo encontra-se concluído. Contudo, podem ainda existir situações patrimoniais pontuais, que não foram objeto de inventariação, ou, que apesar de inventariadas não estavam valorizadas, uma vez que não era possível atribuir-lhes um valor de mercado.

FUNDOS PRÓPRIOS

COD. CONTA	DESIGNAÇÃO	ANTERIOR		DO PERÍODO		ACUMULADO		SALDO	
		DEBITO	CREDITO	DEBITO	CREDITO	DEBITO	CREDITO	DEVEDOR	CREDOR
51	PATRIMÔNIO		45.445.042,79				45.445.042,79		45.445.042,79
55	AJUSTAMENTOS DE PARTES DE	71.608,20		940,89		72.549,09		72.549,09	
	CAPITAL EM EMPRESAS								
55.1	EMPRESA AGUAS DO CENTRO ALENTEJO S.A	71.608,20		940,89		72.549,09		72.549,09	
56	RESERVAS DE REAVALIAÇÃO		31.549,75				31.549,75		31.549,75
57	RESERVAS	348.874,64	120.328,51			348.874,64	120.328,51	228.546,13	
57.1	Reservas legais		3.568,10				3.568,10		3.568,10
57.5	Subsídios		115.225,72				115.225,72		115.225,72
57.6	DOAÇÕES		1.534,69				1.534,69		1.534,69
57.7	Reservas decorrentes da transferência de ativos	348.874,64				348.874,64		348.874,64	
59	RESULTADOS TRANSITADOS	7.025.190,92		1.873.962,03	9.688,40	8.899.152,95	9.688,40	8.889.464,55	
TOTAL...		7.445.673,76	45.596.921,05	1.874.902,92	9.688,40	9.320.576,68	45.606.609,45		36.286.032,77

Divisão Administrativa e Financeira

Relatório de Gestão e Demonstrações Financeiras 2012

O saldo da conta *51- Patrimônio* resulta da diferença entre o total do ativo e do passivo do balanço inicial, bem como dos posteriores ajustamentos ao balanço inicial e ainda do reforço do patrimônio de acordo com o ponto 2.7.3.4. do POCAL.

O saldo da conta *57- Reservas* - refere-se à transferência de 5% dos resultados líquidos dos exercícios anteriores para a conta *571- Reservas Legais* e ao registo de valores doados na conta *576- Doações*.

A conta *59- Resultados transitados* - regista os resultados transitados do valor do resultado líquido dos exercícios dos anos anteriores e ainda algumas regularizações que, quer pela sua natureza, quer pelo seu valor, foram consideradas não frequentes e de grande significado.

A conta *88- Resultado líquido do exercício* - provém do apuramento final dos resultados do exercício de 2012.

8.2.29 – Demonstração do Custo das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas.

DEMONSTRAÇÃO DO CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS E DAS MATÉRIAS- CONSUMIDAS

COD. CONTA	DESIGNAÇÃO	ANTERIOR		DO PERIODO		ACUMULADO		SALDO	
		DEBITO	CREDITO	DEBITO	CREDITO	DEBITO	CREDITO	DEVEDOR	CREDOR
31	COMPRAS			1.107.924,10	1.107.924,10	1.107.924,10	1.107.924,10		

32	MERCADORIAS			409.986,93	409.770,63	409.986,93	409.770,63	216,3	
36	MATÉRIAS PRIMAS, SUBSIDI- -RIAS E DE CONSUMO	268.510,47		729.354,40	699.771,64	997.864,87	699.771,64	298.093,23	268.510,47
38	REGULARIZAÇÃO DE EXISTÊNCIAS			5.540,20	5.540,20	5.540,20	5.540,20		
TOTAL EXIST.		268.510,47		2.252.805,63	2.223.006,57	2.521.316,10	2.223.006,57	298.309,53	268.510,47

8.2.30 Demonstração da Variação da Produção.

Não aplicável

8.2.31 – Demonstração dos Resultados Financeiros.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS FINANCEIROS

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS FINANCEIROS					
CUSTOS E PERDAS	EXERCÍCIOS		PROVEITOS E GANHOS	EXERCÍCIOS	
	N	N-1		N	N-1
681 - JUROS SUPORTADOS	14.954,50	11.395,89	781 - JUROS OBTIDOS	80.466,96	75.800,73
682 - PERDAS EM ENTIDADES PRATICADAS			782 - GANHOS EM ENTIDADES PARTICIPADAS		
683 - AMORTIZAÇÕES DE INVESTIMENTOS EM IMÓVEIS	70.666,51	70.666,50	783 - RENDIMENTOS DE IMÓVEIS	17.508,99	12.986,86
684 - PROVISÕES PARA APLICAÇÕES FINANCEIRAS			784 - RENDIMENTOS DE PARTICIPAÇÕES DE CAPITAL		
685 - DIFERENÇAS DE CAMBIO DESFAVORÁVEIS			785 - DIFERENÇAS DE CAMBIO FAVORÁVEIS		
687 - PERDAS NA ALIENAÇÃO DE APLICAÇÕES DE TESOURARIA			786 - DESC. DE PTO. PAGAMENTO OBTIDOS	110,00	
688 - OUTROS CUSTOS E PERDAS FINANCEIRAS	1.628,09	2.432,89	787 - GANHOS NA ALIEN. APLIC. TESOURARIA		
RESULTADOS FINANCEIROS	266.767,48	335.362,35	788 - OUTROS PROV. E GANHOS FINANCEIROS	255.930,63	331.070,04
Total	354.016,58	419.857,63	Total	354.016,58	419.857,63

Divisão Administrativa e Financeira

Relatório de Gestão e Demonstrações Financeiras 2012

8.2.32 – Demonstração dos Resultados Extraordinários.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS EXTRAORDINÁRIOS

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS EXTRAORDINARIOS					
PROVEITOS E GANHOS	EXERCÍCIOS		CUSTOS E PERDAS	EXERCÍCIOS	
	N	N - 1		N	N - 1
691 - TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL CONCEDIDAS	90.390,92	90.378,92	791 - RESTITUIÇÃO DE IMPOSTOS		
692 - DÍVIDAS INCOBRÁVEIS	0	0	792 - RECUPERAÇÃO DE DÍVIDAS		
693 - PERDAS EM EXISTÊNCIAS	4.749,53	19.903,35	793 - GANHOS EM EXISTÊNCIA	9.843,50	28.006,77
694 - PERDAS EM IMOBILIZAÇÕES	14.312,77	323.496,83	794 - GANHOS IMOBILIZÁVEIS	39.979,19	305.005,30
695 - MULTAS E PENALIDADES	1.600,00		795 - BENEFÍCIOS PENAL. CONTRATUAIS	7.188,47	4.290,50
696 - AUMENTOS AMORTIZ. PROVISÕES			796 - REDUÇÕES AMORT. PROVISÕES		
697 - CORREÇÕES REL. EXERC. ANTERIORES	4.361,63	17.941,94	797 - CORREÇÕES RELAT. EXERC. ANTERIORES	77.523,15	20.580,45
698 - OUTROS CUSTOS E PERDAS EXTRAORDINÁRIOS			798 - OUTROS PROV. GANHOS EXTRAORDINÁRIOS	624.361,75	549.385,80
RESULTADOS EXTRAORDINARIOS	643.481,21	455.547,78			
Total	758.896,06	907.268,82	Total	758.896,06	907.268,82

NOTAS AO BALANÇO E A DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

Introdução

O Balanço e a Demonstração de Resultados encontram-se elaborados de acordo com os princípios contabilísticos definidos pelo Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL) e demais legislação portuguesa, em conformidade com os princípios contabilísticos da continuidade, da consistência, da especialização, do custo histórico, da prudência, da materialidade e da não compensação.

As notas que se seguem respeitam à numeração sequencial definida no ponto 8.2 do Decreto-Lei n.º 54-A/99 de 22 de Fevereiro (POCAL). As notas cuja numeração se encontra ausente deste anexo, não são aplicáveis à entidade, ou a sua apresentação não é relevante para a leitura das Demonstrações Financeiras do exercício de 2012.

8.2.1 – Disposições do POCAL derrogadas e seus efeitos no Balanço e Demonstração de Resultados.

No âmbito de condicionantes que influem diretamente sobre o resultado líquido do exercício ou sobre o balanço municipal serão de referir os seguintes itens:

Foi aplicado o princípio de especialização de exercícios.

Custos – Juros de Empréstimos; Encargos com o pessoal respeitantes a subsídio de férias e respetivos encargos da entidade patronal; Seguros; Rendas de Imóveis; Encargos com Iluminação Pública e Comunicações.

Proveitos – Rendas (Habitação e Mercados); Iluminação Pública; Transferências referentes a cobrança de Resíduos Sólidos; Juros de Depósitos e de Aplicações Financeiras, Impostos Diretos e Subsídios para Investimentos Plurianuais.

8.2.2. – Contas não comparáveis com o Balanço e Demonstração de Resultados do Exercício Anterior:

Relativamente ao ano de 2012, não se verificaram nos registos contabilísticos a aplicação de critérios ou de metodologias contabilísticas que influenciassem a comparabilidade dos resultados ou das contas com anos anteriores, nomeadamente, no balanço e na demonstração de resultados.

8.2.3 – Os critérios de valorimetria utilizados.

De acordo com o ponto 4.1 «Imobilizações» do POCAL e com a Portaria nº 671/2000, esta reportando às instruções regulamentadoras do Cadastro e Inventário dos Bens do Estado (CIBE), o ativo imobilizado do Município foi valorizado ao custo de aquisição ou ao custo de produção.

Entenda-se por custo de aquisição o preço de compra de um bem, acrescido dos gastos diretos ou indiretos para o colocar no seu estado atual; o custo de produção tem a ver com todas as despesas suportadas e necessárias ao fabrico do bem, nomeadamente com matérias-primas e outros materiais diretos consumidos, mão-de-obra direta e outros gastos gerais de fabrico.

No entanto, de acordo com estabelecido no POCAL e no CIBE, existem algumas exceções, como por exemplo bens considerados de valor zero, sendo estes fruto de doações em que não se conseguiu apurar o seu valor, deixando de o ser quando é assumido o custo de alguma reparação relevante.

Neste documento excetuaram-se alguns bens constantes do balanço inicial cujo valor foi atribuído baseado em critérios técnicos adequados à sua natureza.

Em regra, as amortizações são calculadas de acordo com o método das quotas constantes por duodécimos, tendo por base as taxas preconizadas no classificador CIBE. As amortizações devem traduzir a depreciação sofrida durante a vida útil dos bens, reportando-se ao mês da sua aquisição.

Imobilizado

O ativo imobilizado evidenciado no Balanço encontra-se, por regra, valorizado ao custo de aquisição ou de produção.

No caso dos ativos cujo valor de aquisição ou de produção se desconhece, o Município considera o valor resultante de avaliação segundo critérios técnicos que se adequem à natureza dos diferentes bens. Para tal foram constituídas comissões de avaliação compostas por técnicos de diferentes áreas.

No caso de impossibilidade de valorização, os bens assumem valor zero até serem objeto de uma grande reparação, assumindo então o montante desta.

Os bens de domínio público que se encontram sob a responsabilidade deste Município, são, sempre que possível valorizados ao custo de aquisição ou de produção. Nos casos em que se desconhece o custo de aquisição ou de produção, aplicam-se os critérios definidos nos parágrafos anteriores.

Os bens pertencentes ao ativo imobilizado obtidos a título gratuito encontram-se valorizados de acordo com o critério do justo valor.

Os Investimentos Financeiros encontram-se valorizados de acordo com o respetivo preço de aquisição, sendo os lucros ou proveitos a que haja lugar, contabilizados nos períodos a que se referem.

O método para o cálculo das amortizações do exercício é o das quotas constantes.

Para efeitos de aplicação do método das quotas constantes, a quota anual de amortização determina-se aplicando aos montantes dos elementos do ativo imobilizado em funcionamento as taxas de amortização definidas na lei.

O valor unitário e as condições em que os elementos do ativo imobilizado sujeitos a depreciação possam ser amortizados num só exercício são os definidos na lei.

As despesas de investigação e de desenvolvimento, são amortizadas no prazo de três anos.

Os terrenos não são amortizáveis.

Existências

As matérias-primas, subsidiárias e de consumo, são valorizadas ao custo de aquisição, acrescido das despesas necessárias à sua entrada em armazém, tendo sido adotado como método de custeio de saídas o custo médio ponderado.

Existências	
Designação	Valor
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	298.309,53€
Valor das Existências em 31/12/2012	

Dívidas de Terceiros

As dívidas de e a terceiros encontram-se expressas pelas importâncias constantes dos documentos que as titulam, não existindo dívidas em moeda estrangeira.

No corrente exercício não foram constituídas provisões.

Depósitos em Instituições Financeiras e Caixa

Os depósitos em Instituições Financeiras e as disponibilidades de caixa encontram-se expressos pelos montantes dos saldos de todas as contas de depósito e dos meios de pagamento, respetivamente, não existindo disponibilidades em moeda estrangeira.

Especialização dos Exercícios

A entidade regista os seus custos e perdas, proveitos e ganhos de acordo com o princípio da especialização dos exercícios, sendo estes imputados ao exercício em que foram incluídos ou gerados, independentemente do seu pagamento ou recebimento.

Subsídios para Investimento

As participações atribuídas ao Município, destinadas a financiar investimentos em ativos imobilizados são, por regra, contabilizadas na data da respetiva homologação, ficando expressos os valores totais dos financiamentos aprovados, na conta 274 “PROVEITOS DIFERIDOS”.

Os respetivos proveitos serão colocados a resultados do exercício sistematicamente pelo período em que os bens financiados são amortizados, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

8.2.4. – Conversão de saldos expressos em moeda estrangeira.

Não existem saldos expressos em moeda estrangeira.

8.2.5. – Situações em que o resultado líquido foi afetado.

Por valorimétricas diferentes das previstas legalmente – Não aplicável

Por amortizações do ativo imobilizado superiores às adequadas – Não aplicável

Por provisões extraordinárias – Não aplicável

8.2.6 – Relativamente à conta 43.2 “Despesas de Investigação e Desenvolvimento”:

Não existem movimentos na conta 43.1 – Despesas de Instalação. Por sua vez, e relativamente à conta 4.3.2. – Despesas de Investigação e de Desenvolvimento, verificaram-se movimentos, em 2012, na ordem dos 11.536,55€, respeitantes à realização de estudos de interesse para o município.

8.2.7 – Os movimentos ocorridos nas rubricas do ativo imobilizado constantes do balanço e nas respetivas amortizações e provisões, são evidenciados nos seguintes mapas.

Em termos dos movimentos ocorridos nas contas do Imobilizado, durante o exercício de 2012, há, numa primeira análise, a registar, uma certa estagnação face aos valores contabilizados no ano anterior.

De seguida apresentam-se os mapas que refletem os movimentos ocorridos durante o exercício, nas rubricas do ativo imobilizado, os quais constam do balanço e das respetivas amortizações e provisões.

8.2.7 a) Movimentos ocorridos nas rubricas do Ativo Imobilizado Bruto.

Ativo Bruto

	Rubricas	Saldo Inicial	Reavaliação/ Ajustamento	Aumentos	Alienações	Transferências e abates	Saldo Final
41	INVESTIMENTOS FINANCEIROS	2.516.896,10				940,8	2.515.955,21
41.1	Partes de capital	80.796,80				940,8	79.855,91
41.1.3	Empresas privadas ou cooperativas	80.796,80				940,8	79.855,91
41.1.3.1	Águas do centro Alentejo	80.796,80				940,8	79.855,91
41.4	Investimentos em imóveis	2.436.099,30					2.436.099,30
41.4.1	Terrenos e recursos naturais	31.461,05					31.461,05
41.4.2	Edifícios e outras construções	2.404.638,25					2.404.638,25
41.4.2.2	Outras construções	2.404.638,25					2.404.638,25
41.4.2.2.1	Outras construções do domínio privado concessionados	20.000,00					20.000,00
41.4.2.2.2	Outras construções domínio público concessionados	2.384.638,25					2.384.638,25
42	IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS	24.631.906,94		307.349,33	85.309,95		24.853.946,32
42.1	Terrenos e recursos naturais	2.119.224,36		59.400,00	25.475,00		2.153.149,36
42.2	Edifícios e outras construções	18.680.370,94		130.539,03	59.507,41		18.751.402,56
42.2.1	Edifícios	17.413.029,80		42.018,43	59.507,41		17.395.540,82
42.2.1.01	Habitação	1.039.182,19			52.928,41		986.253,78
42.2.1.02	Instalações de Serviços	3.478.796,33					3.478.796,33
42.2.1.03	Instalações desportivas e recreativas	6.544.262,29		23.765,81			6.568.028,10
42.2.1.04	Mercados e instalações de fiscalização sanitária	442.645,86					442.645,86
42.2.1.07	Lares de terceira idade	151.830,08					151.830,08
42.2.1.08	Outros	2.127.043,23		18.252,62			2.145.295,85
42.2.2	Outras construções	1.267.341,14		88.520,60			1.355.861,74

42.2.2.03	Iluminação pública	9.376,40				9.376,40
42.2.2.05	Instalações desportivas e recreativas	1.193.035,74	88.520,60			1.281.556,34
42.2.2.08	Sinalização e trânsito	2.374,46				2.374,46
42.2.2.12	Outras	62.554,54				62.554,54
42.3	Equipamento básico	1.727.570,05	58.809,34			1.786.379,39
42.3.1	Software	58.880,33	31.955,23			90.835,56
42.3.9	Outros	1.668.689,72	26.854,11			1.695.543,83
42.4	Equipamento de transporte	1.171.521,37	11.546,90			1.183.068,27
42.5	Ferramentas e utensílios	33.141,06	871,53			34.012,59
42.6	Equipamento administrativo	744.675,19	46.182,53	327,54		790.530,18
42.6.1	Software	269.834,58	23.390,04			293.224,62
42.6.9	Outros	474.840,61	22.792,49	327,54		497.305,56
42.9	Outras imobilizações corpóreas	155.403,97				155.403,97
43	IMOBILIZAÇÕES INCORPÓREAS	574.477,09	11.536,55			586.013,64
43.2	Despesas de investigação e de desenvolvimento	574.477,09	11.536,55			586.013,64
44	IMOBILIZAÇÕES EM CURSO	1.081.526,35	1.256.922,34	1.484.321,10		854.127,56
44.2	Imobil. em curso de imobilizações corpóreas	749.071,76	315.851,87	966.788,70		98.134,88
44.2.2	Edifícios e outras construções	749.071,76	304.560,37	955.497,20		98.134,88
44.2.2.1	Edifícios	749.071,76	302.940,21	953.877,00		98.134,88
44.2.2.1.01	Habitação	749.071,76	223.546,21	874.483,00		98.134,88
44.2.2.1.03	Instalações desportivas e recreativas		79.394,00	79.394,00		
44.2.2.2	Outras construções		1.620,16	1.620,10		
44.2.2.2.05	Instalações desportivas e recreativas		1.620,16	1.620,10		
44.2.3	Equipamento básico		11.291,50	11.291,50		
44.2.3.1	Software		9.876,73	9.876,70		
44.2.3.9	Outros		1.414,77	1.414,70		
44.5	Imobilizações em curso de bens de domínio público	332.454,59	941.070,47	517.532,30		755.992,68
44.5.3	Outras construções e infra-estruturas	332.454,59	941.070,47	517.532,30		755.992,68
44.5.3.1	Viadutos arruamentos e obras comp.-domínio público	107.112,94	776.766,72	127.886,90		755.992,68
44.5.3.2	Parques e jardins domínio público - em curso	225.341,65	153.086,51	378.428,10		
44.5.3.3	Esgotos		4.853,44	4.853,40		
44.5.3.4	Iluminação pública		2.963,32	2.963,30		
44.5.3.6	Captação tratamento e distribuição de água		3.400,48	3.400,40		
45	BENS DE DOMÍNIO PÚBLICO	41.108.238,25	1.395.025,85			42.503.264,10
45.1	Terrenos e recursos naturais	271.938,99				271.938,99
45.3	Outras construções e infraestruturas	40.836.299,26	1.395.025,85			42.231.325,11
45.3.1	Infraestruturas do domínio	40.836.299,26	1.395.025,85			42.231.325,11

	público					
45.3.1.01	Viadutos arruamentos e outras obras complementares	19.069.906,95		109.174,72		19.179.081,67
45.3.1.02	Esgotos	2.362.886,74		4.853,44		2.367.740,18
45.3.1.03	Iluminação pública	109.762,75		2.963,32		112.726,07
45.3.1.04	Parques e jardins	670.444,96		1.252.911,25		1.923.356,21
45.3.1.06	Captação tratamento e distribuição de água	2.101.941,91		3.400,48		2.105.342,39
45.3.1.07	Viação rural	16.347.594,55		21.722,64		16.369.317,19
45.3.1.08	Sinalização e trânsito	25.138,58				25.138,58
45.3.1.09	Infraestruturas para distrib. de energia elétrica	79.157,20				79.157,20
45.3.1.11	Cemitérios	69.465,62				69.465,62
	Total	69.913.044,73		2.970.834,07	85.309,95	1.485.262,00
						71.313.306,83

8.2.7 b) Movimentos ocorridos nas Amortizações e Provisões

Amortizações e Provisões

Rubricas		Saldo Inicial	Reforço	Regularizações	Saldo Final
48	AMORTIZAÇÕES ACUMULADAS	24.606.951,33	2.497.489,95	30.758,91	27.073.682,37
48.1	De investimentos em imóveis	1.421.861,98	70.666,51		1.492.528,49
48.1.2	Edifícios e outras construções	1.421.861,98	70.666,51		1.492.528,49
48.1.2.2	Outras construções	1.421.861,98	70.666,51		1.492.528,49
48.1.2.2.01	Amortizações de bens do domínio privado concessionados	9.083,46	1.000,03		10.083,49
48.1.2.2.02	Amortização bens domínio público concessionados	1.412.778,52	69.666,48		1.482.445,00
48.2	De imobilizações corpóreas	5.359.259,62	860.038,59	30.758,91	6.188.539,30
48.2.2	Edifícios e outras construções	2.923.314,02	463.539,05	30.432,92	3.356.420,15
48.2.2.1	Edifícios	2.627.643,53	441.322,06	30.432,92	3.038.532,67
48.2.2.2	Outras construções	295.670,49	22.216,99		317.887,48
48.2.3	Equipamento básico	938.320,01	245.995,42		1.184.315,43
48.2.3.9	Software	7.768,65	21.953,09		29.721,74
48.2.3.9	Outros	930.551,36	224.042,33		1.154.593,69
48.2.4	Equipamento de transporte	718.189,18	82.544,62		800.733,80
48.2.5	Ferramentas e utensílios	23.178,21	4.232,26		27.410,47

48.2.6	Equipamento administrativo	629.158,23	59.504,58	325,99	688.336,82
48.2.6.1	Software	219.316,49	32.775,61		252.092,10
48.2.6.9	Outros	409.841,74	26.728,97	325,99	436.244,72
48.2.9	Outras imobilizações corpóreas	127.099,97	4.222,66		131.322,63
48.3	De imobilizações incorpóreas	489.538,00	56.958,60		546.496,60
48.3.2	Despesas de investigação e de desenvolvimento	489.538,00	56.958,60		546.496,60
48.5	De bens de domínio publico	17.336.291,73	1.509.826,25		18.846.117,98
48.5.3	Outras construções e infraestruturas	17.336.291,73	1.509.826,25		18.846.117,98
48.5.3.1	Infraestruturas do domínio público	17.336.291,73	1.509.826,25		18.846.117,98
Total		24.606.951,33	2.497.489,95	30.758,91	27.073.682,37

8.2.8 – Nas páginas seguintes, encontra-se desagregada a informação de cada uma das rubricas dos mapas da nota anterior, nas relações que se discriminam.

a) Relação de bens imóveis adquiridos / avaliados até final de 2012;

Numero Inventário	Designação	Valor Patrimonial
Domínio privado		
50532	LOTEAMENTO DA FAIA-LOTE 17	19.800,00
50533	LOTEAMENTO DA FAIA-LOTE 61	19.800,00
50534	LOTEAMENTO DA FAIA-LOTE 9	19.800,00
Domínio público		
	OBRAS DE REQUALIFICAÇÃO DO CENTRO HISTORICO	874.483,09
	EMPREITADA DE CONSTRUÇÃO DA ZONA VERDE, DE LAZER E DE RECREIO DO FREIXO	213.456,48
1510000	TEMPREITADA DE CONSTRUÇÃO DA ZONA VERDE E DE LAZER DO ROSSIO DE CIMA EM MONTOITO	159.035,70
1870000	CONSTRUÇÃO E BENEFICIAÇÃO DE PARQUES INFANTIS	5.935,98
TOTAL		1.312.311,25

8.2.9. – Custos respeitantes a empréstimos obtidos para financiar Imobilizações, durante a construção, que tenham sido capitalizados durante o exercício de 2012.

Não aplicável.

8.2.10. – Reavaliação de bens.

Durante o ano económico de 2012, foram contabilizadas as atualizações de cadastro matricial de prédios inscritos no serviço de finanças, (suportado por documentos do Serviço de Finanças de Redondo e devidamente registado na caderneta predial urbana).

8.2.11. – Mapa de reavaliação de bens.

Não aplicável.

8.2.12 – Todas as imobilizações corpóreas e em curso.

- Imobilizações em poder de terceiros;
- Bens de Domínio Público;

Encontra-se abrangida por um contrato de concessão, celebrado entre a Câmara Municipal de Redondo e a EDP Distribuição – Energia, SA, a distribuição de energia elétrica em baixa tensão na área do Município de Redondo.

8.2.13 – Os bens utilizados em regime de locação financeira.

Não aplicável.

8.2.14. – Bens do Imobilizado que não foi possível valorizar.

a) – Bens de relevância histórica ou cultural que, em sequência de critério definido pela Comissão de Avaliação, assumem valor zero por não ser exequível a sua avaliação.

b) – Bens imóveis, avaliados ou não, cujo registo de propriedade não se encontra regularizado, não se encontrando, por isso, contabilizados no Ativo Imobilizado.

c) Bens móveis e imóveis arrolados e classificados, cujo custo de aquisição ou produção se desconhece, encontrando-se em fase de avaliação técnica.

c) – Bens móveis arrolados e classificados, aos quais foi atribuído o valor zero pela comissão de avaliação, em conformidade com o ponto 4.1.4 dos critérios de valorimetria do POCAL.

8.2.15 – Quanto aos bens de domínio público não amortizáveis, apresentam-se, nas páginas seguintes.

Bens de domínio público não amortizáveis:

– Terrenos

Em conformidade com o disposto na alínea g), nº 1, do artigo 36º da Portaria nº 671/2000, publicada na II Série do Diário da República do dia 17 de Abril de 2000, que regulamenta o Cadastro e Inventário de Bens do Estado (CIBE), os terrenos não estão sujeitos ao regime de amortizações, pelo que não são objeto de amortização.

8.2.16 – No que respeita às entidades participadas, apresentam-se, na página seguinte, os quadros de:

a) Participações Financeiras – Entidades Societárias;

b) Participações Financeiras – Entidades Não Societárias

PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS – ENTIDADES SOCIETÁRIAS

Quadro – XXXIV

(Valores em Euros)

Denominação Social	N.P.C.	Cód. Jur.	Nº	CAE	Capital Social €	Participação	
						Valor €	%
ÁGUAS DO CENTRO ALENTEJO, S.A	506306143	LEI	64/93		5.000.000	152.405	3,05

O valor da participação foi atualizado pelo Método de Equivalência Patrimonial, em função da qual a participação do Município assumiu o valor de 79.855,91€.

PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS – ENTIDADES NÃO SOCIETÁRIAS**Quadro – XXXV**

(Valores em Euros)

Denominação Social	N.P.C.	Cód. Jur.	Nº	CAE	Contribuição		Data Constituição
					Inicial	€	
CIMAC – COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DO ALENTEJO CENTRAL	509364390	AM	1P	84113	-	28.120,92	03-08-2009
Associação Nacional de Municípios Portugueses – ANMP	501627413	AM	1P	91333	-	4.218	30-03-1985
ARECBA – Agência Regional de Energia do Centro e Baixo Alentejo	504668102	ASU	1P	91333	-	0	Não aplicável
ADEMO – Associação para o Desenvolvimento dos Municípios Olivícolas Portugueses	504345346	ASU	1P	9133	-	0	Não aplicável
AMPV – Associação de Municípios Portugueses do Vinho	508038430	ASU	1P	9133	-	0	Não aplicável

8.2.17. Títulos Negociáveis e Outras Aplicações de Tesouraria.

Não aplicável

8.2.18. Outras aplicações Financeiras.

Não aplicável.

8.2.19. Diferenças materialmente relevantes entre os custos de elementos do ativo circulante calculados de acordo com os critérios valorimétricos adotados e as quantias correspondentes aos respetivos preços de mercado.

Não aplicável

8.2.20. Fundamentação das circunstâncias especiais que justificaram a atribuição ao ativo circulante de um valor inferior ao mais baixo do custo ou do mercado.

Não aplicável.

8.2.21. Indicação e justificação das provisões extraordinárias respeitantes a elementos do ativo circulante relativamente aos quais, face a uma análise comercial razoável, se prevejam descidas estáveis provenientes de flutuação de valor.

Não aplicável

8.2.22 – As dívidas de cobrança duvidosa correspondem aos recibos para cobrança evidenciados no mapa das contas de ordem.

(nota 8.2.26 destas notas)

8.2.23 – As dívidas ao pessoal.

Constam do mapa de operações de tesouraria

8.2.24. Obrigações e outros títulos emitidos pela autarquia.

Não aplicável

8.2.25. Dívidas em mora ao Estado e Outros Entes Públicos.

Não aplicável

8.2.26 – Mapa com descrição desagregada referente às garantias, cauções prestadas e recibos para cobrança.

De acordo com o mapa de contas de ordem, em 2012, verificou-se que o montante de cauções atingiu 2.110.486,11€ e os recibos por cobrar 109.116,25€, conforme anexo.

MAPA DAS CONTAS DE ORDEM

CONTAS DE ORDEM							
Código	Descrição	Valores		Código	Descrição	Valores	
	SALDO DA GERÊNCIA ANTERIOR		2.175.969,77		GARANTIAS E CAUÇÕES ACIONADAS		
	GARANTIAS E CAUÇÕES RECIBOS PARA COBRAN A	2.066.853,52			GARANTIAS E CAUÇÕES DEVOLVIDAS		220.011,90
		109.116,25			RECEITA VIRTUAL COBRADA		
					RECEITA VIRTUAL ANULADA		
	GARANTIAS E CAUÇÕES PRESTADAS		263.644,49		SALDO PARA A GERENCIA SEGUINTE		2.219.602,36
	RECEITA VIRTUAL LIQUIDADADA				GARANTIAS E CAUÇÕES RECIBOS PARA COBRAN A	2.110.486,11	109.116,25
	Total geral		2.439.614,26		Total geral		2.439.614,26

MAPA DAS CONTAS DE ORDEM							
COD. CONTA	DESIGNAÇÃO	DEBITO	CREDITO	DEBITO	CREDITO	DEVEDOR	CREDOR
9	CONTAS DE ORDEM	2.476.761,50	2.476.761,50	483.656,39	483.656,39		
09.1	CAUÇÕES E DEP SITOS DE GARANTIA	300.791,73	894.252,30	220.011,90	263.644,49		637.093,16
09.1.1	CAUÇÕES PARA FORNECIMENTO DE AGUA		11.639,79				11.639,79
09.1.1.01	Forn. De água – Cauções prestadas		11.639,79				11.639,79
09.1.1.02	CAUÇÕES DE EMPREITADAS E FORNECIMENTOS						
09.1.1.03	Empreit. E fornec. – Cauções prestadas						
09.1.2	Empreit. E fornec. – Cauções devolvidas	300.791,73	662.814,52	91.189,77	120.508,79		391.341,81
09.1.2.01	CAUÇÕES DE LOTEAMENTOS E OBRAS		662.814,52		120.508,79		783.323,31
09.1.2.02	Loteamentos e obras – Cauções devolvidas						

09.1.2.03	CAUÇÕES DE LICENCIAMENTOS SANITÁRIOS	300.791,73		91.189,77		391.981,50	
09.1.3	Lic. Sanitários – Cauções prestadas		210.626,33	128.822,13	143.135,70		224.939,90
09.1.3.01	Lic. Sanitários – Cauções devolvidas		200.626,33		143.135,70		343.762,03
09.1.3.02	OUTRAS CAUÇÕES						
09.1.3.03	Outras Cauções – Cauções prestadas		10.000,00	128.822,13		118.822,13	
09.1.4	Outras Cauções – Cauções devolvidas		8.947,81				8.947,81
09.1.4.01	RECEITA VIRTUAL		8.947,81				8.947,81
09.1.4.02	RECEITA VIRTUAL – ANOS ANTERIORES						
09.1.4.03	R. V. de anos anteriores – Liquidada						
09.1.5	R. V. de anos anteriores – Cobrada		223,85				223,85
09.1.5.01	R. V. de anos anteriores – Anulada		223,85				223,85
09.1.5.02	GARANTIAS A FAVOR DA CMR						
09.1.5.03	GARANTIAS BANCÁRIAS A FAVOR DA CMR						
09.2	Gar. Banc. A favor da CMR – Constituídas	109.116,25				109.116,25	
09.2.1	Gar. Banc. A favor da CMR – Libertadas	109.116,25				109.116,25	
09.2.1.01	GARANTIAS A FAVOR DE TERCEIROS	109.116,25				109.116,25	
09.2.1.02	GAR. BANC. A FAVOR DE TERCEIROS						
09.2.1.03	Gar. Banc. A favor de ter – Constituídas						
09.2.2	Gar. Banc. A favor de ter – Libertadas						
09.2.2.01	CONTRAPARTIDAS						
09.2.2.02	DE CAUÇÕES E DEPOSITOS DE GARANTIA						
09.2.2.03	Contrapartida – Cauções de forn. De água						
09.3	Contrapartida – Cauções de empr. E forn.		1.473.392,95				1.473.392,95
09.3.1	Contrapartida – Cauções de lot. E obras		1.473.392,95				1.473.392,95
09.3.1.01	Contrapartida – Cauções de lic. Sanitar.		1.473.392,95				1.473.392,95
09.3.1.02	Contrapartida – Outras cauções						
09.3.1.03	CONTRAPARTIDA – RECEITA VIRTUAL						
09.4	Contrapartida – R. V. de anos anteriores						
09.4.1	Contrapartida – R. V. do ano corrente						
09.4.1.01	CONTRAPARTIDA – GARANTIAS BANCÁRIAS						
09.4.1.02	Contrapartida – Gar.banc. a favor da CMR						
09.4.1.03	Contrapartida – Gar.banc. a favor de ter						
09.9	CONTAS DE ORDEM	2.066.853,52	109.116,25	263.644,49	220.011,90	2.001.369,86	
09.9.1	CAUÇÕES E DEPOSITOS DE GARANTIA	593.460,57		263.644,49	220.011,90	637.093,16	
09.9.1.01	CAUÇÕES PARA FORNECIMENTO DE AGUA	11.639,79				11.639,79	
09.9.1.02	Forn. De água – Cauções prestadas	362.022,79		120.508,79	91.189,77	391.341,81	
09.9.1.03	CAUÇÕES DE EMPREITADAS E FORNECIMENTOS	210.626,33		143.135,70	128.822,13	224.939,90	
09.9.1.04	Empreit. E fornec. – Cauções prestadas	8.947,81				8.947,81	
09.9.1.05	Empreit. E fornec. – Cauções devolvidas	223,85				223,85	
09.9.2	CAUÇÕES DE LOTEAMENTOS E OBRAS		109.116,25				109.116,25
09.9.2.01	Loteamentos e obras – Cauções devolvidas		14.576,39				14.576,39
09.9.2.02	CAUÇÕES DE LICENCIAMENTOS SANITÁRIOS		94.539,86				94.539,86
09.9.3	Lic. Sanitários – Cauções prestadas	1.473.392,95				1,473.392,95	
09.9.3.01	Lic. Sanitários – Cauções devolvidas	1,473.392,95				1,473.392,95	
09.9.3.02	OUTRAS CAUÇÕES						
TOTAL...		2.476.761,50	2.476.761,50	483.656,39	483.656,39		

8.2.27. Provisões acumuladas e provisões do exercício.

Não aplicável

8.2.28 – Movimentos ocorridos no exercício nas contas da classe 5 «Fundo Patrimonial».

Tecnicamente, o Inventário do Patrimônio do município de Redondo encontra-se concluído. Contudo, podem ainda existir situações patrimoniais pontuais, que não foram objeto de inventariação, ou, que apesar de inventariadas não estavam valorizadas, uma vez que não era possível atribuir-lhes um valor de mercado.

FUNDOS PRÓPRIOS

COD. CONTA	DESIGNAÇÃO	ANTERIOR		DO PERÍODO		ACUMULADO		SALDO	
		DEBITO	CREDITO	DEBITO	CREDITO	DEBITO	CREDITO	DEVEDOR	CREDOR
51	PATRIMÔNIO		45.445.042,79				45.445.042,79		45.445.042,79
55	AJUSTAMENTOS DE PARTES DE	71.608,20		940,89		72.549,09		72.549,09	
	CAPITAL EM EMPRESAS								
55.1	EMPRESA AGUAS DO CENTRO ALENTEJO S.A	71.608,20		940,89		72.549,09		72.549,09	
56	RESERVAS DE REAVALIAÇÃO		31.549,75				31.549,75		31.549,75
57	RESERVAS	348.874,64	120.328,51			348.874,64	120.328,51	228.546,13	
57.1	Reservas legais		3.568,10				3.568,10		3.568,10
57.5	Subsídios		115.225,72				115.225,72		115.225,72
57.6	DOAÇÕES		1.534,69				1.534,69		1.534,69
57.7	Reservas decorrentes da transferência de ativos	348.874,64				348.874,64		348.874,64	
59	RESULTADOS TRANSITADOS	7.025.190,92		1.873.962,03	9.688,40	8.899.152,95	9.688,40	8.889.464,55	
	TOTAL...	7.445.673,76	45.596.921,05	1.874.902,92	9.688,40	9.320.576,68	45.606.609,45		36.286.032,77

Divisão Administrativa e Financeira

Relatório de Gestão e Demonstrações Financeiras 2012

O saldo da conta *51- Patrimônio* resulta da diferença entre o total do ativo e do passivo do balanço inicial, bem como dos posteriores ajustamentos ao balanço inicial e ainda do reforço do patrimônio de acordo com o ponto 2.7.3.4. do POCAL.

O saldo da conta *57- Reservas* - refere-se à transferência de 5% dos resultados líquidos dos exercícios anteriores para a conta *571- Reservas Legais* e ao registo de valores doados na conta *576- Doações*.

A conta *59- Resultados transitados* - regista os resultados transitados do valor do resultado líquido dos exercícios dos anos anteriores e ainda algumas regularizações que, quer pela sua natureza, quer pelo seu valor, foram consideradas não frequentes e de grande significado.

A conta *88- Resultado líquido do exercício* - provém do apuramento final dos resultados do exercício de 2012.

8.2.29 – Demonstração do Custo das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas.

DEMONSTRAÇÃO DO CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS E DAS MATÉRIAS- CONSUMIDAS

COD. CONTA	DESIGNAÇÃO	ANTERIOR		DO PERÍODO		ACUMULADO		SALDO	
		DEBITO	CREDITO	DEBITO	CREDITO	DEBITO	CREDITO	DEVEDOR	CREDOR
31	COMPRAS			1.107.924,10	1.107.924,10	1.107.924,10	1.107.924,10		

32	MERCADORIAS			409.986,93	409.770,63	409.986,93	409.770,63	216,3	
36	MATÉRIAS PRIMAS, SUBSIDI- -RIAS E DE CONSUMO	268.510,47		729.354,40	699.771,64	997.864,87	699.771,64	298.093,23	268.510,47
38	REGULARIZAÇÃO DE EXISTÊNCIAS			5.540,20	5.540,20	5.540,20	5.540,20		
TOTAL EXIST.		268.510,47		2.252.805,63	2.223.006,57	2.521.316,10	2.223.006,57	298.309,53	268.510,47

8.2.30 Demonstração da Variação da Produção.

Não aplicável

8.2.31 – Demonstração dos Resultados Financeiros.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS FINANCEIROS

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS FINANCEIROS					
CUSTOS E PERDAS	EXERCÍCIOS		PROVEITOS E GANHOS	EXERCÍCIOS	
	N	N-1		N	N-1
681 - JUROS SUPORTADOS	14.954,50	11.395,89	781 - JUROS OBTIDOS	80.466,96	75.800,73
682 - PERDAS EM ENTIDADES PRATICADAS			782 - GANHOS EM ENTIDADES PARTICIPADAS		
683 - AMORTIZAÇÕES DE INVESTIMENTOS EM IMÓVEIS	70.666,51	70.666,50	783 - RENDIMENTOS DE IMÓVEIS	17.508,99	12.986,86
684 - PROVISÕES PARA APLICAÇÕES FINANCEIRAS			784 - RENDIMENTOS DE PARTICIPAÇÕES DE CAPITAL		
685 - DIFERENÇAS DE CAMBIO DESFAVORÁVEIS			785 - DIFERENÇAS DE CAMBIO FAVORÁVEIS		
687 - PERDAS NA ALIENAÇÃO DE APLICAÇÕES DE TESOURARIA			786 - DESC. DE PTO. PAGAMENTO OBTIDOS	110,00	
688 - OUTROS CUSTOS E PERDAS FINANCEIRAS	1.628,09	2.432,89	787 - GANHOS NA ALIEN. APLIC. TESOURARIA		
RESULTADOS FINANCEIROS	266.767,48	335.362,35	788 - OUTROS PROV. E GANHOS FINANCEIROS	255.930,63	331.070,04
Total	354.016,58	419.857,63	Total	354.016,58	419.857,63

Divisão Administrativa e Financeira

Relatório de Gestão e Demonstrações Financeiras 2012

8.2.32 – Demonstração dos Resultados Extraordinários.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS EXTRAORDINÁRIOS

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS EXTRAORDINARIOS					
PROVEITOS E GANHOS	EXERCÍCIOS		CUSTOS E PERDAS	EXERCÍCIOS	
	N	N - 1		N	N - 1
691 - TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL CONCEDIDAS	90.390,92	90.378,92	791 - RESTITUIÇÃO DE IMPOSTOS		
692 - DÍVIDAS INCOBRÁVEIS	0	0	792 - RECUPERAÇÃO DE DÍVIDAS		
693 - PERDAS EM EXISTÊNCIAS	4.749,53	19.903,35	793 - GANHOS EM EXISTÊNCIA	9.843,50	28.006,77
694 - PERDAS EM IMOBILIZAÇÕES	14.312,77	323.496,83	794 - GANHOS IMOBILIZÁVEIS	39.979,19	305.005,30
695 - MULTAS E PENALIDADES	1.600,00		795 - BENEFÍCIOS PENAL. CONTRATUAIS	7.188,47	4.290,50
696 - AUMENTOS AMORTIZ. PROVISÕES			796 - REDUÇÕES AMORT. PROVISÕES		
697 - CORREÇÕES REL. EXERC. ANTERIORES	4.361,63	17.941,94	797 - CORREÇÕES RELAT. EXERC. ANTERIORES	77.523,15	20.580,45
698 - OUTROS CUSTOS E PERDAS EXTRAORDINÁRIOS			798 - OUTROS PROV. GANHOS EXTRAORDINÁRIOS	624.361,75	549.385,80
RESULTADOS EXTRAORDINARIOS	643.481,21	455.547,78			
Total	758.896,06	907.268,82	Total	758.896,06	907.268,82

NOTAS AO BALANÇO E A DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

Introdução

O Balanço e a Demonstração de Resultados encontram-se elaborados de acordo com os princípios contabilísticos definidos pelo Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL) e demais legislação portuguesa, em conformidade com os princípios contabilísticos da continuidade, da consistência, da especialização, do custo histórico, da prudência, da materialidade e da não compensação.

As notas que se seguem respeitam à numeração sequencial definida no ponto 8.2 do Decreto-Lei n.º 54-A/99 de 22 de Fevereiro (POCAL). As notas cuja numeração se encontra ausente deste anexo, não são aplicáveis à entidade, ou a sua apresentação não é relevante para a leitura das Demonstrações Financeiras do exercício de 2012.

8.2.1 – Disposições do POCAL derrogadas e seus efeitos no Balanço e Demonstração de Resultados.

No âmbito de condicionantes que influem diretamente sobre o resultado líquido do exercício ou sobre o balanço municipal serão de referir os seguintes itens:

Foi aplicado o princípio de especialização de exercícios.

Custos – Juros de Empréstimos; Encargos com o pessoal respeitantes a subsídio de férias e respetivos encargos da entidade patronal; Seguros; Rendas de Imóveis; Encargos com Iluminação Pública e Comunicações.

Proveitos – Rendas (Habitação e Mercados); Iluminação Pública; Transferências referentes a cobrança de Resíduos Sólidos; Juros de Depósitos e de Aplicações Financeiras, Impostos Diretos e Subsídios para Investimentos Plurianuais.

8.2.2. – Contas não comparáveis com o Balanço e Demonstração de Resultados do Exercício Anterior:

Relativamente ao ano de 2012, não se verificaram nos registos contabilísticos a aplicação de critérios ou de metodologias contabilísticas que influenciassem a comparabilidade dos resultados ou das contas com anos anteriores, nomeadamente, no balanço e na demonstração de resultados.

8.2.3 – Os critérios de valorimetria utilizados.

De acordo com o ponto 4.1 «Imobilizações» do POCAL e com a Portaria nº 671/2000, esta reportando às instruções regulamentadoras do Cadastro e Inventário dos Bens do Estado (CIBE), o ativo imobilizado do Município foi valorizado ao custo de aquisição ou ao custo de produção.

Entenda-se por custo de aquisição o preço de compra de um bem, acrescido dos gastos diretos ou indiretos para o colocar no seu estado atual; o custo de produção tem a ver com todas as despesas suportadas e necessárias ao fabrico do bem, nomeadamente com matérias-primas e outros materiais diretos consumidos, mão-de-obra direta e outros gastos gerais de fabrico.

No entanto, de acordo com estabelecido no POCAL e no CIBE, existem algumas exceções, como por exemplo bens considerados de valor zero, sendo estes fruto de doações em que não se conseguiu apurar o seu valor, deixando de o ser quando é assumido o custo de alguma reparação relevante.

Neste documento excetuaram-se alguns bens constantes do balanço inicial cujo valor foi atribuído baseado em critérios técnicos adequados à sua natureza.

Em regra, as amortizações são calculadas de acordo com o método das quotas constantes por duodécimos, tendo por base as taxas preconizadas no classificador CIBE. As amortizações devem traduzir a depreciação sofrida durante a vida útil dos bens, reportando-se ao mês da sua aquisição.

Imobilizado

O ativo imobilizado evidenciado no Balanço encontra-se, por regra, valorizado ao custo de aquisição ou de produção.

No caso dos ativos cujo valor de aquisição ou de produção se desconhece, o Município considera o valor resultante de avaliação segundo critérios técnicos que se adequem à natureza dos diferentes bens. Para tal foram constituídas comissões de avaliação compostas por técnicos de diferentes áreas.

No caso de impossibilidade de valorização, os bens assumem valor zero até serem objeto de uma grande reparação, assumindo então o montante desta.

Os bens de domínio público que se encontram sob a responsabilidade deste Município, são, sempre que possível valorizados ao custo de aquisição ou de produção. Nos casos em que se desconhece o custo de aquisição ou de produção, aplicam-se os critérios definidos nos parágrafos anteriores.

Os bens pertencentes ao ativo imobilizado obtidos a título gratuito encontram-se valorizados de acordo com o critério do justo valor.

Os Investimentos Financeiros encontram-se valorizados de acordo com o respetivo preço de aquisição, sendo os lucros ou proveitos a que haja lugar, contabilizados nos períodos a que se referem.

O método para o cálculo das amortizações do exercício é o das quotas constantes.

Para efeitos de aplicação do método das quotas constantes, a quota anual de amortização determina-se aplicando aos montantes dos elementos do ativo imobilizado em funcionamento as taxas de amortização definidas na lei.

O valor unitário e as condições em que os elementos do ativo imobilizado sujeitos a depreciação possam ser amortizados num só exercício são os definidos na lei.

As despesas de investigação e de desenvolvimento, são amortizadas no prazo de três anos.

Os terrenos não são amortizáveis.

Existências

As matérias-primas, subsidiárias e de consumo, são valorizadas ao custo de aquisição, acrescido das despesas necessárias à sua entrada em armazém, tendo sido adotado como método de custeio de saídas o custo médio ponderado.

Existências	
Designação	Valor
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	298.309,53€
Valor das Existências em 31/12/2012	

Dívidas de Terceiros

As dívidas de e a terceiros encontram-se expressas pelas importâncias constantes dos documentos que as titulam, não existindo dívidas em moeda estrangeira.

No corrente exercício não foram constituídas provisões.

Depósitos em Instituições Financeiras e Caixa

Os depósitos em Instituições Financeiras e as disponibilidades de caixa encontram-se expressos pelos montantes dos saldos de todas as contas de depósito e dos meios de pagamento, respetivamente, não existindo disponibilidades em moeda estrangeira.

Especialização dos Exercícios

A entidade regista os seus custos e perdas, proveitos e ganhos de acordo com o princípio da especialização dos exercícios, sendo estes imputados ao exercício em que foram incluídos ou gerados, independentemente do seu pagamento ou recebimento.

Subsídios para Investimento

As participações atribuídas ao Município, destinadas a financiar investimentos em ativos imobilizados são, por regra, contabilizadas na data da respetiva homologação, ficando expressos os valores totais dos financiamentos aprovados, na conta 274 “PROVEITOS DIFERIDOS”.

Os respetivos proveitos serão colocados a resultados do exercício sistematicamente pelo período em que os bens financiados são amortizados, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

8.2.4. – Conversão de saldos expressos em moeda estrangeira.

Não existem saldos expressos em moeda estrangeira.

8.2.5. – Situações em que o resultado líquido foi afetado.

Por valorimétricas diferentes das previstas legalmente – Não aplicável

Por amortizações do ativo imobilizado superiores às adequadas – Não aplicável

Por provisões extraordinárias – Não aplicável

8.2.6 – Relativamente à conta 43.2 “Despesas de Investigação e Desenvolvimento”:

Não existem movimentos na conta 43.1 – Despesas de Instalação. Por sua vez, e relativamente à conta 4.3.2. – Despesas de Investigação e de Desenvolvimento, verificaram-se movimentos, em 2012, na ordem dos 11.536,55€, respeitantes à realização de estudos de interesse para o município.

8.2.7 – Os movimentos ocorridos nas rubricas do ativo imobilizado constantes do balanço e nas respetivas amortizações e provisões, são evidenciados nos seguintes mapas.

Em termos dos movimentos ocorridos nas contas do Imobilizado, durante o exercício de 2012, há, numa primeira análise, a registar, uma certa estagnação face aos valores contabilizados no ano anterior.

De seguida apresentam-se os mapas que refletem os movimentos ocorridos durante o exercício, nas rubricas do ativo imobilizado, os quais constam do balanço e das respetivas amortizações e provisões.

8.2.7 a) Movimentos ocorridos nas rubricas do Ativo Imobilizado Bruto.

Ativo Bruto

	Rubricas	Saldo Inicial	Reavaliação/ Ajustamento	Aumentos	Alienações	Transferências e abates	Saldo Final
41	INVESTIMENTOS FINANCEIROS	2.516.896,10				940,8	2.515.955,21
41.1	Partes de capital	80.796,80				940,8	79.855,91
41.1.3	Empresas privadas ou cooperativas	80.796,80				940,8	79.855,91
41.1.3.1	Águas do centro Alentejo	80.796,80				940,8	79.855,91
41.4	Investimentos em imóveis	2.436.099,30					2.436.099,30
41.4.1	Terrenos e recursos naturais	31.461,05					31.461,05
41.4.2	Edifícios e outras construções	2.404.638,25					2.404.638,25
41.4.2.2	Outras construções	2.404.638,25					2.404.638,25
41.4.2.2.1	Outras construções do domínio privado concessionados	20.000,00					20.000,00
41.4.2.2.2	Outras construções domínio público concessionados	2.384.638,25					2.384.638,25
42	IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS	24.631.906,94		307.349,33	85.309,95		24.853.946,32
42.1	Terrenos e recursos naturais	2.119.224,36		59.400,00	25.475,00		2.153.149,36
42.2	Edifícios e outras construções	18.680.370,94		130.539,03	59.507,41		18.751.402,56
42.2.1	Edifícios	17.413.029,80		42.018,43	59.507,41		17.395.540,82
42.2.1.01	Habitação	1.039.182,19			52.928,41		986.253,78
42.2.1.02	Instalações de Serviços	3.478.796,33					3.478.796,33
42.2.1.03	Instalações desportivas e recreativas	6.544.262,29		23.765,81			6.568.028,10
42.2.1.04	Mercados e instalações de fiscalização sanitária	442.645,86					442.645,86
42.2.1.07	Lares de terceira idade	151.830,08					151.830,08
42.2.1.08	Outros	2.127.043,23		18.252,62			2.145.295,85
42.2.2	Outras construções	1.267.341,14		88.520,60			1.355.861,74

42.2.2.03	Iluminação pública	9.376,40				9.376,40
42.2.2.05	Instalações desportivas e recreativas	1.193.035,74	88.520,60			1.281.556,34
42.2.2.08	Sinalização e trânsito	2.374,46				2.374,46
42.2.2.12	Outras	62.554,54				62.554,54
42.3	Equipamento básico	1.727.570,05	58.809,34			1.786.379,39
42.3.1	Software	58.880,33	31.955,23			90.835,56
42.3.9	Outros	1.668.689,72	26.854,11			1.695.543,83
42.4	Equipamento de transporte	1.171.521,37	11.546,90			1.183.068,27
42.5	Ferramentas e utensílios	33.141,06	871,53			34.012,59
42.6	Equipamento administrativo	744.675,19	46.182,53	327,54		790.530,18
42.6.1	Software	269.834,58	23.390,04			293.224,62
42.6.9	Outros	474.840,61	22.792,49	327,54		497.305,56
42.9	Outras imobilizações corpóreas	155.403,97				155.403,97
43	IMOBILIZAÇÕES INCORPÓREAS	574.477,09	11.536,55			586.013,64
43.2	Despesas de investigação e de desenvolvimento	574.477,09	11.536,55			586.013,64
44	IMOBILIZAÇÕES EM CURSO	1.081.526,35	1.256.922,34	1.484.321,10		854.127,56
44.2	Imobil. em curso de imobilizações corpóreas	749.071,76	315.851,87	966.788,70		98.134,88
44.2.2	Edifícios e outras construções	749.071,76	304.560,37	955.497,20		98.134,88
44.2.2.1	Edifícios	749.071,76	302.940,21	953.877,00		98.134,88
44.2.2.1.01	Habitação	749.071,76	223.546,21	874.483,00		98.134,88
44.2.2.1.03	Instalações desportivas e recreativas		79.394,00	79.394,00		
44.2.2.2	Outras construções		1.620,16	1.620,10		
44.2.2.2.05	Instalações desportivas e recreativas		1.620,16	1.620,10		
44.2.3	Equipamento básico		11.291,50	11.291,50		
44.2.3.1	Software		9.876,73	9.876,70		
44.2.3.9	Outros		1.414,77	1.414,70		
44.5	Imobilizações em curso de bens de domínio público	332.454,59	941.070,47	517.532,30		755.992,68
44.5.3	Outras construções e infra-estruturas	332.454,59	941.070,47	517.532,30		755.992,68
44.5.3.1	Viadutos arruamentos e obras comp.-domínio público	107.112,94	776.766,72	127.886,90		755.992,68
44.5.3.2	Parques e jardins domínio público - em curso	225.341,65	153.086,51	378.428,10		
44.5.3.3	Esgotos		4.853,44	4.853,40		
44.5.3.4	Iluminação pública		2.963,32	2.963,30		
44.5.3.6	Captação tratamento e distribuição de água		3.400,48	3.400,40		
45	BENS DE DOMÍNIO PÚBLICO	41.108.238,25	1.395.025,85			42.503.264,10
45.1	Terrenos e recursos naturais	271.938,99				271.938,99
45.3	Outras construções e infraestruturas	40.836.299,26	1.395.025,85			42.231.325,11
45.3.1	Infraestruturas do domínio	40.836.299,26	1.395.025,85			42.231.325,11

	público						
45.3.1.01	Viadutos arruamentos e outras obras complementares	19.069.906,95		109.174,72			19.179.081,67
45.3.1.02	Esgotos	2.362.886,74		4.853,44			2.367.740,18
45.3.1.03	Iluminação pública	109.762,75		2.963,32			112.726,07
45.3.1.04	Parques e jardins	670.444,96		1.252.911,25			1.923.356,21
45.3.1.06	Captação tratamento e distribuição de água	2.101.941,91		3.400,48			2.105.342,39
45.3.1.07	Viação rural	16.347.594,55		21.722,64			16.369.317,19
45.3.1.08	Sinalização e trânsito	25.138,58					25.138,58
45.3.1.09	Infraestruturas para distrib. de energia elétrica	79.157,20					79.157,20
45.3.1.11	Cemitérios	69.465,62					69.465,62
	Total	69.913.044,73		2.970.834,07	85.309,95	1.485.262,00	71.313.306,83

8.2.7 b) Movimentos ocorridos nas Amortizações e Provisões

Amortizações e Provisões

Rubricas		Saldo Inicial	Reforço	Regularizações	Saldo Final
48	AMORTIZAÇÕES ACUMULADAS	24.606.951,33	2.497.489,95	30.758,91	27.073.682,37
48.1	De investimentos em imóveis	1.421.861,98	70.666,51		1.492.528,49
48.1.2	Edifícios e outras construções	1.421.861,98	70.666,51		1.492.528,49
48.1.2.2	Outras construções	1.421.861,98	70.666,51		1.492.528,49
48.1.2.2.01	Amortizações de bens do domínio privado concessionados	9.083,46	1.000,03		10.083,49
48.1.2.2.02	Amortização bens domínio público concessionados	1.412.778,52	69.666,48		1.482.445,00
48.2	De imobilizações corpóreas	5.359.259,62	860.038,59	30.758,91	6.188.539,30
48.2.2	Edifícios e outras construções	2.923.314,02	463.539,05	30.432,92	3.356.420,15
48.2.2.1	Edifícios	2.627.643,53	441.322,06	30.432,92	3.038.532,67
48.2.2.2	Outras construções	295.670,49	22.216,99		317.887,48
48.2.3	Equipamento básico	938.320,01	245.995,42		1.184.315,43
48.2.3.9	Software	7.768,65	21.953,09		29.721,74
48.2.3.9	Outros	930.551,36	224.042,33		1.154.593,69
48.2.4	Equipamento de transporte	718.189,18	82.544,62		800.733,80
48.2.5	Ferramentas e utensílios	23.178,21	4.232,26		27.410,47

48.2.6	Equipamento administrativo	629.158,23	59.504,58	325,99	688.336,82
48.2.6.1	Software	219.316,49	32.775,61		252.092,10
48.2.6.9	Outros	409.841,74	26.728,97	325,99	436.244,72
48.2.9	Outras imobilizações corpóreas	127.099,97	4.222,66		131.322,63
48.3	De imobilizações incorpóreas	489.538,00	56.958,60		546.496,60
48.3.2	Despesas de investigação e de desenvolvimento	489.538,00	56.958,60		546.496,60
48.5	De bens de domínio público	17.336.291,73	1.509.826,25		18.846.117,98
48.5.3	Outras construções e infraestruturas	17.336.291,73	1.509.826,25		18.846.117,98
48.5.3.1	Infraestruturas do domínio público	17.336.291,73	1.509.826,25		18.846.117,98
Total		24.606.951,33	2.497.489,95	30.758,91	27.073.682,37

8.2.8 – Nas páginas seguintes, encontra-se desagregada a informação de cada uma das rubricas dos mapas da nota anterior, nas relações que se discriminam.

a) Relação de bens imóveis adquiridos / avaliados até final de 2012;

Numero Inventário	Designação	Valor Patrimonial
Domínio privado		
50532	LOTEAMENTO DA FAIA-LOTE 17	19.800,00
50533	LOTEAMENTO DA FAIA-LOTE 61	19.800,00
50534	LOTEAMENTO DA FAIA-LOTE 9	19.800,00
Domínio público		
	OBRAS DE REQUALIFICAÇÃO DO CENTRO HISTORICO	874.483,09
	EMPREITADA DE CONSTRUÇÃO DA ZONA VERDE, DE LAZER E DE RECREIO DO FREIXO	213.456,48
1510000	TEMPREITADA DE CONSTRUÇÃO DA ZONA VERDE E DE LAZER DO ROSSIO DE CIMA EM MONTOITO	159.035,70
1870000	CONSTRUÇÃO E BENEFICIAÇÃO DE PARQUES INFANTIS	5.935,98
TOTAL		1.312.311,25

8.2.9. – Custos respeitantes a empréstimos obtidos para financiar Imobilizações, durante a construção, que tenham sido capitalizados durante o exercício de 2012.

Não aplicável.

8.2.10. – Reavaliação de bens.

Durante o ano económico de 2012, foram contabilizadas as atualizações de cadastro matricial de prédios inscritos no serviço de finanças, (suportado por documentos do Serviço de Finanças de Redondo e devidamente registado na caderneta predial urbana).

8.2.11. – Mapa de reavaliação de bens.

Não aplicável.

8.2.12 – Todas as imobilizações corpóreas e em curso.

- Imobilizações em poder de terceiros;
- Bens de Domínio Público;

Encontra-se abrangida por um contrato de concessão, celebrado entre a Câmara Municipal de Redondo e a EDP Distribuição – Energia, SA, a distribuição de energia elétrica em baixa tensão na área do Município de Redondo.

8.2.13 – Os bens utilizados em regime de locação financeira.

Não aplicável.

8.2.14. – Bens do Imobilizado que não foi possível valorizar.

a) – Bens de relevância histórica ou cultural que, em sequência de critério definido pela Comissão de Avaliação, assumem valor zero por não ser exequível a sua avaliação.

b) – Bens imóveis, avaliados ou não, cujo registo de propriedade não se encontra regularizado, não se encontrando, por isso, contabilizados no Ativo Imobilizado.

c) Bens móveis e imóveis arrolados e classificados, cujo custo de aquisição ou produção se desconhece, encontrando-se em fase de avaliação técnica.

c) – Bens móveis arrolados e classificados, aos quais foi atribuído o valor zero pela comissão de avaliação, em conformidade com o ponto 4.1.4 dos critérios de valorimetria do POCAL.

8.2.15 – Quanto aos bens de domínio público não amortizáveis, apresentam-se, nas páginas seguintes.

Bens de domínio público não amortizáveis:

– Terrenos

Em conformidade com o disposto na alínea g), nº 1, do artigo 36º da Portaria nº 671/2000, publicada na II Série do Diário da República do dia 17 de Abril de 2000, que regulamenta o Cadastro e Inventário de Bens do Estado (CIBE), os terrenos não estão sujeitos ao regime de amortizações, pelo que não são objeto de amortização.

8.2.16 – No que respeita às entidades participadas, apresentam-se, na página seguinte, os quadros de:

a) Participações Financeiras – Entidades Societárias;

b) Participações Financeiras – Entidades Não Societárias

PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS – ENTIDADES SOCIETÁRIAS

Quadro – XXXIV

(Valores em Euros)

Denominação Social	N.P.C.	Cód. Jur.	Nº	CAE	Capital Social €	Participação	
						Valor €	%
ÁGUAS DO CENTRO ALENTEJO, S.A	506306143	LEI	64/93		5.000.000	152.405	3,05

O valor da participação foi atualizado pelo Método de Equivalência Patrimonial, em função da qual a participação do Município assumiu o valor de 79.855,91€.

PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS – ENTIDADES NÃO SOCIETÁRIAS**Quadro – XXXV**

(Valores em Euros)

Denominação Social	N.P.C.	Cód. Jur.	Nº	CAE	Contribuição		Data Constituição
					Inicial	€	
CIMAC – COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DO ALENTEJO CENTRAL	509364390	AM	1P	84113	-	28.120,92	03-08-2009
Associação Nacional de Municípios Portugueses – ANMP	501627413	AM	1P	91333	-	4.218	30-03-1985
ARECBA – Agência Regional de Energia do Centro e Baixo Alentejo	504668102	ASU	1P	91333	-	0	Não aplicável
ADEMO – Associação para o Desenvolvimento dos Municípios Olivícolas Portugueses	504345346	ASU	1P	9133	-	0	Não aplicável
AMPV – Associação de Municípios Portugueses do Vinho	508038430	ASU	1P	9133	-	0	Não aplicável

8.2.17. Títulos Negociáveis e Outras Aplicações de Tesouraria.

Não aplicável

8.2.18. Outras aplicações Financeiras.

Não aplicável.

8.2.19. Diferenças materialmente relevantes entre os custos de elementos do ativo circulante calculados de acordo com os critérios valorimétricos adotados e as quantias correspondentes aos respectivos preços de mercado.

Não aplicável

8.2.20. Fundamentação das circunstâncias especiais que justificaram a atribuição ao ativo circulante de um valor inferior ao mais baixo do custo ou do mercado.

Não aplicável.

8.2.21. Indicação e justificação das provisões extraordinárias respeitantes a elementos do ativo circulante relativamente aos quais, face a uma análise comercial razoável, se prevejam descidas estáveis provenientes de flutuação de valor.

Não aplicável

8.2.22 – As dívidas de cobrança duvidosa correspondem aos recibos para cobrança evidenciados no mapa das contas de ordem.

(nota 8.2.26 destas notas)

8.2.23 – As dívidas ao pessoal.

Constam do mapa de operações de tesouraria

8.2.24. Obrigações e outros títulos emitidos pela autarquia.

Não aplicável

8.2.25. Dívidas em mora ao Estado e Outros Entes Públicos.

Não aplicável

8.2.26 – Mapa com descrição desagregada referente às garantias, cauções prestadas e recibos para cobrança.

De acordo com o mapa de contas de ordem, em 2012, verificou-se que o montante de cauções atingiu 2.110.486,11€ e os recibos por cobrar 109.116,25€, conforme anexo.

MAPA DAS CONTAS DE ORDEM

CONTAS DE ORDEM							
Código	Descrição	Valores		Código	Descrição	Valores	
	SALDO DA GERÊNCIA ANTERIOR		2.175.969,77		GARANTIAS E CAUÇÕES ACIONADAS		
	GARANTIAS E CAUÇÕES RECIBOS PARA COBRAN A	2.066.853,52			GARANTIAS E CAUÇÕES DEVOLVIDAS		220.011,90
		109.116,25			RECEITA VIRTUAL COBRADA		
					RECEITA VIRTUAL ANULADA		
	GARANTIAS E CAUÇÕES PRESTADAS		263.644,49		SALDO PARA A GERENCIA SEGUINTE		2.219.602,36
	RECEITA VIRTUAL LIQUIDADADA				GARANTIAS E CAUÇÕES RECIBOS PARA COBRAN A	2.110.486,11	109.116,25
	Total geral		2.439.614,26		Total geral		2.439.614,26

MAPA DAS CONTAS DE ORDEM							
COD. CONTA	DESIGNAÇÃO	DEBITO	CREDITO	DEBITO	CREDITO	DEVEDOR	CREDOR
9	CONTAS DE ORDEM	2.476.761,50	2.476.761,50	483.656,39	483.656,39		
09.1	CAUÇÕES E DEP SITOS DE GARANTIA	300.791,73	894.252,30	220.011,90	263.644,49		637.093,16
09.1.1	CAUÇÕES PARA FORNECIMENTO DE AGUA		11.639,79				11.639,79
09.1.1.01	Forn. De água – Cauções prestadas		11.639,79				11.639,79
09.1.1.02	CAUÇÕES DE EMPREITADAS E FORNECIMENTOS						
09.1.1.03	Empreit. E fornec. – Cauções prestadas						
09.1.2	Empreit. E fornec. – Cauções devolvidas	300.791,73	662.814,52	91.189,77	120.508,79		391.341,81
09.1.2.01	CAUÇÕES DE LOTEAMENTOS E OBRAS		662.814,52		120.508,79		783.323,31
09.1.2.02	Loteamentos e obras – Cauções devolvidas						

09.1.2.03	CAUÇÕES DE LICENCIAMENTOS SANITÁRIOS	300.791,73		91.189,77		391.981,50	
09.1.3	Lic. Sanitários – Cauções prestadas		210.626,33	128.822,13	143.135,70		224.939,90
09.1.3.01	Lic. Sanitários – Cauções devolvidas		200.626,33		143.135,70		343.762,03
09.1.3.02	OUTRAS CAUÇÕES						
09.1.3.03	Outras Cauções – Cauções prestadas		10.000,00	128.822,13		118.822,13	
09.1.4	Outras Cauções – Cauções devolvidas		8.947,81				8.947,81
09.1.4.01	RECEITA VIRTUAL		8.947,81				8.947,81
09.1.4.02	RECEITA VIRTUAL – ANOS ANTERIORES						
09.1.4.03	R. V. de anos anteriores – Liquidada						
09.1.5	R. V. de anos anteriores – Cobrada		223,85				223,85
09.1.5.01	R. V. de anos anteriores – Anulada		223,85				223,85
09.1.5.02	GARANTIAS A FAVOR DA CMR						
09.1.5.03	GARANTIAS BANCÁRIAS A FAVOR DA CMR						
09.2	Gar. Banc. A favor da CMR – Constituídas	109.116,25				109.116,25	
09.2.1	Gar. Banc. A favor da CMR – Libertadas	109.116,25				109.116,25	
09.2.1.01	GARANTIAS A FAVOR DE TERCEIROS	109.116,25				109.116,25	
09.2.1.02	GAR. BANC. A FAVOR DE TERCEIROS						
09.2.1.03	Gar. Banc. A favor de ter – Constituídas						
09.2.2	Gar. Banc. A favor de ter – Libertadas						
09.2.2.01	CONTRAPARTIDAS						
09.2.2.02	DE CAUÇÕES E DEPOSITOS DE GARANTIA						
09.2.2.03	Contrapartida – Cauções de forn. De água						
09.3	Contrapartida – Cauções de empr. E forn.		1.473.392,95				1.473.392,95
09.3.1	Contrapartida – Cauções de lot. E obras		1.473.392,95				1.473.392,95
09.3.1.01	Contrapartida – Cauções de lic. Sanitar.		1.473.392,95				1.473.392,95
09.3.1.02	Contrapartida – Outras cauções						
09.3.1.03	CONTRAPARTIDA – RECEITA VIRTUAL						
09.4	Contrapartida – R. V. de anos anteriores						
09.4.1	Contrapartida – R. V. do ano corrente						
09.4.1.01	CONTRAPARTIDA – GARANTIAS BANCÁRIAS						
09.4.1.02	Contrapartida – Gar.banc. a favor da CMR						
09.4.1.03	Contrapartida – Gar.banc. a favor de ter						
09.9	CONTAS DE ORDEM	2.066.853,52	109.116,25	263.644,49	220.011,90	2.001.369,86	
09.9.1	CAUÇÕES E DEPOSITOS DE GARANTIA	593.460,57		263.644,49	220.011,90	637.093,16	
09.9.1.01	CAUÇÕES PARA FORNECIMENTO DE AGUA	11.639,79				11.639,79	
09.9.1.02	Forn. De água – Cauções prestadas	362.022,79		120.508,79	91.189,77	391.341,81	
09.9.1.03	CAUÇÕES DE EMPREITADAS E FORNECIMENTOS	210.626,33		143.135,70	128.822,13	224.939,90	
09.9.1.04	Empreit. E fornec. – Cauções prestadas	8.947,81				8.947,81	
09.9.1.05	Empreit. E fornec. – Cauções devolvidas	223,85				223,85	
09.9.2	CAUÇÕES DE LOTEAMENTOS E OBRAS		109.116,25				109.116,25
09.9.2.01	Loteamentos e obras – Cauções devolvidas		14.576,39				14.576,39
09.9.2.02	CAUÇÕES DE LICENCIAMENTOS SANITÁRIOS		94.539,86				94.539,86
09.9.3	Lic. Sanitários – Cauções prestadas	1.473.392,95				1.473.392,95	
09.9.3.01	Lic. Sanitários – Cauções devolvidas	1.473.392,95				1.473.392,95	
09.9.3.02	OUTRAS CAUÇÕES						
TOTAL...		2.476.761,50	2.476.761,50	483.656,39	483.656,39		

8.2.27. Provisões acumuladas e provisões do exercício.

Não aplicável

8.2.28 – Movimentos ocorridos no exercício nas contas da classe 5 «Fundo Patrimonial».

Tecnicamente, o Inventário do Patrimônio do município de Redondo encontra-se concluído. Contudo, podem ainda existir situações patrimoniais pontuais, que não foram objeto de inventariação, ou, que apesar de inventariadas não estavam valorizadas, uma vez que não era possível atribuir-lhes um valor de mercado.

FUNDOS PRÓPRIOS

COD. CONTA	DESIGNAÇÃO	ANTERIOR		DO PERÍODO		ACUMULADO		SALDO	
		DEBITO	CREDITO	DEBITO	CREDITO	DEBITO	CREDITO	DEVEDOR	CREDOR
51	PATRIMÔNIO		45.445.042,79				45.445.042,79		45.445.042,79
55	AJUSTAMENTOS DE PARTES DE	71.608,20		940,89		72.549,09		72.549,09	
	CAPITAL EM EMPRESAS								
55.1	EMPRESA AGUAS DO CENTRO ALENTEJO S.A	71.608,20		940,89		72.549,09		72.549,09	
56	RESERVAS DE REAVALIAÇÃO		31.549,75				31.549,75		31.549,75
57	RESERVAS	348.874,64	120.328,51			348.874,64	120.328,51	228.546,13	
57.1	Reservas legais		3.568,10				3.568,10		3.568,10
57.5	Subsídios		115.225,72				115.225,72		115.225,72
57.6	DOAÇÕES		1.534,69				1.534,69		1.534,69
57.7	Reservas decorrentes da transferência de ativos	348.874,64				348.874,64		348.874,64	
59	RESULTADOS TRANSITADOS	7.025.190,92		1.873.962,03	9.688,40	8.899.152,95	9.688,40	8.889.464,55	
TOTAL...		7.445.673,76	45.596.921,05	1.874.902,92	9.688,40	9.320.576,68	45.606.609,45		36.286.032,77

Divisão Administrativa e Financeira

Relatório de Gestão e Demonstrações Financeiras 2012

O saldo da conta *51- Patrimônio* resulta da diferença entre o total do ativo e do passivo do balanço inicial, bem como dos posteriores ajustamentos ao balanço inicial e ainda do reforço do patrimônio de acordo com o ponto 2.7.3.4. do POCAL.

O saldo da conta *57- Reservas* - refere-se à transferência de 5% dos resultados líquidos dos exercícios anteriores para a conta *571- Reservas Legais* e ao registo de valores doados na conta *576- Doações*.

A conta *59- Resultados transitados* - regista os resultados transitados do valor do resultado líquido dos exercícios dos anos anteriores e ainda algumas regularizações que, quer pela sua natureza, quer pelo seu valor, foram consideradas não frequentes e de grande significado.

A conta *88- Resultado líquido do exercício* - provém do apuramento final dos resultados do exercício de 2012.

8.2.29 – Demonstração do Custo das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas.

DEMONSTRAÇÃO DO CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS E DAS MATÉRIAS- CONSUMIDAS

COD. CONTA	DESIGNAÇÃO	ANTERIOR		DO PERÍODO		ACUMULADO		SALDO	
		DEBITO	CREDITO	DEBITO	CREDITO	DEBITO	CREDITO	DEVEDOR	CREDOR
31	COMPRAS			1.107.924,10	1.107.924,10	1.107.924,10	1.107.924,10		

32	MERCADORIAS			409.986,93	409.770,63	409.986,93	409.770,63	216,3	
36	MATÉRIAS PRIMAS, SUBSIDI- -RIAS E DE CONSUMO	268.510,47		729.354,40	699.771,64	997.864,87	699.771,64	298.093,23	268.510,47
38	REGULARIZAÇÃO DE EXISTÊNCIAS			5.540,20	5.540,20	5.540,20	5.540,20		
TOTAL EXIST.		268.510,47		2.252.805,63	2.223.006,57	2.521.316,10	2.223.006,57	298.309,53	268.510,47

8.2.30 Demonstração da Variação da Produção.

Não aplicável

8.2.31 – Demonstração dos Resultados Financeiros.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS FINANCEIROS

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS FINANCEIROS					
CUSTOS E PERDAS	EXERCÍCIOS		PROVEITOS E GANHOS	EXERCÍCIOS	
	N	N-1		N	N-1
681 - JUROS SUPORTADOS	14.954,50	11.395,89	781 - JUROS OBTIDOS	80.466,96	75.800,73
682 - PERDAS EM ENTIDADES PRATICADAS			782 - GANHOS EM ENTIDADES PARTICIPADAS		
683 - AMORTIZAÇÕES DE INVESTIMENTOS EM IMÓVEIS	70.666,51	70.666,50	783 - RENDIMENTOS DE IMÓVEIS	17.508,99	12.986,86
684 - PROVISÕES PARA APLICAÇÕES FINANCEIRAS			784 - RENDIMENTOS DE PARTICIPAÇÕES DE CAPITAL		
685 - DIFERENÇAS DE CAMBIO DESFAVORÁVEIS			785 - DIFERENÇAS DE CAMBIO FAVORÁVEIS		
687 - PERDAS NA ALIENAÇÃO DE APLICAÇÕES DE TESOURARIA			786 - DESC. DE PTO. PAGAMENTO OBTIDOS	110,00	
688 - OUTROS CUSTOS E PERDAS FINANCEIRAS	1.628,09	2.432,89	787 - GANHOS NA ALIEN. APLIC. TESOURARIA		
RESULTADOS FINANCEIROS	266.767,48	335.362,35	788 - OUTROS PROV. E GANHOS FINANCEIROS	255.930,63	331.070,04
Total	354.016,58	419.857,63	Total	354.016,58	419.857,63

Divisão Administrativa e Financeira

Relatório de Gestão e Demonstrações Financeiras 2012

8.2.32 – Demonstração dos Resultados Extraordinários.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS EXTRAORDINÁRIOS

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS EXTRAORDINARIOS					
PROVEITOS E GANHOS	EXERCÍCIOS		CUSTOS E PERDAS	EXERCÍCIOS	
	N	N - 1		N	N - 1
691 - TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL CONCEDIDAS	90.390,92	90.378,92	791 - RESTITUIÇÃO DE IMPOSTOS		
692 - DÍVIDAS INCOBRÁVEIS	0	0	792 - RECUPERAÇÃO DE DÍVIDAS		
693 - PERDAS EM EXISTÊNCIAS	4.749,53	19.903,35	793 - GANHOS EM EXISTÊNCIA	9.843,50	28.006,77
694 - PERDAS EM IMOBILIZAÇÕES	14.312,77	323.496,83	794 - GANHOS IMOBILIZÁVEIS	39.979,19	305.005,30
695 - MULTAS E PENALIDADES	1.600,00		795 - BENEFÍCIOS PENAL. CONTRATUAIS	7.188,47	4.290,50
696 - AUMENTOS AMORTIZ. PROVISÕES			796 - REDUÇÕES AMORT. PROVISÕES		
697 - CORREÇÕES REL. EXERC. ANTERIORES	4.361,63	17.941,94	797 - CORREÇÕES RELAT. EXERC. ANTERIORES	77.523,15	20.580,45
698 - OUTROS CUSTOS E PERDAS EXTRAORDINÁRIOS			798 - OUTROS PROV. GANHOS EXTRAORDINÁRIOS	624.361,75	549.385,80
RESULTADOS EXTRAORDINARIOS	643.481,21	455.547,78			
Total	758.896,06	907.268,82	Total	758.896,06	907.268,82